

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

DANIELA GOYA TOCCHETTO

**JULGAMENTOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA EM JOHN RAWLS E
ROBERT NOZICK: UMA INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL**

Porto Alegre

2008

DANIELA GOYA TOCCHETTO

**JULGAMENTOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA EM JOHN RAWLS E
ROBERT NOZICK: UMA INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Sabino Pôrto Júnior

Porto Alegre

2008

DANIELA GOYA TOCCHETTO

**JULGAMENTOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA EM JOHN RAWLS E
ROBERT NOZICK: UMA INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2008.

Prof. Dr. Ronald Otto Hillbrecht
UFRGS

Prof. Dr. Nythamar de Oliveira
PUCRS

Prof. Dra. Cecília Caballero Lois
UFSC

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização desse trabalho. Cada uma à sua maneira colaborou na sua construção e, por isso, presto aqui o devido agradecimento a todas elas. Certamente esse trabalho não teria sido possível sem a sua ajuda.

Aos amigos e bolsistas de iniciação científica Alice Lopes de Almeida Guedes Diefenbach e Cristian Theófilo Gonçalves Lopes, agradeço pela colaboração na aplicação do experimento, durante todas as seções. Como eu gosto de dizer, os dois são a personificação da eficiência, sempre me ajudando a organizar, em segundos!, as “bagunças” que eu conseguia fazer com tantas folhas e materiais que carregava comigo para as seções do experimento.

Ao Professor Nythamar de Oliveira, agradeço, em primeiro lugar, por aceitar participar de um grupo de estudos sobre Rawls e por estar sempre disposto a colaborar trazendo novas referências para mim e meu orientador. Esse grupo nos proporcionou um aprendizado importante e preencheu lacunas decorrentes dos nossos *backgrounds* de economistas. Agradeço também pela disponibilidade irrestrita em me ajudar com a dissertação, me passando o contato do chefe do Departamento de Filosofia da PUCRS para que eu pudesse aplicar meu experimento em turmas desse curso.

Aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS Neuro Zambam, Rodrigo Borges e Eduardo Ribeiro; agradeço pela participação no grupo de estudos citado acima e por sua boa vontade em compartilhar conosco seus conhecimentos. Ao Neuro agradeço especialmente pelo empréstimo imprescindível do livro *Anarquia, Estado e Utopia*, de Robert Nozick.

Ao Professor Luciano Marques de Jesus, agradeço por ter aberto as portas do Departamento de Filosofia da PUCRS para mim, me recepcionando e ajudando sempre da melhor maneira possível. A aplicação do experimento não teria sido possível de outra forma.

À Mariema Silva, secretária do Departamento de Filosofia da PUCRS, agradeço pela organização dos horários das turmas para aplicação do experimento e pela receptividade todas as vezes que fui ao departamento.

Aos professores Agemir Bavaresco, Felipe de Matos Muller e Pedro Gilberto Leite Júnior; agradeço por terem cedido seus horários de aula para que fosse possível a aplicação o experimento e por sua excelente receptividade.

À amiga Marianne Stampe, agradeço pela quase madrugada de ajuda com econometria, com a qual sozinha eu sempre “me atrapalho”.

Ao meu pai, agradeço por ter feito o “trabalho chato” de trocar o dinheiro utilizado no experimento em notas de pouco valor e moedas. Como todas as vezes que precisei, ele me ajudou de pronto e sem reclamar, por mais massivo que fosse o favor solicitado.

Ao amigo Thomas Kang, agradeço os autodenominados “pitacos” sobre o trabalho. Não foram chatos não, foram muito úteis!

Aos alunos que participaram do experimento, agradeço imensamente a disposição e a boa vontade na participação.

Por fim – mas certamente de todos o mais importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, Sabino. Não sei nem por onde começar, pois cada vez que penso em algo para escrever me vêm novos motivos para agradecer à cabeça. Até o tema, filosofia moral, foste tu quem sugeriu, lembra? Eu lembro direitinho, tu vieste com uma folha com umas anotações – folha, aliás, que tenho até hoje, e falou algo como: se tu gostas de filosofia – e eu adoro, talvez esse fosse um tema interessante para a tua monografia. E desde então trabalho com isso... eu diria que foi um bom palpite... A partir daí me ajudaste com tudo. Com as leituras, com livros – e muitos, com conversas, com o teu fôlego infinito que sempre diz sim quando preciso de alguma coisa, enfim, com tudo. Certamente ficaram coisas de fora, não teria como fazer uma lista exaustiva de motivos para agradecer à presença de alguém que considero tão especial na minha vida. Mas fica sempre o obrigado pelas coisas que não sabemos dizer. E talvez não o saibamos precisamente pelo seu caráter tão especial.

Peço desculpas caso tenha esquecido o nome de alguém nesses agradecimentos. Citei apenas os nomes daqueles que me ajudaram diretamente nesse trabalho, mas também agradeço a ajuda indireta e não menos importante da minha família, dos meus amigos, e dos meus colegas, professores e secretárias da UnB e da UFRGS.

From each as they choose, to each as they are chosen.
(Nozick, 1974)

RESUMO

No presente trabalho, é realizado um experimento para investigar as escolhas entre distintas distribuições de renda, sob diferentes conjuntos informacionais. Os indivíduos são defrontados com distribuições baseadas nas teorias de John Rawls (2002), Robert Nozick (1991) e duas distribuições mistas, sob dois tratamentos distintos: o primeiro com o véu de ignorância da teoria rawlsiana e, o segundo, sem o véu de ignorância. Os resultados revelaram um maior número de escolhas do modelo rawlsiano sob o véu de ignorância, enquanto no tratamento sem véu a maioria dos participantes escolheu o modelo de Nozick, ainda que sob esse tratamento o padrão de escolhas tenha sido mais homogêneo. Esses resultados indicam a instabilidade de princípios escolhidos sob o véu de ignorância.

Palavras-chave: Distribuição de renda, economia experimental, Rawls, Nozick.

ABSTRACT

This work provides a synthesis of three theories of justice: from Rawls, Nozick and the utilitarian theory. Then an experiment is proposed, aimed to investigate choices of distributive justice based on these theories. The individuals are confronted with different income distributions, under two distinct informational treatments: the first with a veil of ignorance and, the second, with no veil of ignorance. The results point to a majority of choices of the rawlsian principle under the veil of ignorance treatment, while under the non veil of ignorance treatment there is a majority of choices of Nozick's model of distribution of income. These results indicate the instability of principles of justice chosen under the veil of ignorance.

Keywords: Income distribution, experimental economics, Rawls, Nozick.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CONTRASTES EXAGERADOS ENTRE FATO E VALOR	22
QUADRO 2 – UTILITAROMORFISMOS	47, 48
QUADRO 3 – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (PARTE I)	111
QUADRO 4 – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (PARTE II)	113
QUADRO 5 – VALORES DE PAGAMENTO (PARTE I)	116
QUADRO 6 – NÍVEL DE RENDA FAMILIAR – TRATAMENTO I	122
QUADRO 7 – NÍVEL DE RENDA FAMILIAR – TRATAMENTO II	122
QUADRO 8 – PREFERÊNCIA POLÍTICA – TRATAMENTO I	123
QUADRO 9 – PREFERÊNCIA POLÍTICA – TRATAMENTO II	123
QUADRO 10 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM SEXO	136
QUADRO 11 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM IDADE	136
QUADRO 12 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM RENDA	136
QUADRO 13 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM POLÍTICA	136
QUADRO 14 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM POLÍTICA E SEXO	136
QUADRO 15 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS POR SEXO	138
QUADRO 16 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS POR PREFERÊNCIA POLÍTICA	138
QUADRO 17 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM SEXO	139
QUADRO 18 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM IDADE	139
QUADRO 19 - RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM RENDA	139
QUADRO 20 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM POLÍTICA	139
QUADRO 21 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM TRATAMENTO	139
QUADRO 22 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO, POLÍTICA E TRATAMENTO	140

QUADRO 23 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO E TRATAMENTO	140
QUADRO 24 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM POLÍTICA E TRATAMENTO	140
QUADRO 25 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO E POLÍTICA	140
QUADRO 26 – RELAÇÃO DA SATISFAÇÃO COM VALOR RECEBIDO	143
QUADRO 27 – RELAÇÃO DA SATISFAÇÃO COM MODELO ESCOLHIDO	143
QUADRO 28 – SATISFAÇÃO E MODELOS ESCOLHIDOS	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TESTE WALD	137
TABELA 2 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO	137
TABELA 3 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE	137
TABELA 4 – TESTE DE WHITE	138
TABELA 5 – TESTE WALD	141
TABELA 6 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO	141
TABELA 7 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE	141
TABELA 8 – TESTE DE WHITE	142
TABELA 9 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO	142
TABELA 10 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE	143
TABELA 11 – TESTE DE WHITE	143

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TRATAMENTO I – ESCOLHAS	124
GRÁFICO 2 – TRATAMENTO II – ESCOLHAS	125
GRÁFICO 3 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – PARTE I	126
GRÁFICO 4 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – TRATAMENTO I	126
GRÁFICO 5 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – ECONOMIA X FILOSOFIA	127
GRÁFICO 6 – ESCOLHAS EM GRUPO – TRATAMENTO II	127
GRÁFICO 7 – ESCOLHAS EM GRUPO – PARTE II	128
GRÁFICO 8 – ESCOLHAS NAS PARTES I E II – MUDANÇAS	129
GRÁFICO 9 – ESCOLHAS NOS TRATAMENTOS I E II – MUDANÇAS	129
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLHIDA JUSTA – TRATAMENTO I	130
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLHIDA JUSTA – TRATAMENTO II	131
GRÁFICO 12 – SATISFAÇÃO COM A ESCOLHA – TRATAMENTO I	131
GRÁFICO 13 – SATISFAÇÃO COM A ESCOLHA – TRATAMENTO II	132
GRÁFICO 14 – ARGUMENTOS POR MODELO DISTRIBUTIVO ESCOLHIDO	133
GRÁFICO 15 – ARGUMENTOS POR TRATAMENTO – INDIVÍDUOS	134
GRÁFICO 16 – ARGUMENTOS POR TRATAMENTO – PERCENTUAL	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FC – modelo *floor constraint*

N – modelo nozickiano

R – modelo rawlsiano

RC – modelo *range constraint*

HD – hipotético dedutivo

UM – utilitaromorfismo

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CIÊNCIA ECONÔMICA E FILOSOFIA MORAL	20
2.1 ECONOMIA E ÉTICA: ORIGEM E INTERDEPENDÊNCIA	20
2.2 A RELEVÂNCIA DA FILOSOFIA MORAL PARA A ECONOMIA	22
2.2.1 Economia do Bem-Estar e Filosofia Moral	24
2.3 RACIONALIDADE E MORALIDADE	26
3 AS TEORIAS DE JUSTIÇA UTILITARISTA, DE JOHN RAWLS E DE ROBERT NOZICK	31
3.1 UTILITARISMO	31
3.1.1 Os principais aspectos do <i>Welfarism</i>	33
3.1.2 A significação do conceito de utilidade	34
3.1.3 A Utilidade cardinal	37
3.1.4 Risco e justiça	40
3.1.5 O teorema da impossibilidade de Arrow	43
3.1.6 Alguns problemas do utilitarismo	45
3.1.7 Alguns aspectos históricos do utilitarismo	49
3.2 A TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: A ABORDAGEM DOS BENS PRIMÁRIOS	50
3.2.1 A posição original	51
3.2.2 O véu de ignorância	52
3.2.3 Os bens primários	53
3.2.4 Os dois princípios de justiça e a interpretação do critério leximin	54
3.2.4.1 A Reinterpretação dos dois princípios de justiça	57
3.2.5 A concepção política de justiça	58
3.2.6 A sociedade bem-ordenada	59

3.2.7 John Rawls e sua importância na ciência econômica	61
3.2.8 Críticas à teoria rawlsiana	62
3.3 A TEORIA DA JUSTIÇA DE ROBERT NOZICK	65
3.3.1 A legitimidade do Estado	66
3.3.2 Os direitos individuais	67
3.3.3 Os três princípios de justiça	69
3.3.4 Justiça distributiva em Nozick	71
3.3.5 Nozick sobre Rawls	73
3.3.6 Críticas à teoria de justiça de Robert Nozick	74
4 ESCOLHAS SOBRE DISTRIBUIÇÕES DE RENDA: UMA ANÁLISE EXPERIMENTAL	79
4.1 A ECONOMIA EXPERIMENTAL	79
4.1.1 Tipos de experimentos	81
4.1.2 Testes de Hipóteses em Laboratório	84
4.1.3 Causação e Controle Experimental	88
4.1.4 Predição	89
4.1.5 Validade do Experimento	92
4.1.6 Incentivos Monetários	93
4.1.7 Considerações sobre o Desenho de um Experimento	95
4.2 TEORIAS DE JUSTIÇA E ECONOMIA EXPERIMENTAL	99
4.2.1 Rawls e o Utilitarismo na Literatura Experimental: experimentos e resultados	100
4.3 O DESENHO DO EXPERIMENTO	106
4.3.1 Hipóteses	108
4.3.2 Os quatro modelos de distribuição de renda	110
4.3.3 Parte I – Tratamentos I e II	111

4.3.4 Tratamento I – Parte II	112
4.3.5 Tratamento II – Parte II	115
4.3.6 Procedimentos	115
4.3.6.1 Parte I	115
4.3.6.2 Parte II – Tratamento I	116
4.3.6.3 Parte II – Tratamento II	117
4.3.6.4 Final e pagamento	118
5 RESULTADOS	120
5.1 IMPLEMENTAÇÃO	120
5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS SOB OS TRATAMENTOS I E II – COM E SEM VÉU DE IGNORÂNCIA	121
5.2.1 Descrição das Populações	121
5.2.2 Modelos de distribuição de renda escolhidos	123
5.3 CORRELAÇÃO ENTRE RESULTADOS OBTIDOS E VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E DE SATISFAÇÃO	135
5.4 RESULTADOS OBTIDOS VERSUS PREDIÇÕES TEÓRICAS	144
5.4.1 Comparação com resultados obtidos na literatura experimental	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	161
APÊNDICE B – FOLHA DE EMAILS	163
APÊNDICE C – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DO TRATAMENTO I	164
APÊNDICE D – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DO TRATAMENTO II	166
APÊNDICE E – FOLHAS DE CONTROLE DA PARTE I	169
APÊNDICE F – FOLHAS DE CONTROLE DA PARTE II (TRATAMENTOS I E II)	174

APÊNDICE G – INSTRUÇÕES DA PARTE I	177
APÊNDICE H – INSTRUÇÕES DA PARTE II – TRATAMENTO I	179
APÊNDICE I – INSTRUÇÕES DA PARTE II – TRATAMENTO II	183
APÊNDICE J – FOLHA DE RESPOSTA DA PARTE II (TRATAMENTOS I E II)	187
APÊNDICE K – INSTRUÇÕES DA TAREFA	188
APÊNDICE L – GABARITO DA TAREFA	190
APÊNDICE M – QUESTIONÁRIO FINAL	191
APÊNDICE N – RESULTADOS DA SEÇÃO 1 – Tratamento II	193
APÊNDICE O – RESULTADOS DA SEÇÃO 2 – Tratamento II	195
APÊNDICE P – RESULTADOS DA SEÇÃO 3 – Tratamento I	197
APÊNDICE Q – RESULTADOS DA SEÇÃO 4 – Tratamento I	199
APÊNDICE R – RESULTADOS DA SEÇÃO 5 – Tratamento II	201
APÊNDICE S – RESULTADOS DA SEÇÃO 6 – Tratamento I	203
APÊNDICE T – RESULTADOS DA SEÇÃO 6 – Tratamento II	205
APÊNDICE U – ESQUEMA 1	207
ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRGS	208

1 INTRODUÇÃO

Diversos economistas negariam a existência de premissas éticas na pesquisa e na teoria econômicas (GRENHOLM, 2004). Milton Friedman (1953), principal representante da escola de Chicago, descreve seu campo de estudo como *economia positiva*, definida como uma ciência objetiva no sentido de não pressupor nenhuma norma ou valor moral. Ainda de acordo com Friedman (1953), a economia descreve *qual é o caso*, e não *qual deveria ser o caso*. Portanto, a economia seria uma ciência objetiva no mesmo sentido atribuído às ciências físicas.

Não obstante, é difícil defender a posição de que a ciência econômica não implica nenhuma premissa ética, bem como a crença na distinção completa entre fato e valor. Grande parte do problema ético existente na utilização da teoria utilitarista reside precisamente no fato de que esta teoria está baseada nessa crença.

A pesquisa econômica envolve o estudo do funcionamento dos mercados e das decisões individuais dentro desses mercados. Modelos de escolha do consumidor são desenvolvidos a partir da hipótese de indivíduos racionais que buscam promover a satisfação de suas preferências. Esses modelos freqüentemente pressupõem normas morais e concepções sobre o que é bom ou de valor. Para a economia *mainstream*, uma economia é tipicamente classificada como eficiente no sentido de Pareto quando é impossível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de pelo menos outro indivíduo. Isso significa que eficiência diz respeito ao bem-estar, e o bem-estar é usualmente entendido em termos de preferências, existindo uma conexão necessária entre esses dois conceitos.

A própria origem da ciência econômica, que tem como marco inicial a obra *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, ocorre a partir da tentativa de responder a uma questão moral, qual seja: o que mantém as sociedades coesas? Muitas explicações foram dadas a essa pergunta, a sua maioria no interior das ciências políticas. Hobbes (1983), Locke (2002) e Rousseau (2002) buscaram a resposta para as razões da coesão social na teoria do contrato social; Adam Smith, por sua vez, encontrou essa resposta nas forças de mercado: é a *mão invisível* que mantém a estabilidade social.

Dessa forma, existem pressuposições éticas na teoria *mainstream*. A economia do bem-estar está relacionada a um utilitarismo clássico, na medida em que bem-estar e prazer são considerados como possuidores de valor intrínseco. Mais importante, hoje

em dia, é o tipo de preferência utilitarista, de acordo com a qual se deve escolher as alternativas sociais que possuem o melhor resultado em termos de satisfação de preferências.

A teoria dos mercados competitivos não é influenciada pela distribuição de renda que resulta. Isso pode ser visto como um problema através do ponto de vista da moral. Como sustenta Amartya Sen (1992), um determinado estado de equilíbrio pode ser um ótimo de Pareto ainda que algumas pessoas vivam em extrema miséria enquanto outras possuam muitos recursos. O ótimo de Pareto lida exclusivamente com eficiência no espaço de utilidades, não atentando para a distribuição dos valores sociais.

O objetivo do trabalho é a realização de um experimento para investigar as escolhas entre distintas distribuições de renda que os indivíduos realizam sob diferentes conjuntos informacionais. Os indivíduos serão defrontados com distribuições baseadas nas teorias de John Rawls (2002), Robert Nozick (1991) e duas distribuições mistas, sob dois tratamentos distintos: o primeiro com o véu de ignorância da teoria rawlsiana e o segundo sem o véu de ignorância. A hipótese específica do véu de ignorância já foi testada em outros trabalhos (HERNE; SUOJANEN, 2004; HERNE; MARD, 2008), que buscam descobrir se os indivíduos na posição original de fato escolhem os princípios que a teoria da justiça de John Rawls prediz. O presente trabalho representa um avanço em relação aos experimentos anteriores, na medida em que as hipóteses da teoria de Nozick são incorporadas ao experimento.

Os princípios contidos na teoria da justiça de Rawls e de Robert Nozick dizem respeito à organização geral de uma sociedade. No entanto, o foco do trabalho será a análise moral exclusivamente de distribuições de renda.

A metodologia utilizada no trabalho está baseada na literatura de Economia Experimental¹. O experimento² proposto envolve 111 estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O experimento é aplicado em sala de aula, com duração aproximada de uma hora e meia, e cada participante recebe em média vinte reais (valor exato atrelado à escolha de cada participante). Tanto o Tratamento I (com o véu de ignorância), quanto o Tratamento II (sem o véu de ignorância) estão divididos em duas partes: a primeira de escolha individual, e a segunda de escolha em grupo. A primeira

¹ Ver Guala (2005).

²² O experimento foi aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa da UFRGS. Ver carta de aprovação no Anexo A.

parte é igual nos dois tratamentos e envolve a escolha de um modelo de distribuição de renda sob o véu de ignorância, com as classes de renda dos participantes determinadas aleatoriamente via sorteio. Na segunda parte os estudantes são organizados em grupos de três membros cada, e devem escolher entre modelos de distribuição de renda. No Tratamento I, essa escolha é feita sob o véu de ignorância e, no Tratamento II, sem o véu. Em ambos os tratamentos, a determinação da classe de renda dos participantes na segunda parte do experimento é realizada através da realização de uma tarefa, que simula um processo de produção de renda. Não é permitida redistribuição de renda após o experimento.

Um experimento análogo ao proposto foi realizado na Suécia e organizado como segue. Foram elencados 208 participantes de disciplinas diversas da universidade, através da colocação de cartazes pelo campus. Desses indivíduos, 57% são mulheres, com idade entre 18 e 55 anos (média de 23). Todos voluntários, recebendo pagamento monetário pela participação. Os participantes foram organizados em grupos de cinco integrantes, e foi dada a eles uma tabela com um valor X em reais distribuído entre os membros do grupo de quatro formas distintas. Cada distribuição correspondia a um arcabouço teórico, mas os participantes não tinham ciência disso. A cada integrante do grupo era atribuída aleatoriamente uma classe de renda, e cada valor monetário de cada distribuição constante da tabela se aplicava a uma dessas faixas de renda. Dessa forma, a tarefa proposta era que eles escolhessem a distribuição que melhor lhes aprouvesse.

Sob o ponto de vista prático, a importância de trabalhos nessa área é bastante extensa. Os princípios estabelecidos no interior de teorias sobre justiça distributiva servem para nortear políticas econômicas e sociais, bem como toda a estrutura institucional da sociedade. Justiça distributiva é não apenas uma questão central moral e filosófica, mas uma questão a qual todas as pessoas são sensíveis no dia-a-dia das sociedades.

Por exemplo, todas as ações do governo têm impacto sobre a distribuição de bens e direitos na sociedade, mesmo que, muitas vezes, esses impactos sejam indiretos e não considerados por economistas. Perceber a relevância de todos esses impactos é fundamental na construção de uma sociedade justa, mas para tal deve-se saber de que maneira administrar esses efeitos que o governo e suas ações são capazes de gerar. Devem-se ter, portanto, princípios claros e objetivos que ajudem a estabelecer metas a

serem atingidas. Esses princípios devem ser princípios de justiça distributiva, e daí a importância de um debate científico preocupado e constante sobre o tema.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta um panorama geral da interdependência entre a ciência econômica e a filosofia moral. O terceiro capítulo traz uma revisão da literatura utilizada ao longo do trabalho, a saber, as teorias de justiça de Rawls, Nozick e utilitarista. O quarto capítulo discute a metodologia experimental na economia, apresenta uma revisão da literatura sobre experimentos envolvendo teorias de justiça e explicita o desenho do experimento realizado. Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados obtidos no experimento, comparando esses resultados com os encontrados na literatura da área.

2 CIÊNCIA ECONÔMICA E FILOSOFIA MORAL

Considerando-se o número extremamente pequeno de trabalhos sobre filosofia moral realizados por economistas, principalmente no Brasil³, o primeiro capítulo visa à contextualização da relação – para muitos pouco óbvia – entre economia e ética. Nesse sentido, o capítulo está organizado como segue: a primeira seção aborda a origem e a interdependência entre a ética e a economia; a segunda seção apresenta, em linhas gerais, a relevância da filosofia moral para a análise econômica; e, por fim, a terceira seção traz alguns comentários sobre moralidade e racionalidade.

2.1 ECONOMIA E ÉTICA: ORIGEM E INTERDEPENDÊNCIA

Sen (1999), em um breve exame da história da ciência econômica, não tarda a revelar sua origem relacionada tanto à política quanto à ética⁴. Essa origem ligada à ética remonta, no mínimo, a Aristóteles, que associa os temas da economia aos fins humanos, referindo-se à sua preocupação com a riqueza. O estudo da economia, embora relacionado diretamente à busca da riqueza, em um nível mais profundo está ligado a outros estudos, abrangendo a avaliação e intensificação de objetivos mais básicos. Já na obra de Aristóteles podemos encontrar a idéia de que o homem não busca a riqueza em si mesma, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa.

Percebe-se a dificuldade em dissociar o estudo da economia do estudo da ética e da filosofia política. Cabe observar que, nessa abordagem, existem duas questões cruciais para a ciência econômica: o problema da motivação humana (como devemos viver?) e a avaliação da realização social. Quanto ao primeiro problema, constata-se na economia uma caracterização muitas vezes restritiva das possíveis motivações das ações humanas. Na teoria econômica, esse reducionismo pode conduzir à caracterização de todas as ações humanas como motivadas pela maximização do auto-interesse de cada indivíduo da sociedade. Esse tipo de hipótese sobre o comportamento humano exclui a influência de qualquer motivação ética sobre as ações dos indivíduos. Ou seja, a economia nasce como uma ramificação da ética e paradoxalmente evolui a ponto de excluir qualquer tipo de premissa ética.

³ Para uma aproximação da escassez de trabalhos de economistas na área no Brasil, cabe ver as referências ao final da dissertação.

⁴ Para maiores informações sobre a relação entre a ciência econômica e a ética, ver também os trabalhos de Kerstenetzky (2002).

Quanto à segunda questão endereçada acima, referente à avaliação da realização social, enfatiza-se a finalidade econômica de alcançar o bem para a sociedade. Como ressalta Amartya Sen:

Essa “concepção da realização social relacionada à ética” não pode deter a avaliação em algum ponto arbitrário como “satisfazer a eficiência”. A avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do “bem”. Esse é um aspecto de certa importância novamente no contexto da economia moderna, especialmente a moderna economia do bem-estar. (Sen, p.20, 1999)

Dessa forma, a economia é uma ciência, desde sua origem, intrinsecamente ligada a questões de ordem ética e moral. Não se pode responder de forma satisfatória a problemas econômicos quando se dissocia da teoria qualquer tipo de proposição ética normativa. Por essa razão, é importante reforçar a importância dos esforços crescentes que vêm sendo realizados por economistas como Amartya Sen no sentido de estreitar novamente a relação entre a ciência econômica e a filosofia moral.

Ainda assim, muitos economistas desenham uma forte linha separadora entre a ciência econômica e a filosofia moral, como se entre esses dois campos de conhecimento existisse uma fronteira bem definida e intransponível. Assume-se a existência separada de uma ciência econômica positiva, supostamente preocupada apenas com fatos, e não com valores⁵.

Atualmente, poucos cientistas acreditam na possibilidade da distinção entre fato e valor. Entretanto, é interessante descrever a maneira através da qual economistas e filósofos realizavam essa distinção. A esse respeito, Hausman e McPherson (2006) apresentam um quadro, ainda que controverso, bastante ilustrativo acerca das supostas diferenças entre questões factuais e valorativas.

⁵ Sobre a distinção entre economia e ética, ver Robbins (1935).

QUADRO 1 – CONTRASTES EXAGERADOS ENTRE FATO E VALOR

Factual Claims	Evaluative Claims
Disagreements can be resolved by evidence	No good way to resolve disagreements
Relatively little disagreement	Relatively little agreement
Descriptive: say how things are	Prescriptive: say how things ought to be
True or false	Not true or false
Objective	Subjective
Independent of evaluative claims	Dependent on factual claims
Help to achieve goals	Help to determine goals

Fonte: Hausman e McPherson (2006, p. 9)

Como se depreende do quadro acima, a visão positivista crê na possibilidade de uma ciência estritamente descritiva, onde é plenamente plausível a distinção clara entre verdadeiro ou falso, através de análises objetivas e independentes de quaisquer questões valorativas. Hausman e McPherson (2006) descrevem bem a visão positivista da economia:

Economics is science or engineering. It shows how to arrive at certain goals but, unlike ethics, it does not prescribe what goals one should have. Economics provides technical knowledge that has no more to do with ethics than does geometry or physics. No matter how sensible and well-conceived ethical theories may be, they have nothing to do with economics and cannot possibly help one understand economics. (Hausman e McPherson, pp. 9, 2006)

Essa visão da economia como dissociada da ética vem desaparecendo entre os cientistas da área, e atualmente praticamente inexistem defensores da visão positivista da ciência econômica. Não obstante, a incorporação de motivações éticas nas análises econômicas ainda é bastante incipiente, e o presente trabalho busca contribuir para a consolidação dessa abordagem.

2.2 A RELEVÂNCIA DA FILOSOFIA MORAL PARA A ECONOMIA

Hausman e McPherson (2006), em seu livro *Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy*, elucidam como um maior entendimento de filosofia moral pode ajudar os economistas a desempenharem sua função de maneira mais acurada e como a união entre economia e ética pode ajudar analistas políticos a aprimorar suas avaliações de políticas alternativas. Nesse sentido, se faz necessário compreender o papel que a ética representa dentro da ciência econômica e como o

comportamento econômico dos indivíduos é influenciado pela dimensão moral de suas vidas.

Ainda que extremamente relevantes para as escolhas humanas, noções morais são pouco úteis na previsão do preço dos alimentos ou para o refinamento de teorias de determinação da taxa de câmbio. Isso explica, em parte, porque tão pouca atenção é dada aos aspectos éticos existentes na teoria econômica. Não obstante, a filosofia moral é fundamental para economistas que lidam com problemas como, por exemplo, a melhora dos padrões de vida em países pobres.

Quando se discute ética e filosofia moral, emerge em primeiro lugar uma questão sobre a natureza dos problemas de ordem moral: existe uma maneira racional de resolver disputas morais ou será que a moralidade está ligada apenas à maneira como as pessoas se sentem? Existem assertivas falsas e verdadeiras em filosofia moral?

É difícil compreender como premissas morais podem ser testadas, confirmadas ou refutadas, na medida em que premissas morais freqüentemente assumem a forma de prescrições sobre as ações humanas e dizem respeito a como as coisas *devem ser* e não a como elas *são de fato*. Dessa forma, como diferentes indivíduos muitas vezes divergem acerca de questões morais, é tentador acreditar que essas questões são relativas ou meras convenções sociais. Não obstante, ao analisar com maior cautela o assunto, percebe-se que existe um grau elevado de consenso sobre diversas questões éticas: por exemplo, uma minoria estatisticamente insignificante de pessoas aprova a tortura de seres humanos para fins de entretenimento.

As questões morais possuem repostas que podem ser classificadas como melhores ou piores, e a argumentação racional pode muitas vezes ajudar as pessoas a encontrar essas repostas. Conclusões relativistas acerca da moralidade humana são exageradas e injustificadas, como será explicitado em maior detalhe no que segue.

A metodologia empregada em filosofia moral é caracterizada pela argumentação lógica: devem-se buscar premissas cuja verdade seja aceita pela grande maioria das pessoas e, a partir dessas premissas e através do uso da lógica, derivar conclusões aceitas por todos. O relativismo moral nega a validade desse método, ao afirmar que o moralmente correto depende intrinsecamente da natureza dos fatos, ou dos indivíduos ou sociedades julgadores.

Uma conclusão diretamente decorrente do relativismo moral é a seguinte (HAUSMAN e MCPHERSON, 2006): se todas as crenças individuais acerca de

questões éticas fossem automaticamente corretas, então não existiriam desacordos sobre verdades morais. Para que desavenças sobre questões morais façam sentido, é necessário que os indivíduos acreditem que premissas éticas possuam a propriedade de serem falsas ou verdadeiras. Em termos da sociedade como um todo, uma análise moral relativista não é capaz de explicar a existência de desavenças e argumentações e contra-argumentações dos defensores da visão predominante com defensores de visões de minorias.

Percebe-se que a abordagem relativista conduz ou ao niilismo moral, a completa rejeição da moralidade; ou a visões que, como explicitado acima, não podem ser sustentadas. Existem ainda pessoas que sustentam um terceiro tipo de abordagem sobre questões morais, qual seja, a *neutralidade moral*. Os adeptos da neutralidade moral defendem a tolerância entre as diversas crenças e práticas sociais e individuais. Entretanto, cabe notar que a natureza da tolerância como uma virtude e o debate sobre que visões e que ações devem ser toleradas são questões que residem no interior da filosofia moral, e não fora do seu âmbito. Dessa forma,

People who are genuinely tolerant are not moral skeptics: they believe that tolerance is (nonrelativistically) good and that those who are intolerant are wrong to be intolerant. Tolerance is tied to an appreciation of the richness of different cultures and different life experiences, to a respect for others, and to a willingness to take their perspectives and arguments seriously. (Hausman e McPherson, pp. 7, 2006)

Restam então apenas duas alternativas: adotar uma completa negação da moralidade, recaindo-se no niilismo moral; ou então abraçar a filosofia moral como um campo de investigação legítimo e, através da argumentação lógica, buscar encontrar conclusões morais válidas que possam servir de guia à ação humana.

2.2.1 Economia do Bem-Estar e Filosofia Moral

A economia do bem-estar lida com a maneira através da qual os indivíduos possuem suas vidas afetadas pelos diferentes resultados econômicos (HAUSMAN e MCPHERSON, 2006). Nesse contexto, se pode destacar o principal aspecto ético intrínseco a toda análise da economia do bem-estar, qual seja, o critério a ser utilizado para escolher entre distintos resultados econômicos possíveis. O que alguns economistas às vezes não reconhecem é que, ao se escolher dentre os resultados possíveis o mais

eficiente, está sendo realizada uma opção moral, assumindo-se que, por alguma razão subjetiva, esse seja o melhor resultado.

O princípio da eficiência e o uso generalizado do conceito de ótimo de Pareto⁶ fazem parecer que a escolha do resultado econômico mais eficiente é óbvia e inevitável. Entretanto, essa escolha pode e deve ser questionada e alterada. Como ressaltam Hausman e McPherson (2006),

These choices are both methodological and ethical. Although welfare is obviously very important, so is freedom and so is justice, and normative economics might focus on them in addition to or instead of welfare. There are alternatives, and to choose among them requires ethical reflection. (Hausman e McPherson, pp.15, 2006)

A presença da ética na teoria econômica parece muitas vezes difícil de entender e de certa forma etérea e intangível. É recorrente a impressão de que é de muito mais fácil compreensão sua ligação com a economia em nível teórico que em termos práticos. Nesse sentido, Hausman e McPherson (2006) apresentam um exemplo extremamente ilustrativo do papel da ética na vida prática do economista. O exemplo trata de um memorando enviado a alguns colegas por Lawrence Summers (Economista-chefe do Banco Mundial à época – 1992), publicado na Revista *The Economist* em oito de Fevereiro de 1992 (pp. 66). O memorando trazia os seguintes argumentos, organizados por Hausman e McPherson (2006) como segue:

1. *Rational agents in Less Developed Countries (LDC's) would accept pollution from developed countries for less compensation than rational agents in developed countries would be willing to pay to get rid of the pollution. In other words, for some compensation C – which lies between the least that agents in LDC's will accept and the most that agents in rich countries will offer – all rational individuals, whether in developed countries or in LDC's, would prefer to transfer pollution from a developed country to a LDC. PREMISE*
 2. *Whatever individuals prefer makes them better-off or increases their welfare. PREMISE*
 3. *Shifting pollution to LDC's from developed countries and paying some compensation C makes everyone better-off. FROM 1 AND 2*
 4. *One should adopt policies that make people better-off. PREMISE*
 5. *One should adopt policies that shift pollution to LDC's and pay compensation C. FROM 3 AND 4*
- (Hausman e McPherson, pp.18, 2006)

⁶ Uma definição formal do conceito de ótimo de Pareto pode ser encontrada em Mas-Colell *et al.* (1995), pp. 818.

Ao avaliar o argumento exposto, percebe-se que a primeira premissa apresenta o resultado de uma avaliação dita “positiva” das preferências dos indivíduos de países desenvolvidos e em desenvolvimento acerca da distribuição da poluição. Até esse ponto, parece um argumento exclusivamente científico sobre um tema bastante controverso, mas apenas isso. A premissa dois, entretanto, é crucial para que se perceba a ligação (que tantas vezes passa despercebida aos economistas) entre a conclusão número três e a filosofia moral, qual seja, a identificação do bem-estar com a satisfação das preferências individuais. Essa identificação é o elo existente entre todas as avaliações de mercado e o bem-estar, constituindo o *core* da Economia do Bem-Estar.

Através dessa identificação que Summers é capaz de associar premissas sobre custos e demandas a conclusões sobre quais resultados são melhores e piores, e sobre quais políticas aumentam o bem-estar da população. Poderia se contra-argumentar que conclusões dessa natureza não deveriam fazer parte da ciência econômica, mas isso não faria qualquer sentido, dada à natureza do objeto de estudo dessa ciência, que estuda as ações e conseqüências econômicas de sujeitos sociais.

2.3 RACIONALIDADE E MORALIDADE

A teoria econômica recai, em última instância, sobre uma teoria de escolha humana, que assume que os indivíduos fazem escolhas racionais. Essa teoria da escolha racional que domina a ciência econômica é derivada de uma teoria da escolha humana chamada *folk psychology*⁷ (HAUSMAN e MCPHERSON, 2006). A teoria econômica substituiu o desejo (noção não-comparável) como motivador das ações humanas pela noção de preferência. Dessa forma, se podem explicar as ações dos indivíduos apenas mostrando que ele as prefere pelo menos tanto quanto todas as outras alternativas possíveis. Ao incorporar ao conceito de preferência todos os aspectos relevantes para a escolha, compreende-se a abordagem de escolha e preferências adotada pelos economistas.

Os economistas trabalham com o conceito de escolha não como determinações mentais, mas sim como ações resultantes de preferências, restrições e expectativas (crenças). As preferências são consideradas pré-determinadas ou como informações “dadas” sobre os indivíduos, ou seja, as preferências prescindem de explicação e não

⁷ As ações humanas derivam das crenças e de uma ampla gama de fatores motivacionais como desejos, emoções, hábitos e compromissos (HAUSMAN e MCPHERSON, 2006).

estão sujeitas a qualquer tipo de escrutínio. Uma escolha é considerada racional quando determinada através de um conjunto de preferências ditas racionais; preferências que obedecem a certas regras definidas no interior da teoria da utilidade.

De acordo com a teoria da utilidade, um indivíduo é racional se suas preferências são racionais e, em sendo dessa forma, ele sempre escolhe a alternativa preferida dentre todas as possíveis. As preferências são racionais quando apresentam as seguintes propriedades: completude e transitividade⁸. Essas propriedades estabelecem um ordenamento fraco através do qual emerge a Função de Utilidade Ordinal.

Em um ambiente de certeza, a teoria da utilidade estabelece que os agentes são racionais se e apenas se suas preferências podem ser representadas por uma função de utilidade ordinal e se suas escolhas maximizam suas utilidades. Maximizar utilidade significa fazer sempre aquilo que se prefere fazer⁹.

Uma abordagem alternativa à teoria da escolha racional sustenta que as preferências não apresentam sempre as propriedades impostas pela racionalidade, e seus representantes defendem uma visão menos ortodoxa da escolha humana, através do uso do conceito de racionalidade limitada¹⁰. Essa visão sustenta que as pessoas precisam tomar decisões mesmo em situações em que as informações disponíveis não são completas e onde não é possível estimar as probabilidades associadas aos diferentes resultados possíveis. O conceito de racionalidade limitada busca abarcar não apenas a idéia de que as informações são limitadas, mas também uma limitação do tempo e da razão humana. A maximização da utilidade, nesse contexto, pode não ser possível, bem como a determinação da alternativa preferível dentro do conjunto de alternativas possíveis.

Os economistas lançam mão do arcabouço teórico fornecido pela Teoria da Utilidade para estabelecer os dois Teoremas do Bem-Estar. O primeiro teorema estabelece que toda alocação de recursos que constitui equilíbrio competitivo é ótima de Pareto; enquanto o segundo teorema estabelece que, sob algumas restrições, toda alocação ótima de Pareto constitui equilíbrio competitivo.

⁸ As preferências são completas se para quaisquer duas alternativas A e B distintas tem-se que A é preferível a B, B é preferível a A ou A é indiferente a B. As preferências são transitivas se para quaisquer alternativas A, B e C, tem-se que: se A é pelo menos tão bom quanto B e B é pelo menos tão bom quanto C, então A é pelo menos tão bom quanto C.

⁹ A teoria da escolha racional não busca de nenhuma forma explicar o que as pessoas desejam e como esses desejos se formam. Portanto, essa teoria não implica o comportamento auto-interessado.

¹⁰ Ver Simon (1991).

Nesse contexto, o principal objetivo da economia normativa é estudar em que medida o livre mercado permite que os indivíduos satisfaçam suas preferências (HAUSMAN e MCPHERSON, 2006). O Ótimo de Pareto é tipicamente definido como um estado no qual é impossível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de pelo menos outro indivíduo. Essa definição se mostra enganadora, sendo mais acurado definir o conceito de ótimo de Pareto da seguinte maneira: R é Pareto superior a S se ninguém prefere S a R e alguém prefere R a S; dessa forma, R é um ótimo de Pareto se e somente se não existe nenhuma outra alocação S Pareto superior a R.

Diversas alocações possíveis são ótimas de Pareto. Não obstante, muitas dessas alocações serão eticamente condenáveis. Considere um estado R no qual milhares de pessoas passam fome. No caso de não existir uma maneira de melhorar a situação dessas pessoas sem afetar negativamente a situação de algum indivíduo, esse estado R caracteriza um ótimo de Pareto. Sem a consciência de suas implicações éticas, alguns economistas trabalham com o conceito de ótimo de Pareto tratando alocações que não são eficientes no sentido de Pareto como moralmente indesejáveis. Nesse sentido, dado o primeiro teorema do bem-estar, pode-se concluir que, *ceteris paribus*, todo equilíbrio competitivo é moralmente desejável e toda imperfeição de mercado que interfere na obtenção desse equilíbrio é moralmente indesejável.

Ao abrir o conteúdo da cláusula *ceteris paribus* do parágrafo anterior, encontra-se, dentre um dos fatores que foi considerado constante, a justiça ou não da alocação resultante do equilíbrio competitivo. É importante perceber que se uma melhora de Pareto conduz a uma situação de injustiça, então essa melhora é moralmente indesejável. Dessa forma,

If moral considerations do affect firms` and consumers` choices, then economists can strengthen the explanatory and predictive power of their analyses by including such factors.

(Hausman e McPherson, pp.75, 2006)

As normas morais permitem que as pessoas coordenem as suas ações de forma mais eficiente do que seria possível na ausência de uma moral compartilhada. É do interesse de todos os indivíduos “viver em uma sociedade governada por normas morais capazes de assegurar que as pessoas falem a verdade, mantenham promessas, não ajam

com violência contra os outros indivíduos”, e assim por diante. Entretanto, agir moralmente pode ter um alto custo associado. Nesse contexto, insere-se uma antiga questão filosófica: quão compatíveis são a moral, o auto-interesse e a racionalidade?

Existe uma forte associação entre auto-interesse e racionalidade, na medida em que é muito comum a interpretação do auto-interesse como uma atitude racional. No entanto, essa interpretação é errônea. Para os economistas, como já elucidado, as preferências são racionais quando completas e transitivas; e as escolhas são racionais quando determinadas por preferências dessa forma. Como se depreende dessa definição, não existe qualquer tipo de restrição sobre as preferências de um indivíduo racional, inexistindo qualquer ponto comum entre racionalidade e auto-interesse (até o momento em que se maximiza utilidade). Portanto, tanto ações morais quanto ações imorais podem perfeitamente ser racionais; não há conflito entre os conceitos de racionalidade e moralidade.

Hausman e McPherson (2006) afirmam que preferências morais e altruísticas são deixadas fora do âmbito da modelagem econômica. O altruísmo, entretanto, é modelado pelos economistas ao incluir uma função de utilidade dentro da outra, fazendo com que um aumento da utilidade de um indivíduo B tenha um impacto positivo na utilidade de outro indivíduo A (altruísta). Além disso, em teoria dos jogos muitas vezes surgem como melhor estratégia para os jogadores o comportamento altruísta.

Finalizando o primeiro capítulo, cabe citar um parágrafo de Hausman e McPherson (2006) que ilustra de maneira clara e consistente a razão de trabalhos econômicos sobre filosofia moral, como este.

The moral commitments of economic agents can reasonably be regarded as sociological and psychological factors, but they differ from others sociological and psychological factors because they are supported by reasons and held to be generally binding. They need not always make sense; but it's puzzling when they don't, and one's first reaction will be that one has not understood them correctly. To understand economic phenomena, economists will sometimes need to understand the moral commitments of agents, for these may be of great economic importance. And doing so requires some ability to enter into the moral universe of the agents. Furthermore, the consequences of economic institutions and policies will often be mediated by their effects on people's moral commitments. Knowing something about morality will sometimes be crucial to predicting and explaining how people's moral beliefs and preferences change in response to economic policies and institutions, and it will thus enable economists to predict economic outcomes more accurately.

(Hausman e McPherson, pp.304, 2006)

No próximo capítulo, será apresentada em maiores detalhes a teoria moral subjacente à análise econômica, qual seja, a teoria utilitarista. Além disso, serão também explicitadas duas teorias de justiça alternativas ao utilitarismo, que serão o escopo do experimento realizado nesse trabalho, a saber, as teorias de justiça de John Rawls e de Robert Nozick.

3 AS TEORIAS DE JUSTIÇA UTILITARISTA, DE JOHN RAWLS E DE ROBERT NOZICK

Nesse capítulo serão discutidas três teorias de justiça: o utilitarismo, a teoria de justiça de John Rawls e a teoria da justiça em propriedades de Robert Nozick. O utilitarismo é a teoria moral que embasa a maior parte da ciência econômica atual, enquanto as teorias de Rawls e Nozick são aqui exploradas como alternativas possíveis ao utilitarismo.

3.1 UTILITARISMO

O utilitarismo é uma teoria muito específica que dominou o restrito círculo da filosofia política de língua inglesa¹¹. A vertente utilitarista exerceu influência profunda sobre as bases teóricas de toda ciência econômica, sendo de importância fundamental para a microeconomia até os dias atuais. O utilitarismo pode, em linhas gerais, ser definido como a ética social que defende que a soma das felicidades (ou satisfações menos privações) dos indivíduos, caracterizadas como “utilidades”, seja tão grande quanto possível (ou seja, “máxima”). Em uma sociedade onde existam apenas dois indivíduos, se um deles obtém “mais felicidade”, a partir da mudança da situação y para x , do que o outro indivíduo perde, o utilitarismo declara a situação x como socialmente preferível à situação y . Nesse contexto, essa seção tem como objetivo explicar os principais aspectos da teoria utilitarista, bem como apresentar as dificuldades que encerra essa abordagem.

A justificação para a proposta utilitarista é a visão de que todos os indivíduos devem ser tratados como iguais, e essa igualdade requer que se estabeleçam pesos iguais para o bem-estar de cada indivíduo no cálculo social. Isso posto, sugere-se que a melhor alternativa social é aquela que maximiza a soma total das utilidades dos indivíduos.

Não obstante, essa justificativa igualitária de maneira alguma implica que o melhor estado da sociedade corresponda aquele no qual a soma das utilidades é maximizada. Como argumenta Sen (1992), toda teoria moderna de justiça repousa na premissa de que os cidadãos devem ser tratados igualmente no que tange algum objeto.

¹¹ As referências principais para esse capítulo se encontram em Blackorby (1999), Kolm (2000), Roemer (1996).

Pode-se afirmar que o utilitarismo é uma teoria da justiça? Nas palavras de Kolm (2000):

O utilitarismo muitas vezes se vê não apenas como uma teoria do bem, mas também, como consequência, como uma teoria do justo. Classicamente, vê-se até como estritamente igualitário, baseando-se no fato de que adiciona as utilidades dos indivíduos com pesos iguais...E as utilidades, prazeres ou felicidades são, na verdade, os valores individuais para o utilitarismo. Contudo, se esses valores individuais fossem os valores finais ético-sociais, o estado justo implicaria sua igualdade ideal...e não sua soma mais elevada. (Kolm, 2000, p.508).

No entanto, dado que o utilitarismo determina um ótimo, ele determina também todas as variáveis possíveis desse ótimo. Nesse sentido, pode ser compreendido como uma teoria de justiça indireta ou derivada através das utilidades dos indivíduos.

O utilitarismo também pode ser visto como justiça individualista direta, na medida em que impõe a equalização das utilidades marginais dos indivíduos, como demonstrou Sen (1979), no primeiro capítulo do presente trabalho.

No que tange o eudemonismo¹² presente na teoria utilitarista, a referência exclusiva ao prazer encontrou firme oposição de éticos da liberdade. Kant (*apud* RAWLS, 2001) vê o eudemonismo como a essência da imoralidade, enquanto Rawls (2001) o vê como uma questão individual e, portanto, irrelevante para a justiça.

Os diversos problemas morais do utilitarismo podem ser tipificados pela “possível defesa utilitarista da tortura de uma criança na frente de milhões de espectadores suficientemente sádicos”. Esses problemas foram enfrentados por algumas propostas. Por exemplo, aspectos não-éticos das utilidades podem ser “lavados e passados” (Kolm, 2000), e isso pode muitas vezes ser realizado de maneira precisa. Tome-se, por exemplo, para o caso da inveja; as preferências “limpas” são as preferências livres de inveja¹³.

¹² “É a doutrina que considera a busca de uma vida feliz, seja em âmbito individual seja coletivo, o princípio e fundamento dos valores morais, julgando eticamente positivas todas as ações que conduzem o homem à felicidade.” Houaiss, Antônio e Villar, Mauro Salles - Dicionário da Língua Portuguesa, RJ, Objetiva, 2001, pag. 1273.

¹³ Sobre alocações livres de inveja, ver Balbinotto (2001).

3.1.1 Os principais aspectos do *Welfarism*¹⁴

Antes de introduzir as características relativas ao utilitarismo propriamente dito, é interessante ressaltar os principais aspectos do conjunto teórico mais amplo denominado *Welfarism*. Essa abordagem considera que os ordenamentos em X (conjunto de arranjos possíveis), gerados por uma função de avaliação social de bem-estar, comparam quaisquer duas alternativas $x, y \in X$ unicamente na base das utilidades individuais existentes em x e em y . Todas as informações que não dizem respeito ao bem-estar dos indivíduos são ignoradas no estabelecimento de um ranking dos arranjos sociais.

O *welfarism*, como concebido em Blackorby *et al.* (1999), é uma consequência lógica de três axiomas, dentre os quais o primeiro diz respeito à hipótese de domínio irrestrito. Esse axioma requer que a função de avaliação social F seja definida no conjunto de todos os possíveis *profiles* de utilidade.

Domínio Irrestrito (UD): $D = U$

O próximo axioma é uma condição de independência que relaciona os ordenamentos associados com diferentes *profiles*. Ele torna necessário que o ranking social de quaisquer duas alternativas seja independente dos níveis de utilidade associados com outras alternativas.

Independência binária de alternativas irrelevantes (BI): para todo $x, y \in X$, e para todo $U, V \in D$, se $U(x) = V(x)$ e $U(y) = V(y)$, então $xR^u y$ sse $xR^v y$.¹⁵

O axioma de independência explicitado acima para funções de avaliação social é mais fraco que o correspondente axioma para funções de bem-estar social. O axioma de independência de Arrow requer que o ordenamento social de um par de alternativas dependa exclusivamente dos rankings individuais de tais alternativas. *BI* é equivalente ao axioma da independência binária de Arrow se a função de avaliação social satisfaz a invariância informacional com respeito a utilidades interpessoalmente não-comparáveis

¹⁴ Conjunto teórico mais amplo dentro do qual está contido o utilitarismo. Pode ser entendido como o conjunto das Teorias do Bem-Estar Social.

¹⁵ O símbolo “R” assume tanto a relação de preferência quanto de indiferença.

e ordinalmente mensuráveis. Como formulado acima, a independência binária é compatível com quaisquer hipóteses concernentes à mensurabilidade e a comparabilidade interpessoal de utilidades individuais.

O axioma final utilizado na geração do *welfarism* é o de indiferença de Pareto. Se todos os indivíduos estão igualmente bem em duas alternativas, então a função de avaliação social deve elencar essas duas alternativas como igualmente boas.

Indiferença de Pareto (PI): para todo $x, y \in X$, e para todo $U \in D$, se $U(x) = U(y)$, então $xI^u y$.¹⁶

O axioma de indiferença de Pareto se torna atrativo quando funções de utilidade mensuram todos os objetos que possuem valor para os indivíduos. Na presença de domínio irrestrito, *BI* e *PI* conjuntamente implicam que informações não-concernentes a bem-estar sobre as alternativas sociais devem ser ignoradas pela função de avaliação social.

Um grande desafio ao *welfarism* surgiu nos anos recentes (Blackorby *et al.*, 1999). Esse desafio caminha no sentido da substituição da preocupação com o bem-estar social, direcionando o foco para as oportunidades que as pessoas possuem para obter bem-estar. Percebe-se nessa ênfase sobre as oportunidades a hipótese subjacente de que os indivíduos são responsáveis por suas próprias escolhas. Na prática, os teóricos do *welfarism* geralmente concordam com o fato de que a provisão de oportunidades é de primordial interesse social, mas o cerne de suas análises ainda assim repousa sobre o *bem-estar*. Se a autonomia pode ser considerada um aspecto significativo do bem-estar dos indivíduos, as pessoas devem ser livres para realizar suas escolhas, e isso constituiria então uma restrição ao conjunto de arranjos sociais possíveis.

3.1.2 A significação do conceito de utilidade

Dada a visão moderna de que uma função de utilidade é uma simples representação numérica de um ordenamento de preferências, qual o significado do utilitarismo? Em outras palavras, qual o significado de tomar-se a soma $\sum U^i(x)$, onde U^i é a função de utilidade do indivíduo i e x representa uma alternativa social?

¹⁶ O símbolo “I” denota a relação de indiferença.

O único caso no qual esse somatório possui uma interpretação significativa em termos de bem-estar social é quando a função de utilidade mensura alguma variável interpessoalmente comparável (Roemer, 1996). Por exemplo, tome-se $U^i(x)$ como a expectativa de vida do indivíduo i no estado social x . Então tem-se que $1/N \sum U^i(x)$ é a expectativa média de vida da sociedade em questão: pode-se assim defender que o melhor arranjo para essa sociedade é aquele que maximiza a expectativa média de vida. Nesse caso, que tipos de propriedades concernentes à mensurabilidade e comparabilidade devem ser exigidas de $U^i(x)$ para que faça sentido mensurar-se a expectativa de vida? Pode-se permitir transformações do *profile* $U = (U^1, \dots, U^n)$ apenas através de transformações monotônicas da forma $\Phi = (\varphi, \varphi, \varphi, \dots, \varphi)$, onde $\varphi(z) = az$, para qualquer número positivo a . Isto é, a escala na qual a expectativa de vida é mensurada não constitui um fator relevante, podendo ser em anos, décadas, etc. Essa classe de transformações preserva ambas as diferenças de utilidades e as razões entre utilidades: é possível afirmar tanto que a expectativa de vida de uma pessoa é seis anos superior a das outras pessoas, quanto que a expectativa de vida de um indivíduo é dois terços da expectativa de outro indivíduo.

A conclusão é que o utilitarismo (Roemer, 1996) é um conceito constituído de sentido para a teoria da justiça apenas quando se tem uma definição da utilidade que seja interpessoalmente comparável de forma significativa. A expectativa de vida pode ser tomada como um exemplo de tal concepção.

Quando se discute quais transformações podem ser aplicadas a funções de utilidade, é importante ter-se sempre em mente que o grupo de transformações que podem ser autorizadas está intrinsecamente relacionado às propriedades de mensurabilidade atribuídas ao conceito de utilidade com o qual se está trabalhando. O utilitarismo pode ser considerado como uma concepção coerente na medida em que a definição de utilidade atenda as propriedades de mensurabilidade cardinal e comparabilidade unitária. O próximo resultado mostra que a comparabilidade unitária cardinal pode ser considerada o mais fraco requerimento informacional que torna o utilitarismo coerente. Isso pode ser visto na seguinte proposição:

Proposição. Seja F^{ut} uma função utilitarista de escolha social, definida em um domínio irrestrito de *profiles* de utilidade, e suponha-se que o ordenamento $F^{ut}(u)$ seja invariante com respeito a transformações de utilidade do grupo G , onde G consiste

daquelas transformações cujas funções componentes são monotônicas, contínuas, e diferenciáveis – exceto em um número finito de pontos. Então G está contido em G^{CUC} . (CUC = comparabilidade cardinal unitária)

O cerne dessa proposição garante que não se pode considerar o utilitarismo como uma proposta válida de justiça a menos que o conceito de utilidade seja concebido como atendendo no mínimo a comparabilidade cardinal unitária (Roemer, 1996). Ainda assim, deve-se muitas vezes exigir que a definição de utilidade possua muito mais atributos, como mostra o exemplo da expectativa de vida. Pode-se precisar lançar mão da caracterização do utilitarismo construída por Eric Maskin¹⁷, na qual a concepção primordial de utilidade é que ela seja completamente mensurável e comparável (exigência mais forte que o CUC).

Para a elucidação do resultado do Teorema de Maskin, faz-se necessária a precedente apresentação de algumas condições e axiomas, na medida em que são requeridos pelo teorema. Isso é feito no que segue.

Condição I (independência binária de alternativas irrelevantes): anteriormente explicitado.

Condição U (domínio irrestrito): anteriormente explicitado.

Condição AN (anonimato): seja o *profile* U' uma permutação do *profile* U . então $F(U) = F(U')$. Essa condição garante que os nomes dos indivíduos não serão relevantes no ordenamento social.

Axioma de continuidade (CONT): F é contínua.

Axioma da eliminação da influência de indivíduos indiferentes (EL): o cerne desse axioma revela que: suponha-se que as funções de utilidade estejam fixadas em U^1, \dots, U^m para um subconjunto de indivíduos $1, \dots, m$. Agora suponha-se que todos os outros indivíduos sejam indiferentes entre todos os arranjos sociais possíveis. Então tem-se que o ordenamento social deve depender exclusivamente do valor da função de

¹⁷ *apud* Roemer, 1996.

utilidade dos indivíduos 1, ..., m. Assim, o nível de utilidade dos indivíduos que são indiferentes aos estados sociais é irrelevante para o ordenamento social.

Strong Pareto (SP): seja U um *profile*. Se $U(x) \geq U(y)$, então x é preferível a y sob o ordenamento $F(U)$.

Têm-se agora as condições necessárias à apresentação do seguinte teorema (Roemer, 1996):

Teorema de Maskin (1978). Seja F uma função que satisfaça U , SP , I , AN , $CONT$ e EL , e respeite a comparabilidade cardinal completa. Então F é utilitarista.

Roemer (1996) defende que o teorema de Maskin contém um argumento mais persuasivo para o utilitarismo do que apenas o requerimento da comparabilidade unitária cardinal. De acordo com o autor, o problema com esse teorema seria sua necessidade da hipótese de continuidade. Essa necessidade constitui uma dificuldade na medida em que a continuidade elimina uma das abordagens igualitárias contidas na doutrina do utilitarismo, a saber, o mecanismo de *leximin* (Sen, 1979).

A continuidade na teoria da escolha social caminha no sentido oposto à igualdade no que tange o conceito de *leximin*. Por outro lado, a natureza inerentemente descontínua do *leximin* é concomitantemente o principal argumento contra o próprio *leximin*, do ponto de vista da justiça distributiva. Para ficar mais claro, considere-se uma sociedade onde existam duas pessoas, e seja uma seqüência de vetores de utilidade dada por $((n-1)/n, n)$, para $n = 1, 2, \dots$. De acordo com o princípio *leximin*, o vetor de utilidade $(1,1)$ é socialmente preferível a todos os outros vetores. Em outras palavras, nenhuma quantidade de utilidade alocada para a segunda pessoa pode compensar a sociedade pelo fato de a utilidade da primeira pessoa estar localizada abaixo de 1, mesmo que por uma quantidade arbitrariamente pequena.

3.1.3 A Utilidade cardinal

Como princípio geral, o utilitarismo sempre foi ignorado em outros segmentos da ciência (Kolm, 2000), inclusive por leigos e outros filósofos. Praticamente nunca foi aplicado e, mesmo nos seus restritos círculos, enfrenta oponentes famosos.

Nas palavras de Bentham, filósofo ao qual o utilitarismo é atribuído, a sociedade deveria buscar “o maior bem para o maior número”. Sem maiores definições, essa frase seria incoerente, pois demandaria a maximização conjunta de dois objetivos. Já se o tamanho da população fosse dado, então o utilitarismo recomendaria que fosse escolhida dentre todas as alternativas distributivas aquela que maximizasse o bem-estar total. A justificativa para essa proposta reside na visão de que todos os indivíduos devem ser tratados como iguais, e tal igualdade requer que seja atribuído igual peso para o bem-estar de cada pessoa no cálculo pessoal; o que sugere que a alternativa social correta é aquela que maximiza a soma das utilidades individuais.

Por definição, a *utilidade cardinal* refere-se a funções de utilidade definidas até qualquer transformação linear crescente (Kolm, 2000). Essa definição é equivalente a atribuir significação efetiva ao valor numérico das razões das diferenças em níveis de utilidade. Assim, um valor numérico de utilidade atribuído a determinado objeto A que seja duas vezes superior a outro valor atribuído a outro objeto B, não apenas significa que o indivíduo prefere A a B, mas também que ele tem uma preferência de *intensidade* duas vezes maior de A por B.

A utilidade cardinal foi largamente utilizada na economia e na teoria dos jogos (na análise da decisão sob incerteza), e é necessária para alguns dos conceitos usados na ética social. Exemplos desses conceitos podem ser encontrados no utilitarismo e em algumas soluções possíveis em situações de barganha.

O fato de uma teoria lançar mão da utilidade cardinal requer que essa utilidade faça sentido. No que tange à significação da utilidade cardinal, dois casos têm de ser distinguidos e analisados. O primeiro caso considera as escolhas ou preferências sob incerteza através da teoria Von Neumann-Morgenstern (1944) e o uso correspondente de uma utilidade cardinal. Nesse contexto, o uso da utilidade cardinal é justificável por questões de racionalidade (Kolm, 2000), embora não descreva um comportamento universal. Pressupõe-se que o risco pode ser representado por meio de distribuições de probabilidade, e a forma cardinal emerge da estrutura do cálculo de probabilidade. Duas teorias que são importantes para a ética social baseiam-se nessa utilidade cardinal relevante para o ambiente com incerteza; a saber, as duas teorias propostas por Harsanyi para justificar o utilitarismo – teorias essas que serão abordadas nas subseções posteriores.

O segundo caso considera teorias que não usam incerteza, tendo assim que justificar sua utilização da utilidade cardinal com base em outros fundamentos.

Cabe então analisar a significação geral de uma utilidade cardinal. As funções de utilidade representam preferência, preferência “revelada”, satisfação, felicidade; com relações próximas entre esses possíveis significados.

Pode ser significativo dizer frases como: “minha preferência por A a B é mais elevada do que a minha preferência por C a D”. Uma função de utilidade cardinal pode ser entendida como a atribuição de significado ao ordenamento das diferenças da função de utilidade; mais do que isso, cardinalidade implica invariância das razões das diferenças.

Se definirmos:

X = conjunto de alternativas que formam um clássico ordenamento completo de preferências;

p = é preferida a;

i = é equivalente a;

r = p ou i ;

P = é preferida a (válido para a comparação de pares ordenados);

$U(x) = U_x$ (ordinal); para todo x pertencente a X .

Então, são necessárias as seguintes propriedades para que a utilidade cardinal possua sentido, Kolm (2000):

1. xpy e $trz \Rightarrow (x,y)P(z,t)$; yrx e $zpt \Rightarrow \sim (x,y)P(z,t)$ ¹⁸

2. anti-simetria: $(x,y)P(z,t) \Rightarrow \sim (z,t)P(x,y)$

3. comparabilidade e indiferença: para xry e zrt nem $(x,y)P(z,t)$ nem $(z,t)P(x,y)$ significam que x é preferido a y tanto quanto z é preferido a t , e isso se escreve $(x,y)I(z,t)$ – uma relação simétrica a partir da sua definição. R denota P ou I . Consideramos a relação R no domínio de pares fracamente ordenados (x,y) , de tal modo que xry . A partir da definição de I , xiz e zit implicam $(x,y)I(z,t)$ (já que P não foi definido para esses casos); isso é válido em particular se $x = y$ ou $z = t$ (ou ambos).

4. $x', y', z', t' \in X$ e xix', yiy', ziz', tit' implica que $(x,y)P(z,t) \Leftrightarrow (x',y')P(z',t')$ – pode-se ter, em particular, $x' = x, y' = y, z' = z$ ou $t' = t$. Supõe-se uma propriedade similar para a relação I .

5. xrz e try sem xiz e tiy implica que $(x,y)P(z,t)$.

¹⁸ A notação \sim é utilizada em lógica e significa negação.

6. transitividade: a comparação R define um preordenamento completo em pares do seu domínio.

Não obstante o atendimento dessas propriedades, “a comparação ordinal de preferências referentes a pares fornece uma utilidade cardinal significativa para comparações restritas a preferências fracas”. (Kolm, 2000, p.455). Isso significa que, quando a função de utilidade representa preferências fracas (a alternativa x é fracamente preferida à alternativa y se for preferida a ela, sendo ambas quase indiferentes), pode-se interpretar as relações entre pares ordenados como cardinalmente significativas.

Encontra-se ainda, em Kolm (2000), que o uso da utilidade cardinal é então legítimo, mas apenas para domínios particulares, nos quais deve ser provida uma justificativa específica caso a caso.

3.1.4 Risco e justiça

Respeitar as preferências das pessoas por correr riscos exclui a tentativa de limitar as resultantes desigualdades e a pequenez do bem-estar, isto é, implica julgar a sociedade pela soma das utilidades dos indivíduos. Essa é a essência de uma justificativa do utilitarismo proposta por Harsanyi em 1955 (*apud* Kolm, 2000).

A questão, vista a partir da teoria geral da justiça, é determinar se os efeitos finais da ocorrência do risco são da responsabilidade da justiça ou, pelo contrário, se os indivíduos são os próprios responsáveis pelos efeitos dessa ocorrência. A justiça *ex-post* equivale à posição de que a ocorrência do risco e as suas conseqüências pertencem ao âmbito da justiça. Isso configura a justiça consequencialista¹⁹. Por contraste, a justiça *ex-ante* responsabiliza os indivíduos pela ocorrência do risco. Ainda em outros casos, a responsabilidade pelos efeitos da ocorrência do risco pode ser dividida em várias proporções possíveis entre os indivíduos e a política de justiça.

A lógica sobre a qual repousa a justificativa do utilitarismo encontrada em Harsanyi é, de acordo com Kolm (2000), baseada em cinco suposições. Primeiramente, supõe-se a existência de uma avaliação social que respeita as preferências dos indivíduos. Em segundo lugar, considera-se que os indivíduos e a avaliação social analisam as perspectivas arriscadas *ex ante* por meio das expectativas matemáticas das utilidades. Isso significa que é levada a cabo uma avaliação segundo a teoria de Von Neumann-Morgenstern, podendo ser caracterizada pelo fato de que considera que

¹⁹ Concernente à Hipótese Consequencialista presente na teoria de Von Neumann-Morgenstern.

loterias sobre loterias são avaliadas pelas probabilidades resultantes dos resultados finais (hipótese consequencialista). Tem-se então que as funções de utilidade e a função de avaliação social são especificadas como funções cardinais correspondentes. Em terceiro lugar, considera-se a avaliação social *ex ante* como neutra no que tange à atribuição da responsabilidade pelos efeitos da ocorrência do risco entre a política de justiça e os próprios indivíduos. Sendo assim, tem-se que avaliação social *ex ante* é percebida como sendo, ao mesmo tempo, a expectativa matemática dos seus valores nas diversas possibilidades do risco e uma função das expectativas matemáticas dos próprios indivíduos relativas às suas utilidades em cada evento de risco. Em quarto lugar, adiciona-se a suposição de que todas essas distribuições de probabilidade (que analisam o risco) são as mesmas e residem no interior da esfera das probabilidades objetivas. Considera-se, então, a igualdade obtida para todas as probabilidades de certo domínio. Nas palavras de Kolm (2000):

Essas probabilidades são consideradas como variáveis. Uma expectativa matemática é uma função linear das probabilidades. Portanto, a igualdade (agora uma identidade) suposta acima diz que uma função de funções lineares é, ela própria, uma função linear das variáveis. Resulta simplesmente que essa função é uma função linear dessas funções lineares, para um domínio suficiente de variação. Isto é, a avaliação ética social *ex ante* é uma função linear das utilidades esperadas dos indivíduos. Portanto, com certeza, a avaliação ética social é uma função linear das utilidades dos indivíduos. (Kolm, 2000, p.518).

Em quinto e último lugar, supõe-se que as utilidades dos indivíduos são utilidades fundamentais, o que implica uma função de avaliação social como função simétrica das utilidades individuais. Pode-se finalmente afirmar que a função de avaliação social equivale à soma das utilidades dos indivíduos; o que configura o utilitarismo.

Em Roemer (1996), encontramos uma caracterização do teorema de Harsanyi, que apresenta uma argumentação bastante diferenciada para o utilitarismo. Seja um conjunto com H indivíduos que possuem preferências de Von Neumann-Morgenstern u^{*h} sobre um determinado conjunto de loterias. Estejam essas loterias relacionadas a um outro conjunto de m prêmios, onde $m \geq 2$; uma loteria pode ser vista como um vetor de probabilidades $p = (p^1, \dots, p^m)$, onde p^i corresponde à probabilidade de receber o prêmio i . Denote-se por L o conjunto de tais loterias. Pode-se designar a utilidade proveniente

de cada loteria como $u^{*h}(p)$, onde u^{*h} representa a função de utilidade do indivíduo h em um perfil u^* . O que Harsanyi realiza é a dedução de um ordenamento da preferência social a partir de L . O autor argumenta que, considerando-se razoável assumir que os ordenamentos das preferências de loterias de cada indivíduo obedecem aos preceitos das preferências de Von Neumann-Morgenstern, então é também razoável assumir que o ordenamento de preferências da sociedade sobre L também obedece a esses preceitos. Além disso, Harsanyi propõe um axioma de Pareto, segundo o qual se todos os indivíduos preferem a loteria p sobre a loteria q , então essa preferência pode ser estendida para a sociedade como um todo. O resultado então obtido é que esses dois axiomas conjuntamente implicam que o ordenamento social deve ser da forma $\sum a^h u^{*h}$, para qualquer número real a^h . Sendo assim, a sociedade deve considerar apenas estados sociais (loterias) a partir de uma função utilitarista.

Ainda de acordo com Roemer (1996), Sen critica o teorema de Harsanyi, na medida em que ele não pode ser considerado como uma interpretação significativa no interior do arcabouço teórico do utilitarismo clássico. Em outras palavras, a loteria que maximiza $\sum a^h u^{*h}$ não está maximizando uma soma significativa de utilidades individuais – isto é, uma soma de alguma medida de bem-estar que seja interpessoalmente aditiva e comparável. Dessa maneira, o teorema de agregação de Harsanyi não configuraria um teorema utilitarista, mas sim um resultado bastante diferente sobre a representação de preferências sociais em termos de utilidades individuais do tipo Von Neumann-Morgenstern. Não se pode derivar nenhum tipo de comparabilidade interpessoal significativa apenas a partir do fato de que cada indivíduo possui preferências ordinais sobre loterias, satisfazendo os axiomas de Von Neumann-Morgenstern.

Harsanyi também propõe um segundo argumento para o utilitarismo, completamente diferente do acima apresentado (Roemer, 1996). A defesa irá basear-se em qual arranjo social um indivíduo escolheria sob um véu de ignorância. A noção de véu de ignorância aqui empregada é estritamente relacionada com o conceito de igual probabilidade entre todas as possibilidades: o indivíduo não apenas desconhece qual tipo ele irá personificar no interior da sociedade, como também sabe que possui igual probabilidade de ser qualquer um dentre os tipos possíveis.

Suponha-se um conjunto de arranjos sociais X (por exemplo, diversas distribuições de renda) dentre as quais uma sociedade deve escolher uma delas. Essa

sociedade é composta por H tipos de pessoas. Os membros que fazem parte de cada tipo são idênticos, e a frequência em que cada tipo h aparece na sociedade é dada por p^h . Cada tipo tem preferências sobre as loterias em X , satisfazendo os axiomas de Von Neumann-Morgenstern; seja u^h a função de utilidade Von Neumann-Morgenstern do tipo h . Harsanyi argumenta que a sociedade deve escolher aquele arranjo social que um indivíduo escolheria ciente de que possui uma probabilidade p^h de ser qualquer um dos tipos h . O indivíduo depara-se então com um problema de decisão sob um véu de ignorância, onde ele conhece a distribuição de probabilidade dos tipos no mundo real, mas desconhece que tipo ele irá personificar na “loteria do nascimento”. O resultado matemático que Harsanyi obtém a partir dessas premissas é que os indivíduos iriam optar pela maximização da utilidade média da sociedade, incorrendo então, inevitavelmente, no utilitarismo.

3.1.5 O teorema da impossibilidade de Arrow

Seja X um conjunto finito de arranjos sociais possíveis, e seja R o conjunto de todos os ordenamentos sobre X . Uma regra de escolha social é um mapeamento φ de um subconjunto D contido em R^H , em R ; onde R^H denota o produto cartesiano de R , H vezes. Isto é, φ associa a qualquer *profile* de ordenamentos um determinado ordenamento. A interpretação é que φ agrega os ordenamentos de preferências dos indivíduos na sociedade em uma preferência social. Que restrições se impõem ao mapa φ para que ele respeite as preferências individuais? Arrow propôs as seguintes restrições, embora não exatamente dessa forma (Roemer, 1996):

Condição WP (ótimo de Pareto fraco): se $x, y \in X$ e $xP^h y$ para todo h , então xPy .

Isso significa que se todos os cidadãos preferirem x a y , então a sociedade também deve preferir x a y .

Condição I (independência binária de alternativas irrelevantes): sejam $p = (R^1, \dots, R^H)$ e $p' = (R'^1, \dots, R'^H)$ dois *profiles*, e sejam x e y quaisquer dois estados sociais; supondo-se que, para todo h , $xR^h y$ precisamente quando $xR'^h y$. Então $xR^h y$ se e somente se $xR' y$.

Em outras palavras, se nenhum indivíduo alterar seu *ranking* de x e y quando suas preferências mudam de R^h para R'^h , então a sociedade não deve alterar seu ranking de x e y na mudança de p para p' . O nome do axioma deriva do fato de que o ranking social de dois estados x e y independe da maneira como o ranking de outros estados possíveis muda quando o profile muda de p para p' .

As duas condições acima, WP e I , denotam maneiras de requerer que o ordenamento social das preferências respeite a visão dos indivíduos.

Condição ND (nondictatorship): não existe nenhum indivíduo k tal que, para todos os profiles $p \in D$ e para todo $x, y \in X$; $xP^k y$ implica xPy .

Se essa condição não fosse atendida, então a sociedade escolheria x a y sempre que o indivíduo k preferisse x a y . Essa condição é motivada pelo princípio democrático que faz de “cada homem um voto”.

Condição U (domínio irrestrito): o domínio D de φ é R^H .

Essa condição requer que a regra de escolha social deve ser capaz de realizar uma prescrição social para qualquer possível *profile* de preferências que a sociedade possa ter.

A condição U é mais difícil de ser justificada, na medida em que não é óbvia a necessidade de a sociedade ser capaz de oferecer um procedimento de agregação que funcione para qualquer *profile* de preferências. Uma justificativa para U é a visão de que φ é um procedimento que a sociedade descreve com a intenção de que funcione por muitos anos no futuro e para diversos tipos de problemas de escolha social. Sendo assim, os *profiles* relevantes de preferências não podem ser previstos, e a prudência sugere a necessidade de uma constituição que deve funcionar sempre.

O teorema da impossibilidade afirma que (Roemer, 1996) não existe regra de escolha social que satisfaça WP , I , ND e U . Define-se uma regra de escolha social φ como ditatorial se, para algum k , e todos os *profiles* $p \in D$, e para todo $x, y \in X$, $xP^k y$ implica xPy : isto é, a preferência social entre dois estados é sempre a preferência do cidadão k , quando k prefere estritamente um estado ao outro. Em outras palavras, temos:

Teorema da Impossibilidade de Arrow: suponha-se $H \geq 3$. As únicas regras de escolha social que satisfazem simultaneamente *WP*, *I* e *U* são ditatoriais.

O resultado advindo do teorema da impossibilidade de Arrow pode parecer perturbador. No entanto, seria demasiadamente fácil concluir a partir dele que a democracia é um estado inatingível (Mas-Colell, 1995). O que o teorema de Arrow salienta é algo mais, a saber, que não se pode esperar que a coletividade se comporte com a mesma coerência que se espera de um único indivíduo.

É importante observar que, no entanto, julgamentos coletivos são realizados na prática e decisões são tomadas. Nesse contexto, o teorema de Arrow atenta para a relevância dos procedimentos e regras utilizados na agregação social. Assim sendo, os detalhes e procedimentos institucionais do processo político não podem ser negligenciados.

Além disso, já foi proposta por Amartya Sen uma solução para esse teorema²⁰. O que o autor realiza é uma mudança no espaço informacional utilizado, obtendo assim uma maneira de agregação social de preferências.

3.1.6 Alguns problemas do utilitarismo

Grande parte da discussão filosófica acerca do utilitarismo repousa no problema das preferências sádicas. Ao maximizar o bem-estar social de uma sociedade, deve-se considerar no cálculo o prazer que alguns indivíduos derivam da dor de outros? Essa é uma questão com a qual qualquer teoria do Bem-Estar deve se preocupar, não sendo um problema exclusivo da doutrina utilitarista.

A doutrina utilitarista suscita diversos problemas (Kolm, 2000), de naturezas diversas como filosófica, social, psicológica e lógica. Os conceitos de felicidade e utilidade podem ser generalizados para a sociedade como um todo? O desespero de um indivíduo pode ser compensado pela felicidade dos outros? Ou ainda, devem-se realizar ações como, por exemplo, tortura para agradar os sádicos? Dentre as questões levantadas, a que diz respeito à possibilidade de significação lógica do utilitarismo precede as demais em importância, na medida em que seu não atendimento implica a corrosão do utilitarismo.

²⁰ Ver SEN (1969).

O utilitarismo estritamente compreendido caracteriza-se por um estado da sociedade em que a soma de utilidades é a mais alta. Essa propriedade se mantém quando cada utilidade individual é substituída por uma função linear crescente de si mesma, com o mesmo termo multiplicador para tudo (isso se chama “transformação linear crescente comultiplicativa”; Kolm, 2000). Um conjunto de utilidades individuais definidas até essa transformação pode ser chamado de “cardinal comultiplicativo”. Nesse caso, uma utilidade individual pode ser transformada por qualquer transformação linear crescente, contanto que as outras utilidades individuais também o sejam com o mesmo fator multiplicador. Sendo assim, essas utilidades individuais devem ser cardinais. Como já anteriormente comentado, a utilidade cardinal é freqüentemente destituída de significação, fazendo com que o utilitarismo estritamente compreendido também o seja. Acrescentando-se os problemas morais e sociais suscitados pelo utilitarismo (principalmente o sadismo), percebe-se que este pode ser pernicioso no que tange à moral.

Contudo, atribuindo-se um significado menos estrito à “soma” ou “felicidade”, podem-se obter teorias que conservam algumas propriedades do utilitarismo. Kolm (2000) classifica essas teorias como utilitaromorfismos (UM), dentre os quais se encontram dez diferentes tipos, a saber: (1) o UM dos filósofos, (2) o UM da comparação de preferências, (3) o UM da independência, (4) o UM da posição original, (5) o UM de risco moral neutro, (6) o UM do contrato racional conseqüente, (7) o UM da transferibilidade independente eficiente, (8) o UM da teoria do excedente, (9) o UM da renda social, (10) o UM da função de Bem-Estar Social.

No quadro que segue, é apresentada uma visão geral das hipóteses e propriedades de cada utilitaromorfismo supracitado, onde PC significa consequencialista de probabilidade.

QUADRO 2 – UTILITAROMORFISMOS

Utilitaromorfismos/ Características		UM 1	UM 2	UM 3	UM 4	UM 5
Hipóteses	Substância	Felicidade e prazer	Preferência, Felicidade, Prazer	Utilidade	Utilidade PC	Utilidade PC
	A priori Maximando Social	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Preferências fundamentais	Provável	Comparação Fundamental	Possível	Sim	Sim
	Incerteza	Não	Não	Não	Sim	Sim
Propriedade	Precisa	Não	Possível	Sim	Sim	Sim
	Soma válida	Não pode Ser	Não	Não geral	Sim	Sim
	Felicidade Válida	Sim	Sim	Cardinal	Cardinal	Cardinal
	Ética válida	Em casos raros	Possível	Não geral	Não	Não

Fonte: Kolm (2000, p.503)

QUADRO 2 (CONTINUAÇÃO) – UTILITAROMORFISMOS

Utilitaromorfismos/ Características		UM 6	UM 7	UM 8	UM 9	UM 10
Hipóteses	Substância	Utilidade Excessiva	Valor do Dinheiro	Dinheiro	Dinheiro	Utilidade
	A priori Maximando Social	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Preferências fundamentais	Sim	Não	Não	Não	Possível
	Incerteza	Não	Não	Não	Não	Não
Propriedade	Precisa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Soma válida	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Felicidade Válida	Cardinal	Quantitativo	Meios	Meios	Sim
	Ética válida	Particular	Eficiência	Eficiência, Compensação	Se distribuição	Muitas vezes não

Fonte: Kolm (2000, p.503)

O UM 3 adiciona à suposição de um maximando social respeitador da preferência uma hipótese de independência, a partir de um *Princípio Geral de Independência de Indivíduos Irrelevantes*: a direção da mudança no maximando social resultante de uma mudança nas utilidades de um subgrupo de indivíduos independe dos níveis de utilidade dos outros indivíduos, o que se estende para cada subgrupo. Cabe destacar que é suficiente que essa condição seja atendida para pares. Sendo assim, o maximando social pode ser descrito como uma soma de funções crescentes de utilidades individuais. No entanto, dado que essas utilidades são ordinais – definidas apenas até uma função crescente arbitrária, essas funções crescentes constituem especificações significativas das utilidades. De acordo com Kolm (2000), repousa precisamente nesse utilitaromorfismo a defesa do utilitarismo realizada pelos economistas acadêmicos.

Os UM's 8, 9 e 10 são considerados como *remotos*, na medida em que embora estejam próximos da abordagem utilitarista, abandonam uma das duas características cuja combinação evoca a falta lógica de significado: “a forma aditiva do UM 10 e a natureza do que é acrescentado nos outros dois, já que eles acrescentam unidades monetárias ao avaliar os bens.” (Kolm, p. 501, 2000)

O UM 4 e o UM 5 implicam que a utilidade cardinal relevante é a utilidade significativa para escolha sob incerteza probabilizável introduzida por Von Neumann-Morgenstern, sendo ambos introduzidos por Harsanyi.

Ainda nas palavras de Kolm “o UM 7 baseia-se na eficiência de Pareto como princípio ético e em uma estrutura particular das preferências dos indivíduos” (Kolm, 2000, p.504), enquanto o UM 2 é o mais genuinamente utilitarista, entretanto não obtendo uma soma e tendo sua aplicação bastante limitada a casos específicos de justiça.

3.1.7 Alguns aspectos históricos do utilitarismo

Em relação à história do utilitarismo, alguns fatos merecem ser destacados. Primeiramente, o utilitarismo restringe-se a duas subculturas: os filósofos de língua inglesa nos últimos dois séculos e os economistas acadêmicos nas últimas décadas. Em outros círculos de estudiosos e filósofos, a ética distributiva é pensada com conceitos primários de direitos, liberdades, necessidades, etc.

Em segundo lugar, mesmo nessas duas subculturas muitos intelectuais não acreditavam no utilitarismo (Kolm, 2000), muitas vezes se opondo a essa doutrina, ou até mesmo a modificando até que se tornasse irreconhecível.

E, em terceiro lugar, o utilitarismo ganhou essa posição dominante na filosofia política inglesa por uma razão exclusivamente política, de alguém que acreditava que ele não fazia sentido (a saber, Jeremy Bentham).

Nas palavras de Kolm (2000):

As revoluções americana e francesa escolheram a liberdade igual daqueles livres e iguais em direitos. Bentham teve então de brandir o utilitarismo como a ala moderna do contra-ataque britânico no campo de batalha ideológico. Em sendo assim, a soma das utilidades teve como razão histórica a oposição à igualdade das liberdades. (Kolm, 2000, p.498).

Dadas suas limitações e propriedades, o utilitarismo pode ser então considerado uma teoria da justiça? O utilitarismo configura uma mistura surpreendente de individualismo, ao lidar com as felicidades dos indivíduos; e de coletivismo, ao se preocupar apenas com a soma dessas felicidades. Na visão utilitarista, indivíduos suficientemente felizes podem compensar o desespero de outros. Classicamente, o utilitarismo é visto como estritamente igualitário, baseando-se no fato de que iguala as utilidades marginais dos indivíduos com pesos iguais. As utilidades ou felicidades são, na verdade, os valores individuais para o utilitarismo. No entanto, se esses fossem também os valores finais ético-sociais, o estado justo implicaria sua igualdade ideal (a partir de uma exigência de racionalidade) e não sua soma mais elevada. Não obstante, como o utilitarismo determina um ótimo, ele determina todas as variáveis possíveis desse ótimo.

3.2 A TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: A ABORDAGEM DOS BENS PRIMÁRIOS

John Rawls é largamente conhecido como um dos filósofos políticos mais importantes da segunda metade do século XX. Ele é reconhecido principalmente pela sua teoria da justiça²¹, que estabelece princípios de justiça para governar uma sociedade moderna. Rawls, logo no início do seu livro “Uma Teoria da Justiça”, deixa claro o conceito que irá fazer transparecer ao longo de sua obra, a saber, o de *justiça como equidade*. O termo justiça como equidade é utilizado na medida em que os indivíduos escolhem os princípios de justiça sob uma situação que é equitativa²².

De acordo com o próprio Rawls, sua teoria objetiva a formulação de uma alternativa razoável ao utilitarismo, doutrina que dominou o pensamento anglo-saxão por longo tempo; bem como domina, até os dias atuais, grande porção do pensamento econômico. Rawls acredita ser a doutrina utilitarista extremamente frágil como fundamento das instituições da democracia constitucional.

²¹ A teoria de Rawls (2002), como será explanado no decorrer do trabalho, oferece uma moldura na qual é explicado o significado das liberdades pessoais e políticas, da igualdade de oportunidades, e de arranjos cooperativos que beneficiam primordialmente os mais desfavorecidos no interior da sociedade.

²² A situação aqui referida é a *posição original*.

Nas suas próprias palavras:

Em particular, não acredito que o utilitarismo possa explicar as liberdades e direitos básicos dos cidadãos como pessoas livres e iguais, uma exigência de importância absolutamente primordial para uma consideração das instituições democráticas. (Rawls, p.XIV, 2002).

3.2.1 A posição original

O que Rawls utiliza como principal instrumento na derivação dos seus dois princípios básicos de justiça é uma versão mais geral e abstrata de contrato social, através da elaboração de uma *posição original*. O primeiro objetivo da justiça como equidade será o de explicar as liberdades e os direitos básicos, e também sua prioridade. O segundo objetivo é integrar essa explicação a um entendimento da igualdade democrática, conduzindo ao princípio da igualdade equitativa de oportunidades e ao princípio da diferença.

Segundo Rawls (2002) “a posição original é o *status quo* inicial apropriado para assegurar que os consensos básicos nele estabelecidos sejam equitativos” (p.129, 2002). Ao lançar mão dessa idéia, ele busca definir quais os princípios que seriam racionalmente adotados, dada a situação contratual. Ao estabelecer as características da posição original, a intenção é garantir que inclinações particulares e concepções individuais sobre o bem não afetarão os princípios estabelecidos.

Ainda nas palavras do autor:

O objetivo é excluir aqueles princípios cuja aceitação de um ponto de vista racional só se poderia propor, por menor que fosse sua probabilidade de êxito, se fossem conhecidos certos fatos que do ponto de vista da justiça são irrelevantes. (Rawls, p.21, 2002).

Esses fatos, a que se refere Rawls como *irrelevantes*, podem ser entendidos como: a posição social do indivíduo, suas características e aptidões físicas, sua riqueza, etc. Todas essas contingências levariam os homens a se guiarem por seus preconceitos, o que geraria disparidades baseadas em injustiças. Emerge claro, então, outro importante conceito da teoria rawlsiana, o *véu de ignorância*, que corresponde à idéia dessas restrições de conhecimento existentes na posição original.

A posição original poderia ser descrita da seguinte forma: as pessoas deveriam se imaginar na ausência de governo e dispostas a discutir racionalmente qual o melhor conjunto de regras para reger uma sociedade justa com o qual todos concordassem.

Rawls lança mão da posição original não para justificar a autoridade de determinada forma de governo, mas sim na tentativa de descobrir que princípios básicos devem governar qualquer sociedade.

Rawls (2002) reconhece que todos os indivíduos agem em prol do seu auto-interesse, e que na busca de seus interesses agem de forma racional. Isso significa que as pessoas possuem planos para atingirem seus objetivos de vida, que elas sabem o que é necessário para que seus planos sejam concretizados, e que normalmente mantêm esses planos, através de suas vidas – ainda que seus objetivos nunca venham a ser atingidos.

Se uma pessoa, assim definida, se encontra na posição original, Rawls sugere que ela simplesmente escolheria para uma sociedade as regras que fossem mais proveitosas na realização de seu plano de vida – pensando sempre, exclusivamente, nos seus próprios objetivos. De acordo com Rawls, esse tipo de procedimento não resultaria em uma sociedade justa.

3.2.2 O véu de ignorância

No intuito de solucionar esse problema, Rawls apresentou a idéia do *véu de ignorância*, que se aplica às pessoas na posição original enquanto elas decidem sobre qual o melhor contrato social. A questão é que, sob o denominado *véu de ignorância*, as pessoas não sabem quem elas são, ou seja, quais suas características (físicas, sociais, etc.) na vida real. Isso significa que as pessoas não têm quaisquer conhecimentos sobre sua classe social ou status; seus talentos naturais, habilidades, inteligência ou força; e também sobre qual é seu plano de vida e seus objetivos – daí a noção de véu de ignorância. Todos esses aspectos que as pessoas desconhecem sob o *véu de ignorância* dizem respeito a objetos cuja distribuição não pode ser controlada, portanto, não existindo motivo para que seja discutido como se dará essa distribuição.

Uma observação importante, encontrada em Harmon (2004), é que muitos dos argumentos mais significativos de Rawls contra o utilitarismo operam independentemente da posição original e do véu de ignorância. Rawls rejeita o utilitarismo clássico na medida em que ele desrespeita as diferenças existentes entre as

peças. O autor também argumenta contra o princípio da utilidade média a partir da regra maximin obtida na posição original (Harmon, 2004). Mas essa rejeição do princípio da utilidade média tendo por base a escolha da regra de maximin na posição original é apenas uma parte do problema. O argumento encontrado em “Uma Teoria da Justiça” repousa na idéia de reciprocidade e de uma noção pluralista do bem, enquanto o utilitarismo não incorpora a reciprocidade e parece confinado a uma noção monística do bem.

Rawls argumenta que os indivíduos sob o véu de ignorância irão basear a estrutura da sociedade em uma *regra leximin*. A idéia é que, dado que a pessoa desconhece que indivíduo real irá personificar na sociedade, ela deve estar preparada para ser qualquer um desses indivíduos; existem diversos tipos de sociedade que as pessoas poderiam escolher na posição original; então as pessoas irão escolher aquela sociedade que oferece a melhor alternativa para o indivíduo que se encontra sob a pior situação.

3.2.3 Os bens primários

O objetivo final é que as pessoas, sob o véu de ignorância, desenhem uma sociedade na qual todos têm igual direito a um conjunto do que Rawls define como “bens primários”. Os bens primários compreendem direitos, liberdades, e oportunidades, bem como renda e riqueza.

Em *The Basic Liberties and Their Priority* (1981), Rawls define cada tipo de bem primário e explica por que cada um é utilizado em sua teoria de justiça. Dessa forma, têm-se os seguintes bens:

1. Liberdades básicas – como liberdade de pensamento e liberdade de consciência: essas liberdades constituem a base da estrutura institucional necessária para o desenvolvimento e para o exercício completo e informado das duas “forças morais”²³; essas liberdades também são indispensáveis para a proteção de uma ampla gama de concepções do bem.
2. Liberdade de movimento e liberdade de escolha de ocupação dado um conjunto de diversas oportunidades: essas oportunidades possibilitam a

²³ A primeira é a capacidade de ter, revisar e seguir uma concepção do bem; e a segunda refere-se à capacidade de agir de acordo com e de aplicar um senso de justiça.

busca por diversos objetivos e também a decisão de revisar e mudar esses objetivos, sempre que for desejado.

3. Poderes e prerrogativas de posições de responsabilidade: possibilitam diversas capacidades sociais e de autogoverno do indivíduo.
4. Renda e riqueza, em sentido amplo como “os meios para atingir todos os fins possíveis”: renda e riqueza são necessárias para que se atinja, direta ou indiretamente, uma enorme variedade de estados finais possíveis.
5. Bases sociais da auto-estima: são aspectos essenciais das instituições básicas para que os cidadãos tenham um sentimento presente do seu valor intrínseco como pessoas e para que eles possam desenvolver e exercitar suas forças morais, avançando nos seus objetivos com autoconfiança.

3.2.4 Os dois princípios de justiça e a interpretação do critério leximin

Os indivíduos representativos, na posição original, devem escolher quais princípios de justiça irão governar a estrutura básica da sociedade. Como já visto, esses indivíduos não sabem quem irão personificar no mundo real, mas estão comprometidos com o objetivo de maximizar seus interesses. Tem-se que a melhor maneira de realizar essa tarefa é eliminar qualquer discriminação em termos de raça, gênero, ou religião; na medida em que, se a discriminação fosse permitida, ao personificarem uma determinada raça, gênero ou religião esses indivíduos hipotéticos poderiam se encontrar em desvantagem. A discriminação poderia lhes negar oportunidades econômicas, o que de alguma maneira os privaria de perseguir (tão efetivamente quanto sem discriminação) sua concepção do bem.

Sendo assim, os dois princípios de justiça²⁴ que seriam escolhidos na posição original podem ser enunciados da seguinte maneira:

1º) cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

2º) as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) para o maior benefício esperado dos menos favorecidos, e (b) vinculadas a posições e cargos abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades. (Rawls, p.64 e p.88, 2002).

²⁴ Cabe salientar que esses dois princípios se aplicam à estrutura básica da sociedade, regulando as atribuições de direitos e deveres, bem como as vantagens econômicas e sociais.

Na sua formulação, os dois princípios de justiça pressupõem que a estrutura básica da sociedade seja dividida em duas partes. A primeira diz respeito aos aspectos do sistema social que definem e garantem liberdades básicas iguais, enquanto a segunda abrange os aspectos que especificam e estabelecem as desigualdades econômicas e sociais. Cada princípio se insere em uma dessas partes, respectivamente.

Esses dois princípios de justiça estão lexicograficamente ordenados, tendo o primeiro prioridade em relação ao segundo. A prioridade da liberdade significa que o primeiro princípio de justiça delega às liberdades básicas um status especial. A igualdade de liberdades básicas não pode ser negada a nenhum grupo social, nem mesmo em prol do crescimento econômico e da eficiência. Cabe ressaltar que o princípio da diferença não permite mudanças sociais ou econômicas cujas conseqüências melhoram a vida daqueles indivíduos que já estão numa posição social favorável, enquanto em nada melhoram a situação daqueles que ocupam a pior posição.

O *princípio da diferença*, como Rawls classifica essa justificativa da desigualdade, revela uma preocupação com a *necessidade* (Michelbach, 2003). Rawls é claro na contextualização desse princípio nesses termos. O princípio do mérito também desempenha um papel de importância importante na teoria da justiça de Rawls. Como coloca o autor, os indivíduos não apenas não merecem desfrutar das vantagens advindas da riqueza e de outros privilégios não obtidos através de seu próprio esforço, como também, analogamente, não merecem as vantagens provindas da “loteria da natureza” – como inteligência, força, beleza. De acordo com Rawls, os resultados desiguais produzidos por esse conjunto de vantagens em termos de aumento da eficiência deveriam ser permitidos apenas na medida em que acarretassem benefício para os indivíduos mais necessitados.

A *justiça como equidade* rejeita a simples e pura igualdade formal de direitos (Zelleke, 2005). Em uma sociedade na qual se aplica uma teoria da justiça que defende a pura igualdade de direitos, os indivíduos possuem igual direito de propriedade e de acumulação, fazendo emergir as desigualdades sociais e econômicas logo na primeira geração, desigualdades essas decorrentes de diferentes inclinações, talentos e sorte. A *justiça como equidade* percebe todos esses fatores geradores de desigualdade como moralmente arbitrários e não-merecidos e, por conseguinte, sujeitos aos efeitos redistributivos do princípio da diferença. Ao garantir que as desigualdades resultantes

desse tipo de fatores beneficiem os mais desprivilegiados da sociedade, Rawls consegue estabelecer uma igualdade mais substantiva (Zelleke, 2005).

O princípio da diferença tem sido largamente interpretado (Tungodden, 1999) como afirmando que o melhor estado social é aquele oferece as melhores condições para o indivíduo na pior posição social; e em casos onde as alternativas sociais acarretem o mesmo benefício para o indivíduo na pior situação, deve-se escolher aquela que apresenta uma situação melhor para o segundo pior indivíduo; e assim por diante. Essa interpretação do princípio da diferença é denominada de princípio *leximin*. Entretanto, Tungodden (1999) argumenta que essa interpretação não está de acordo com o que Rawls propõe em sua teoria da justiça. Nas palavras do autor: “*Rawls is concerned about the welfare of the least advantaged segment in society (and not only the welfare of the least advantaged person)*”. (Tungodden, p.600, 1999).

O primeiro e o segundo princípios de justiça apresentados exemplificam o forte compromisso de Rawls com as liberdades individuais, ao mesmo tempo em que com o igualitarismo da tradição liberal, respectivamente (Harmon, 2004). Rawls unifica essas duas demandas morais básicas em uma única teoria.

Rawls percebe o seu trabalho como um manifesto contra o utilitarismo de duas maneiras (Roemer, 1996): primeiramente, Rawls defende a maximização de um índice de bens primários, e não utilidade; segundo, o autor argumenta que devemos focar a análise no mínimo de um conjunto de diferentes níveis de bem-estar individuais, e não na sua soma. O primeiro ponto contrasta a teoria rawlsiana com o *welfarism* em geral, enquanto no segundo ponto entra-se em conflito apenas com a teoria utilitarista. Contudo, Rawls entende as duas objeções como diretamente contrárias ao próprio utilitarismo.

O segundo princípio de justiça vem sendo largamente interpretado pelos economistas como um critério de escolha maximin²⁵. A escolha maximin é uma estratégia de ação que surge quando se analisa o comportamento de indivíduos racionais sob situações de incerteza, e revela-se que muitas vezes esses indivíduos preferem maximizar, dentre possíveis resultados, aquele que garanta um mínimo desejável. É importante ressaltar que uma escolha maximin é sempre uma estratégia adotada não

²⁵ Uma análise mais aprofundada sobre o princípio da diferença é apresentada por Rawls em *Reestatement* (p.97, 2001).

apenas sob uma de situação de incerteza, mas também por indivíduos que apresentam aversão ao risco.

No entanto, como explicitado acima, os dois princípios de justiça rawlsianos são escolhidos pelas pessoas quando elas se encontram na posição original, sob o que o autor definiu como o véu de ignorância. Nessas circunstâncias, Rawls limita o conhecimento das pessoas sobre suas próprias características, bem como sobre as características dos outros indivíduos que irão juntamente compor a sociedade. Essa limitação é bastante extrema, chegando a um limite representado por uma idéia bastante difícil de apreender, onde as pessoas seriam apenas “seres puramente racionais”.

Nessas condições, nenhum indivíduo teria qualquer conhecimento sobre seus próprios traços psicológicos, não sabendo assim ser ou não um indivíduo avesso ao risco. Nas palavras de Rawls:

Também ninguém conhece a sua concepção do bem, as particularidades de seu plano de vida racional, e nem mesmo os traços característicos de sua psicologia, como por exemplo a sua aversão ao risco ou sua tendência ao otimismo ou pessimismo. (Rawls, p.147, 2002)

Em sendo assim, numa situação como a da posição original, sob o véu de ignorância, não faz sentido mencionar estratégia maximin, na medida em que se está tratando de indivíduos que não sabem se são ou não avessos ao risco.

Entretanto, podem-se encontrar diversos trabalhos realizados por economistas que abordam o segundo princípio de justiça de Rawls como uma regra de escolha maximin.

3.2.4.1 A Reinterpretação dos dois princípios de justiça

Em *O Liberalismo Político* (2000), Rawls apresenta os dois princípios de justiça com alterações em relação à forma apresentada em *Uma Teoria de Justiça* (2002). Essas alterações seguem a formulação apresentada em *The Basic Liberties and Their Priority* (1981), tendo sido realizadas na tentativa de responder às objeções feitas por H. L. A. Hart²⁶.

²⁶ Essas objeções foram feitas em sua resenha crítica publicada pela University of Chicago Law Review 40, Spring 1973: 535-55.

Nessa nova formulação, os dois princípios rawlsianos de justiça assumem a seguinte forma:

- (1) Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto este compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido.
- (2) As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, segundo, devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade. (RAWLS, p. 47 e 48, 2000)

Cabe ressaltar que, apesar das alterações na formulação dos dois princípios de justiça, é mantida a prioridade do primeiro princípio sobre o segundo. Ambos os princípios abordam o liberalismo de uma forma igualitária, o que pode ser percebido através de três elementos distintos neles presentes. O primeiro refere-se à garantia do valor equitativo das liberdades políticas, de tal forma que essa garantia não se restrinja ao campo formal. O segundo elemento é o que Rawls denomina igualdade equitativa de oportunidades; e, por fim, o terceiro elemento é o chamado princípio da diferença, segundo o qual as desigualdades sociais e econômicas vinculadas a cargos e posições devem ser tais que, grandes ou pequenas, representem o maior benefício possível para aqueles membros menos privilegiados da sociedade.

O primeiro princípio de justiça pode ser precedido de um princípio lexicamente anterior de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, na medida em que a satisfação dessas necessidades seja necessária para que os cidadãos entendam e tenham condições de exercer seus direitos e liberdades.

3.2.5 A concepção política de justiça

Em Rawls (2000), encontra-se como o objetivo do liberalismo político a

...busca (por) uma concepção política de justiça que possa conquistar o apoio de um consenso sobreposto que abarque as doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis de uma sociedade regulada por ela. (Rawls, 2000, p.52)

Nessa passagem, cabe ressaltar o termo *concepção política de justiça*, utilizado diversas vezes em sua teoria de justiça e de extrema importância para sua compreensão

completa. Uma concepção política de justiça possui três características fundamentais. A primeira característica é referente ao próprio objetivo da concepção política. Ainda que seja uma concepção moral²⁷, possui um tipo específico de objetivo, qual seja, fornecer diretrizes para instituições políticas, sociais e econômicas (o que Rawls denomina de *estrutura básica da sociedade*).

A segunda característica é referente ao fato de que uma concepção política de justiça aparece como uma visão auto-sustentada. Ela é

...uma parte constitutiva essencial que se encaixa em várias doutrinas abrangentes razoáveis subsistentes na sociedade regulada por ela, podendo conquistar o apoio daquelas doutrinas. Isso significa que pode ser apresentada sem que se afirme, saiba ou se arrisque uma conjetura a respeito das doutrinas a que possa pertencer ou de qual delas poderá conquistar apoio. (Rawls, 2000, p.55)

A terceira e última característica é que a concepção política de justiça encontra-se fundamentada em idéias implícitas na cultura pública de uma sociedade democrática²⁸.

A concepção política de justiça deve ser capaz de conquistar o apoio de um consenso sobreposto. Dessa forma, é uma concepção que deve ser aceita por todas as doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis e conflitantes, que são defendidas por grupos distintos sob um regime constitucional, um regime cujo critério de justiça é precisamente essa concepção política.

3.2.6 A sociedade bem-ordenada

Em *Uma Teoria da Justiça*, não existe distinção entre filosofia moral e filosofia política, encontrando-se a tradição do contrato social como parte da filosofia moral. Já em *O Liberalismo Político*, essa distinção entre doutrinas filosóficas e morais abrangentes e concepções limitadas ao domínio político é fundamental.

Rawls (2000) afirma que existem diferenças importantes entre *Teoria e Liberalismo Político*, mas ressalta que essas diferenças devem ser compreendidas como

²⁷ Uma concepção moral é pautada por idéias, princípios e critérios; apresentando normas que articulam determinados valores

²⁸ A cultura pública abrange as instituições políticas de um regime constitucional e as tradições públicas de sua interpretação (inclusive do judiciário), bem como os textos e documentos históricos que são de conhecimento geral.

decorrentes da busca por uma solução a um grave problema interno da teoria da justiça como equidade. Nas palavras de Rawls, essas diferenças

...decorrem (...) do fato de a descrição de estabilidade, na parte III de *Teoria*, não ser coerente com a visão em sua totalidade. A eliminação dessa incoerência, creio, responde pelas diferenças entre aquela obra e a presente. De resto, as conferências aqui apresentadas acatam substancialmente a mesma estrutura e teor de *Teoria*. (Rawls, 2000, p.23)

O grave problema para o qual Rawls aponta na teoria de justiça como equidade é referente ao conceito de *sociedade bem-ordenada*. Em uma sociedade bem-ordenada, todos os cidadãos aceitam a concepção de justiça como equidade com base no que Rawls denomina de doutrina filosófica abrangente. Entretanto, em uma sociedade bem-ordenada associada ao utilitarismo os indivíduos adotam essa visão como uma doutrina filosófica abrangente e, em sendo assim, aceitam o princípio da utilidade. Nesse sentido, o texto apresentado em *Teoria* apresenta tanto a justiça como equidade quanto o utilitarismo como doutrinas abrangentes. Como coloca Rawls

A gravidade do problema reside no fato de que uma sociedade democrática moderna não se caracteriza apenas por um pluralismo de doutrinas religiosas, filosóficas e morais abrangentes. Nenhuma dessas doutrinas é professada pelos cidadãos em geral. Nem se deve esperar que, num futuro previsível, uma ou outra doutrina razoável chegue a ser professada algum dia por todos os cidadãos, ou por quase todos. (Rawls, 2000, p.24)

Rawls salienta que o fato de existir uma pluralidade de doutrinas abrangentes e razoáveis, entretanto incompatíveis entre si, demonstra que a idéia de uma sociedade bem-ordenada de justiça como equidade, da forma como aparece em *Teoria*, é muito pouco realista. Em *O Liberalismo Político*, busca-se então responder à seguinte questão

Como é possível existir, ao longo do tempo, uma sociedade justa e estável de cidadãos livres e iguais, mas que permanecem profundamente divididos por doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis. (Rawls, 2000, p.45)

A teoria de justiça como equidade busca resolver essa questão de duas formas: primeiro, através dos dois princípios de justiça que devem nortear a maneira através da qual a estrutura básica da sociedade realiza os valores de liberdade e igualdade;

segundo, especificando um ponto de vista no qual todos os cidadãos considerem esses princípios mais adequados do que outros princípios de justiça conhecidos.

Rawls (2000) define o conceito de sociedade bem-ordenada com base em três características. Primeiro, se trata de uma sociedade na qual todos aceitam precisamente os mesmos princípios de justiça. Essa primeira característica já está implícita na idéia de uma concepção de justiça publicamente reconhecida.

Segundo, uma sociedade bem-ordenada é aquela na qual todos reconhecem que sua estrutura básica está em concordância com aqueles princípios de justiça amplamente aceitos. Essa segunda característica está implícita na idéia de regulação efetiva.

Terceiro, e por fim, é uma sociedade na qual os cidadãos têm um senso normalmente efetivo de justiça e, portanto, em geral agem de acordo com as instituições básicas da sociedade, que consideram justas.

O liberalismo político trata da questão apresentada acima, qual seja, das condições necessárias para que a sociedade seja um sistema equitativo e estável de cooperação social entre indivíduos livres e iguais, ainda que profundamente divididos entre as diferentes doutrinas em que acreditam. Nesse sentido, Rawls apresenta três requisitos suficientes para a existência de tal sociedade:

Primeiro, a estrutura básica da sociedade é regulada por uma concepção política de justiça; segundo, essa concepção política é objeto de um consenso sobreposto entre doutrinas abrangentes e razoáveis; e terceiro, a discussão pública, quando os fundamentos constitucionais e questões de justiça básica estão em jogo, é conduzida nos termos da concepção política de justiça. (Rawls, 2000, p.88)

3.2.7 John Rawls e sua importância na ciência econômica

Edgren (1995) faz uma análise do uso da Teoria da Justiça de John Rawls pelos economistas, apontando quais os principais aspectos da teoria e de que maneira se torna equivocado o modo como ela é aplicada à economia do bem-estar. Por exemplo, o fato de o sistema utilizado na economia do bem-estar ser de caráter utilitarista, enquanto o sistema de Rawls é explicitamente formulado como uma alternativa ao utilitarismo.

Encontra-se em Edgren (1995) diversas analogias entre a teoria econômica do bem-estar e a teoria da justiça de John Rawls. Um dos pontos de contato entre as duas abordagens é a hipótese que ambas assumem acerca do comportamento humano, a saber, que todo indivíduo age de maneira racional em prol do seu auto-interesse.

Uma maneira de formalizar o princípio da diferença é tratá-lo sob a forma de um problema de maximização de uma função de bem-estar social do tipo W, ou seja:

$$\text{Max } W = \min \{U_1, U_2\}$$

Onde U_i = utilidade do indivíduo i

$$i = 1, 2.$$

David Kreps (1990) identifica a expressão matemática dada acima como uma função rawlsiana de bem-estar social. No entanto, esse princípio é usado em um contexto totalmente alienado do sistema de pensamento rawlsiano. Percebe-se isso já na natureza do objeto que está sendo alvo de maximização, utilidade e não um índice de bens primários.

Essa ênfase no princípio da diferença perpassa diversos outros livros de graduação em economia. Esse reducionismo extremo faz com que se perca grande parte da essência da teoria de justiça. Como salienta Edgren (1995), tem-se que, em primeiro lugar, essa aplicação do princípio da diferença se dá em um sistema de pensamento permeado pela teoria utilitarista, enquanto o que Rawls propõe é explicitamente uma alternativa ao utilitarismo.

Em segundo lugar, ainda segundo Edgren (1995), na teoria do bem-estar as utilidades são ordinais e não interpessoalmente comparáveis; enquanto na teoria da justiça de Rawls temos o bem-estar das pessoas mensurado não em termos de utilidade, mas sim através de uma abordagem de bens primários, esses sim interpessoalmente comparáveis. Esses bens primários não são *commodities* como os economistas utilizam o termo. Eles englobam categorias de bens como auto-estima, saúde, realização pessoal, participação na sociedade, e assim por diante.

3.2.8 Críticas à teoria rawlsiana

De acordo com Sen (1992), a teoria da justiça elaborada por John Rawls pode ser interpretada tanto como um trabalho na direção da igualdade de oportunidades, quanto como um avanço na direção do entendimento da igualdade e da justiça como uma análise das liberdades de fato desfrutadas pelos indivíduos. Nesse ponto, Sen ressalta o surgimento de um importante problema concernente à natureza dos bens primários, que não fazem parte da liberdade em si, mas podem ser sim considerados como meios para atingir essa liberdade.

A questão que emerge a partir da natureza de “meios” dos bens primários é o problema da avaliação. Dado que “meios” são, em última instância, valorizados não em si, mas por aquilo que proporcionam, não é tarefa fácil estabelecer uma estrutura de avaliação desses meios que seja independente dos fins.

Em um artigo intitulado “*Equality of resources implies equality of welfare*”, Roemer utiliza essa relação entre a avaliação de meios e fins no estabelecimento de um resultado matemático que pode ser interpretado, como já explicitado no próprio título do artigo, igualdade de recursos implica igualdade de riqueza. Olhando-se através das equações presentes no trabalho de Roemer, o que está sendo buscado é a valoração dos recursos em termos do que eles realmente representam. Como os recursos não são valorizados em si, lançando mão de um modelo que define como único objetivo final a riqueza, Roemer (1986) demonstra, na forma de um teorema, que igualdade de recursos implica igualdade de riqueza.

Segundo Sen (1992), a convergência entre as perspectivas de igualdade de recursos e de igualdade de riqueza pode, na verdade, ser generalizada para uma convergência entre qualquer variável que seja considerada como razão da valorização dos recursos. O autor ressalta ainda que a verdadeira questão por detrás dessa discussão é a constatação da relação de dependência entre a avaliação de meios e fins (e não apenas a interdependência entre recursos e riqueza).

Tem-se então que, para Sen, o principal problema no que diz respeito à teoria da justiça de Rawls é a base informacional utilizada pela teoria.

Encontra-se em Kolm (2000) diversas críticas à teoria rawlsiana da justiça. Kolm critica a idéia de posição original de Rawls dizendo que “justiça não é egoísmo de olhos vendados, mas objetividade atenta e informada” (Kolm, 2000, p.350).

Ainda atribuídas a esse autor, teríamos as seguintes críticas: (i) uma alocação igual é sempre preterida por outras preferidas por todos, (ii) Rawls realiza o endosso da alocação natural das capacidades de consumo, e (iii) faz uso das rendas que, por conseguinte, remetem a índices de preços e ao questionamento de serem ou não esses os preços justos.

Segue então que os princípios de Rawls deveriam ser submetidos às seguintes correções: 1) “maximizar o mínimo” conjuntamente requer que se defina esse mínimo, e também o máximo, 2) os conceitos de “mais” e “menos” devem ser definidos para os bens primários, 3) as desigualdades das habilidades sociais e de mercado dos indivíduos

quanto à utilização desses bens devem ser consideradas, 4) através dessas interações sociais e de mercado, as possibilidades de um indivíduo dependem das dotações de outros em bens primários, 5) os indivíduos mais produtivos podem trabalhar mais, e não menos, como resultado da tributação redistributiva, 6) mesmo que tendessem a trabalhar menos, podem não fazê-lo, 7) esse conjunto de princípios não pode ter validade exclusiva em nenhuma sociedade ampla, e 8) a apresentação da lógica das liberdades básicas deve ser aperfeiçoada.

John Harsanyi (1955, 1975), um dos principais críticos de Rawls, desenvolve um modelo alternativo de teoria de justiça que, assim como na teoria de justiça como equidade, assume a hipótese de imparcialidade como imprescindível para que se tomem decisões morais. Não obstante, ainda que ambos os autores concordem nesse ponto, e concordem ainda que a imparcialidade pode ser obtida através de condições apropriadas de ignorância, eles discordam fortemente acerca das conseqüências dessa hipótese. De acordo com Harsanyi (1975), ela provê uma justificativa para a doutrina utilitarista, enquanto para Rawls (2002) ela implica um conceito de justiça como equidade.

Em Harsanyi (1955) encontram-se diversas críticas ao princípio da diferença, caracterizado como um princípio maximin. O autor argumenta que, conceitualmente, o problema com o princípio maximin é que ele viola um importante requisito de continuidade, ou seja, é extremamente irracional manter um comportamento inteiramente dependente de contingências desfavoráveis extremamente improváveis independentemente de quão pequenas sejam as probabilidades a elas associadas. Exemplificando,

If you took the maximin principle seriously then you could not ever cross a street (after all, you might be hit by a car); you could never drive over a bridge (after all, it might collapse); you could never get married (after all, it might end in a disaster), etc. If anybody really acted this way he would soon end up in a mental institution. (Harsanyi, 1955, p.595)

Além desse problema conceitual, Harsanyi (1955) aponta diversas implicações moralmente inaceitáveis de aplicações do princípio da diferença²⁹.

²⁹ Essas aplicações podem ser encontradas em Harsanyi (1955), p. 596. A resposta de Rawls e a réplica de Harsanyi estão relatadas pelo próprio autor no mesmo trabalho, p.597.

3.3 A TEORIA DA JUSTIÇA DE ROBERT NOZICK

Em *Anarquia, Estado e Utopia* (1991), Robert Nozick elabora uma teoria em defesa de um Estado Mínimo. O autor inicia seu argumento com uma análise das características do *estado de natureza*³⁰, visando ao entendimento da necessidade ou não do surgimento do Estado. Nozick utiliza esse artifício como uma forma de *experimento de pensamento* que, como construto teórico, pode ser comparado à posição original de John Rawls. O estado de natureza considerado é análogo ao de Locke, onde os indivíduos encontram-se em um “estado de liberdade perfeita para organizar seus atos e dispor de seus bens e pessoas como julgam conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem.” (Nozick, p. 25, 1991). A lei da natureza a que se refere Locke estabelece que nenhum indivíduo pode prejudicar a outro em sua vida, saúde, liberdade ou propriedade. Quando essa lei for infringida, as pessoas têm o direito de se defender e de pleitear do infrator tanto quanto for necessário para reparar o dano que sofreram. Locke reconhece, no entanto, que existem inconveniências no estado de natureza para as quais a solução seria a instauração de um governo civil. Nesse sentido, Nozick procede, antes de recorrer ao Estado, à investigação de arranjos possíveis através da utilização dos recursos existentes no próprio estado de natureza capazes de remediar essas inconveniências.

O autor introduz o conceito de *Associação de Proteção*, a qual seria um grupo de pessoas que teria voluntariamente se reunido com o propósito de defender seus direitos, dadas as dificuldades maiores encontradas em defendê-los sozinhas. Podem coexistir diversas *Associações de Proteção*, cada uma zelando pelos direitos de seus associados. Os indivíduos no estado de natureza, cabe lembrar, são livres para se associar e para defender seus direitos quando esses forem violados.

Dentre essas múltiplas Associações de Proteção, emerge em cada região geográfica distinta uma Associação de Proteção dominante, que se caracteriza por uma espécie de sistema comum que julga entre as reivindicações de seus componentes e lhes faz cumprir os direitos. As Associações de Proteção dominantes são diferentes do Estado pelo menos em dois aspectos: (1) elas permitem a existência de pessoas independentes que fazem valer os seus próprios direitos; (2) elas não protegem todos os indivíduos que vivem sob a sua região geográfica.

³⁰ Ao contrário de John Rawls (2002), que elabora como ponto de partida um estado de natureza bastante peculiar, sob a forma da *posição original*, Nozick (1991) lança mão da concepção tradicional de estado de natureza usada na ciência política por John Locke.

Nozick considera como uma condição necessária à existência do Estado que

...ele (alguma pessoa ou organização) anuncie que, no máximo de sua capacidade (levando em conta os custos de assim proceder, a viabilidade, as atividades alternativas mais importantes que deveria estar executando e assim por diante) punirá todos aqueles que descobrir que usaram da força sem sua permissão expressa. (Nozick, p.39, 1991).

3.3.1 A legitimidade do Estado

Na busca pelos fundamentos lógicos que selecionam os serviços de proteção como os únicos contemplados com atividades redistributivas legítimas, Nozick distingue entre Estado mínimo e Estado ultramínimo. O Estado mínimo da teoria liberal clássica é aquele que oferece proteção contra violência, roubo e fraude, e fiscalização do cumprimento de contratos. Esse Estado assim definido é redistributivo na medida em que obriga algumas pessoas a pagar pela proteção de outras, através da cobrança de impostos. O Estado ultramínimo é aquele que mantém o monopólio do uso da força (exceto quando for o caso de autodefesa imediata), contudo proporcionando serviços de proteção e cumprimento de leis apenas àqueles que comprarem suas apólices de proteção.

Nozick coloca a não-violação de direitos como restrição indireta à ação dos indivíduos, ao invés de incluí-la apenas como objetivo de seus atos. Como afirma Nozick, “restrições indiretas à ação refletem o princípio Kantiano básico de que indivíduos são fins e não apenas meios; eles não podem ser sacrificados ou usados para a consecução de outros fins sem seu consentimento” (Nozick, p.46, 1991).

O argumento apresentado em favor das restrições morais indiretas repousa sobre o fato de que as pessoas possuem existências separadas. A idéia é de que nada justifica o sacrifício de um pelos demais. Como explica o próprio autor:

Esta idéia fundamental, isto é, a idéia de que há diferentes indivíduos, com vidas separadas, de modo que ninguém pode ser sacrificado pelos demais, fornece base à existência das restrições morais indiretas, mas também, acredito, leva a uma restrição indireta libertária que proíbe agressões contra outras pessoas. (Nozick, p.48 e 49, 1991)

Como já explicitado, a Agência de Proteção dominante difere do Estado em dois aspectos principais: não arroga para si o monopólio do uso da força e provê proteção

apenas àqueles indivíduos que lhe compram esse serviço. Essas características constituem precisamente o foco de queixa do anarquista individualista contra o Estado. O anarquista sustenta que quando o Estado monopoliza o uso da força e proporciona proteção a todos em seu território, ele viola as restrições morais indiretas sobre a maneira como as pessoas devem ser tratadas. O anarquista conclui, então, que o Estado é intrinsecamente imoral.

Nozick vai demonstrar, na construção de algo reconhecível como um Estado, primeiramente como um Estado ultramínimo emerge do sistema de associações privadas de proteção (através de um processo de mão invisível³¹) e, em segundo lugar, como o Estado ultramínimo dá origem ao Estado mínimo.

Em linhas gerais, o processo de interação entre as diversas agências de proteção que existem concomitantemente em determinado território dá origem a uma única agência de proteção dominante. Essa agência de proteção dominante satisfaz as duas condições cruciais para configurar um Estado: possui o monopólio sobre o uso da força no território³² e protege os direitos de todos dentro dos limites do mesmo – ainda que essa proteção geral só possa ser fornecida em base redistributiva. Essas duas condições caracterizam o chamado Estado mínimo.

O Estado emerge do estado de natureza sem que os direitos de quaisquer pessoas sejam violados³³. Não se trata de imposição injusta de um monopólio: o monopólio de fato cresce mediante um processo de mão invisível e através de meios moralmente permissíveis, sem que o direito de ninguém seja violado e sem reivindicações a um direito especial que outros não possuam. Além disso, exigir dos clientes de fato que paguem pela proteção daqueles a quem proíbem do exercício da justiça privada (duvidosa) contra eles é moralmente exigido pelo princípio da compensação.

3.3.2 Os direitos individuais

John Locke sustenta a existência de uma linha em torno do indivíduo, determinada pelos seus direitos naturais, que limita a ação dos demais. A partir desse argumento, Nozick levanta a questão acerca dos limites existentes para as ações dos

³¹ Ver mais sobre a natureza de explicações de mão invisível em *Invisible-Hand Explanations*, Nozick (1994).

³² Ter monopólio sobre o uso da força em determinado território é a característica definido do Estado ultramínimo.

³³ Ver mais sobre direitos, liberdade e propriedade em Nozick no artigo de Scanlon (1976).

demais indivíduos: estão eles proibidos de praticar atos que violem a fronteira dos direitos naturais ou podem fazê-lo contanto que indenizem a pessoa cuja fronteira foi violada?³⁴ A resposta de Locke a pergunta de Nozick é bastante simples: os limites estabelecidos pelos direitos naturais em torno dos indivíduos são invioláveis, não podendo ser infringidos nem mesmo sob compensação ou autorização prévia.³⁵

Nozick classifica como danos privados aqueles em que apenas a parte lesada precisa ser compensada. Os indivíduos cientes de que serão plenamente compensados por quaisquer infrações não as temem. Danos públicos são classificados como aqueles em que as pessoas temem que seus direitos sejam violados, ainda que saibam que caso isso ocorra elas serão inteiramente indenizadas se e quando os danos ocorrerem. Mesmo que protegidas pela mais forte proposta que compense as vítimas pelo seu medo, algumas pessoas (não vítimas) não serão indenizadas por seu medo. Precisamente por esse motivo existe um interesse público legítimo em eliminar esses atos de violação de fronteiras, especialmente porque o fato de serem cometidos aumenta o medo de todos de que o mesmo lhes aconteça. Dessa forma, Nozick defende a proibição tanto das violações que gerarem danos públicos³⁶, quanto das que não forem indenizáveis.

Por que então não proibir todas as violações de fronteiras para as quais não houve consentimento prévio da vítima? O argumento para que algumas violações do tipo de danos privados sejam permitidas repousa sobre o fato de que sua proibição acarretaria grande volume de risco e insegurança à vida das pessoas. Mesmo agindo sempre sob a melhor das intenções, não seria possível ter certeza de que não se acabaria sendo punido por acontecimentos ou conseqüências acidentais de atos praticados. Além disso, muitas vezes o custo é muito elevado ou é simplesmente impossível de se obter consentimento da vítima.

A questão que permanece passa a ser: quais atos, que não geram medo geral e que violam ou podem violar uma fronteira, podem ser levados a cabo quando plenamente compensados? Nesse caso, Nozick não apresenta uma resposta definitiva, apresentando argumentos baseados em medo, divisão de benefícios e custos de

³⁴ Uma questão anterior à colocada é se os indivíduos podem praticar os referidos atos contanto que haja consentimento prévio da parte cuja fronteira for invadida.

³⁵ Locke sublinha o fato de que alguém dar sua permissão não pode tornar moralmente permissível que outra pessoa lhe mate, dado que a ninguém é dado sequer o direito de cometer suicídio. Um direito não possuído por um indivíduo não pode ser transferido a outrem.

³⁶ Com base no argumento do medo geral (Nozick, p.85, 1991).

transação³⁷, que delimitariam uma área de ação, contudo, não expressando uma solução em todos os seus detalhes.

3.3.3 Os três princípios de justiça

O Estado Mínimo é o único moralmente justificado, na medida em que qualquer outro mais amplo viola os direitos dos indivíduos. Teorias como a utilitarista e a rawlsiana defendem um Estado mais abrangente, através de seus princípios de justiça distributiva. Nozick atribui à expressão “justiça distributiva” uma conotação carregada de sentido redistributivo, como se o caso da justiça fosse análogo ao de “crianças que receberam fatias de bolo das mãos de alguém que, nesse momento, faz ajustes de última hora para corrigir o corte desigual da guloseima” (Nozick, p.170, 1991). Por discordar dessa visão, o autor usa o termo “justiça em propriedades”, na medida em que o debate recai primordialmente sobre o domínio direto ou indireto de pessoas sobre propriedades. Um princípio de justiça sobre propriedades descreve o que a justiça exige quando indivíduos decidem sobre propriedades.

São três os princípios de justiça elaborados pelo autor, quais sejam, o princípio de justiça na aquisição, o princípio de justiça nas transferências e o princípio de reparação da injustiça. O primeiro princípio, de justiça na aquisição, arroga que toda distribuição proveniente de propriedades inicialmente adquiridas de forma justa³⁸ é por sua vez justa. O segundo princípio, de justiça nas transferências, diz que a partir de uma distribuição inicial onde todas as propriedades estão definidas de acordo com o princípio de justiça na aquisição, qualquer distribuição decorrente de trocas livres e voluntárias³⁹ é por sua vez também justa. O terceiro e último princípio, de reparação da injustiça, visa à compensação dos indivíduos por qualquer distribuição cuja matriz de propriedades tenha sido definida de forma que um dos dois princípios anteriores (ou ambos) tenha sido violado. Nesse e somente nesse caso, em que se enquadra o terceiro princípio, ações redistributivas são moralmente justificáveis. Nozick alerta para o fato de que como as propriedades estavam, por alguma violação dos primeiros dois

³⁷ Para uma explanação mais detalhada desse argumento ver Nozick (1991), página 87.

³⁸ Nesse ponto, como em tantos outros, Nozick se aproxima da Teoria da Propriedade de John Locke, segundo a qual toda propriedade advém do trabalho. Algo inicialmente sem dono no estado de natureza pode vir a ser adquirido por um indivíduo na medida em que o seu trabalho for misturado ao referido objeto.

³⁹ Para Nozick, o conceito de “trocas livres” encontra-se intrinsecamente ligado à idéia de trocas voluntárias realizadas no livre mercado, o que o torna um partidário do sistema capitalista.

princípios, distribuídas de maneira injusta, as reparações requeridas pelo terceiro princípio são apenas aparentemente redistributivas (Nozick, p.173, 1991).

Nas palavras de Nozick, a justiça sobre propriedades poderia ser inteiramente definida como segue:

Se o mundo fosse inteiramente justo, a definição indutiva seguinte cobriria exhaustivamente a questão da justiça na propriedade.

1. A pessoa que adquire uma propriedade de acordo com o princípio de justiça na aquisição tem direito a essa propriedade.
2. A pessoa que adquire uma propriedade de acordo com o princípio de justiça em transferências, de alguém mais com direito à propriedade, tem direito à propriedade.
3. Ninguém tem direito a uma propriedade exceto por aplicações (repetidas) de 1 e 2.

(Nozick, p.172, 1991)

Nozick salienta que qualquer distribuição que advenha de uma situação justa, através de etapas justas, é em si justa. Isso ocorre na medida em que os meios de troca especificados pelo princípio de justiça nas transferências preservam a justiça⁴⁰.

O fato de existirem injustiças passadas, quais sejam, violações prévias dos dois primeiros princípios de justiça na propriedade, é a origem do terceiro princípio de justiça: o de reparação de injustiça na propriedade.

A teoria da justiça do direito à propriedade na distribuição é histórica. A justiça presente em uma distribuição depende diretamente de como ela ocorreu. Ao contrário, princípios de justiça na repartição corrente⁴¹ argumentam que a justiça de uma distribuição é resultado exclusivo da maneira como as coisas estão distribuídas (“quem tem o quê”), julgada sob o prisma de algum princípio estrutural de justiça distributiva.

Além dos princípios de resultado final, existem os princípios de justiça padronizados (em certa medida históricos), que são aqueles que variam de acordo com alguma dimensão natural, por exemplo: a cada um de acordo com seu mérito moral, suas necessidades, produto marginal, esforço, e assim por diante. Nozick (p.183, 1991) defende que nenhum princípio de resultado final ou padronizado de justiça pode ser implementado de maneira permanente sem a interferência contínua na vida das pessoas. Qualquer padrão preferido seria alterado por pessoas que resolvessem agir de maneiras

⁴⁰ Esse princípio justifica a legitimidade da herança na sociedade capitalista. Ver mais em *Is Inheritance Justified?*, Haslett (1986).

⁴¹ Classificados como princípios de resultado final (Nozick, p.174, 1991).

diferentes, por exemplo, trocando livremente bens e serviços ou dando a outros coisas a que tinham direito sob o padrão distributivo preferido.

3.3.4 Justiça distributiva em Nozick

A grande maioria dos princípios de justiça distributiva é padronizada como, por exemplo: a cada um de acordo com seu mérito moral, suas necessidades, produto marginal, seu esforço, ou a soma combinada desses fatores e assim por diante. Na teoria da justiça de Nozick, tem-se justamente o contrário, na medida em que seus três princípios de justiça são históricos.

A concepção histórica de justiça de Nozick como direito à propriedade conduz à seguinte definição:

De cada um segundo o que ele resolver fazer, a cada um segundo o que ele faz por si mesmo (talvez com ajuda contratada de outros) e o que os outros resolvem fazer por ele e dar-lhe parte daquilo que receberam antes (de acordo com esta máxima) e ainda não gastaram ou transferiram. (Nozick, 1991, p.180)

Sempre que princípios de justiça padronizados ou de resultado final são incorporados à estrutura judiciária de uma sociedade, eles dão a todos os cidadãos um direito impositivo sobre parte do produto social total – soma total dos produtos individual e conjuntamente gerados. Esse produto social total é gerado por indivíduos que trabalham, utilizando meios de produção que outros pouparam para que existissem. É precisamente sobre esse total das atividades individuais que princípios de resultado final conferem a cada indivíduo um direito impositivo.

Independentemente da forma como esse total sobre o qual todos têm direito um direito impositivo é arrecadado, seja através de tributação dos salários, ou dos salários acima de certo valor, ou de confisco de lucros, os princípios padronizados implicam a apropriação de atos de outras pessoas. Tomar para si os resultados do trabalho de alguém equivale a tomar-lhe horas e dirigi-lo para que execute várias atividades. Na medida em que algumas pessoas obrigam outras a realizarem certos trabalhos, ou trabalhos não remunerados, elas decidem sobre o quê essas outras pessoas devem fazer e com qual finalidade, à parte suas próprias decisões. Sobre esse processo, Nozick salienta:

Esse processo, pelo qual lhe tomam essa decisão, transformam-nos em co-proprietários de sua pessoa, dão-lhes um direito de propriedade sobre você, da mesma maneira que ter esse controle e poder de decisão parcial, por direito, sobre um animal ou objeto inanimado implicaria ter um direito de propriedade sobre eles. (Nozick, 1991, p. 191)

Portanto, princípios de justiça padronizados e de resultado final implicam uma mudança da idéia liberal clássica de propriedade de si mesmo para uma de direitos de propriedade parciais sobre terceiros.

Locke (2002) formulou o conhecido princípio de justiça na aquisição de um bem, segundo o qual o direito de propriedade de um objeto sem dono é originário do fato de alguém misturar seu trabalho com ele. Esse princípio decorre da idéia de que trabalhar em alguma coisa a torna melhor e mais valiosa e, além disso, da premissa de que todos têm direito a possuir uma coisa cujo valor eles criaram.

A formulação de Locke até hoje não obteve embasamento teórico, na medida em que nenhum esquema prático ou coerente de propriedade por valor adicionado foi ainda elaborado e, afora isso, ele provavelmente não resistiria às objeções levantadas.

Dentre essas objeções, Nozick (1991) destaca que é no mínimo implausível considerar adicionar valor a um objeto como razão suficiente para conferir plena propriedade sobre o mesmo, dado que o estoque de objetos sem dono é limitado. É implausível na medida em que adquirir propriedade sobre um objeto antes sem dono altera a situação de todas as outras pessoas, pois restringe a sua liberdade ao reduzir o conjunto de objetos disponíveis para serem adquiridos. Nesse caso, o ponto sob debate é se essa restrição vem acompanhada de uma melhora ou de uma piora na situação dos demais.

Nesse sentido, Locke elabora uma condição que visa a estabelecer que não basta apenas que seja misturado a um objeto o trabalho para que se adquira a propriedade sobre ele, mas é necessário também que se satisfaça a seguinte condição: o fato de o objeto estar sendo adquirido não pode prejudicar a situação dos demais indivíduos da sociedade.

Não obstante os problemas envolvidos na formulação de Locke acerca da origem da propriedade privada, Nozick (1991) expõe diversas considerações sociais favoráveis à propriedade privada: aumento do produto social, ao colocar os meios de produção nas mãos daqueles que podem utilizá-los de maneira mais eficiente; inexistência de uma única pessoa ou pequeno grupo com controle dos recursos, estimulando assim a

experimentação; possibilidade de escolha individual do padrão e tipo e risco em que se deseja incorrer; realização de poupança e, portanto, da proteção das pessoas no futuro (aquelas que assim desejarem); fontes alternativas de emprego; etc.

3.3.5 Nozick sobre Rawls

Rawls caracteriza seus princípios de justiça como aqueles que proporcionam maneiras de prescrever direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição correta dos benefícios e ônus da cooperação social. Sobre sua teoria de justiça, Nozick comenta

É uma fonte de idéias esclarecedoras integradas em um belo conjunto. Os filósofos políticos têm agora ou de trabalhar com a teoria de Rawls ou explicar por que não o fazem. (Nozick, 1991, p.202)

Para Nozick, Rawls parece dizer que não haveria problema de justiça e nenhuma necessidade de uma teoria de justiça se não houvesse absolutamente nenhuma cooperação social, cada pessoa obtendo sua parcela de produto exclusivamente por si mesma, por seus próprios esforços. Não obstante, Nozick (1991) ressalta que poderiam sim existir problemas de justiça, dado que uma pessoa poderia dizer que é injusto ter menos do que os outros, dado que sua terra é de menos qualidade, ou que ela sofre de alguma deficiência. Essa pessoa poderia alegar que esses são fatores fora do seu campo de controle e independem do seu esforço. Além disso, suponha-se que mesmo com cooperação social fosse possível distinguir precisamente quem produziu o quê; ainda assim haveria problemas de justiça?

Na interpretação de Nozick (1991), a resposta de Rawls parece ser não; salientando que essa separação seria impossível e que, portanto, questões de justiça existem. No entanto, quando Rawls argumenta sobre desigualdades justificáveis na medida em que melhorem a situação do grupo menos favorecido, requer que o produto total social (fruto do trabalho individual mais cooperação) possa ser atribuído a cada um, separado de acordo com quem fez e contribuiu com o quê, contradizendo seu argumento anterior.

Segundo Rawls, os menos favorecidos não devem queixar-se por receber menos, porque a desigualdade age em seu benefício: o menos bem dotado recebe mais no

sistema desigual do que receberia sob um sistema igualitário. Nozick coloca a pergunta: e como fica o mais bem dotado ou mais favorecido? Nesse caso, Rawls diz apenas que sem cooperação ninguém leva uma vida satisfatória e que para que todos concordem em cooperar devem ser oferecidos termos razoáveis – o princípio da diferença. De qualquer forma, Nozick (1991) sublinha que Rawls não demonstra em sua teoria que os mais favorecidos não tem motivos para se queixar, pois

A condição de que o bem-estar de todos depende da cooperação social, sem a qual ninguém poderia ter uma vida satisfatória, poderia ser dito também aos menos dotados por alguém que propusesse qualquer outro princípio, incluindo de maximizar a posição dos mais bem dotados. (Nozick, 1991, p. 213)

Sobre o fato de os princípios de justiça rawlsianos serem princípios de justiça padronizados ou de resultado final, Nozick ressalta que

...os participantes da posição inicial de Rawls não poderiam concordar com qualquer princípio histórico. Isso porque pessoas que se reúnem sob um véu de ignorância, a fim de decidir quem recebe o quê, nada sabendo sobre quaisquer direitos especiais que pessoas possam ter, tratarão tudo a ser distribuído como maná caído dos céus. (Nozick, 1991, p.215)

Isso ocorre devido à natureza do problema de decisão enfrentado por pessoas ao deliberarem sobre princípios de justiça na posição inicial e sob o véu de ignorância, o que as limita à escolha entre normas de distribuição de estado final. A pessoa com interesses próprios avalia qualquer princípio de não-resultado final na base de como o mesmo funciona no seu caso específico. Nozick acrescenta ainda

...o véu de ignorância (...) assegura também que nenhuma sombra de considerações de direito a coisas entre nos cálculos racionais de indivíduos ignorantes, amorais, obrigados a decidir em uma situação que reflete algumas condições formais de moralidade. (Nozick, 1991, p. 220)

3.3.6 Críticas à teoria de justiça de Robert Nozick

A teoria política exposta por Nozick em “Anarquia, Estado e Utopia” é uma variante de explicação de mão invisível da abordagem contratualista de Locke para justificar a existência do Estado Mínimo, restrito às funções de proteção do indivíduo. Como coloca Rothbard (1977)

Beginning with a free-market anarchist state of nature, Nozick portrays the State as emerging, by an invisible hand process that violates no one's rights, first as a dominant protective agency, then to an "ultra-minimal state", and then finally to a minimal state.

(Rothbard, p.45, 1977)

Através da análise da argumentação de Nozick em "Anarquia, Estado e Utopia", Rothbard (1977) aponta a existência de duas falácias na teoria desenvolvida pelo autor que, de acordo com Rothbard, são suficientes para refutar sua tentativa de justificar o Estado. A primeira falácia refere-se ao fato de que a "engenhosa construção lógica" de Nozick jamais ocorreu na realidade. Na história da formação dos Estados, nem um único surgiu da maneira descrita em sua teoria. Pelo contrário, Rothbard (1977) salienta que uma análise da formação dos Estados revela que eles são originários de um processo de violência, conquista e exploração que o próprio Nozick admitiria que viola os direitos individuais. Como nenhum Estado existente surgiu da maneira descrita por Nozick, nenhum pode ser justificado, mesmo algum que venha a se transformar em Estado Mínimo, na medida em que ainda assim o processo seria injustificado. Dessa forma, Rothbard afirma que Nozick deveria juntar-se aos anarquistas no propósito de abolir toda forma existente de Estado e, então, esperar que a sua "suposta" mão invisível desencadeie o processo através do qual surgiria um Estado Mínimo moralmente justificado.

Nesse sentido, poderia ser contra-argumentado que, ainda que o processo de mão invisível descrito por Nozick não tenha ocorrido de fato na história da formação dos Estados, isso não é relevante. O importante é a possibilidade lógica do surgimento do Estado Mínimo através de um processo moralmente justificável e a inexistência dessa possibilidade lógica para qualquer Estado além do mínimo. Entretanto, esse contra-argumento iria de encontro ao trabalho de Nozick quando ele defende que o aspecto relevante para a justiça não é que determinado estado de coisa "possa" ter surgido de maneira moralmente justificada, mas sim que tenha "de fato" surgido de forma justificada⁴².

⁴² Isso está diretamente relacionado com o conceito de princípio histórico de justiça que, ao contrário dos princípios padronizados, considera na avaliação de um estado de coisas não a sua configuração estática, mas sim o processo que conduziu àquele estado.

A segunda falácia exposta por Rothbard (1977) salienta que, mesmo que existisse esse Estado “imaculadamente concebido” de Nozick, ainda assim ele não seria justificável. Existe uma falácia básica que perpassa todas as teorias contratualistas do Estado, qual seja, que todo contrato (de qualquer natureza) baseado em uma promessa é válido. Não obstante, de acordo com o que seria uma correta teoria de contratos, de Williamson Evers, os únicos contratos válidos são aqueles que se referem a objetos que são, de fato, filosoficamente alienáveis⁴³.

Depois de esclarecer as duas falácias existentes na teoria de justiça de Nozick, Rothbard (1977) procede a um exame dos estágios dessa teoria, debruçando sua análise particularmente sobre a necessidade e a moralidade da forma como os estágios se desenvolvem através dos estágios precedentes. Nozick começa sua obra “Anarquia, Estado e Utopia” assumindo que toda agência de proteção existente no estado anárquico age de maneira moral e não-agressiva. Primeiramente, Nozick assume que toda agência de proteção requer que cada um de seus clientes renuncie ao direito de retaliação privada contra agressão. Nesse ponto, Rothbard (1977) ressalta que essa renúncia pode ou não ocorrer, e que isso vai depender da competição entre as agências de proteção no mercado. Talvez sobrevivam apenas agências de proteção que não restrinjam os seus clientes dessa maneira; ou seja, essa restrição não é evidente como busca argumentar Nozick.

No que segue, Nozick discute como seriam resolvidas disputas entre clientes de distintas agências de proteção, oferecendo três cenários. Dois desses cenários (e parte do terceiro) envolvem confrontos físicos entre as diferentes agências. Em primeiro lugar, esses cenários contradizem a hipótese do próprio Nozick acerca do comportamento não-agressivo das agências de proteção. Além disso, seria economicamente muito custoso entrar em conflito para resolver as disputas, de forma que as agências certamente optariam por serviços judiciais privados através dos quais seriam realizados acordos.

No terceiro cenário, ambas as agências em conflito concordariam em resolver pacificamente os casos em que os resultados de seus julgamentos diferissem. As agências concordariam em recorrer a uma terceira parte e a aceitar a sua decisão, sempre que entrassem em desacordo. Nozick argumenta que se teria, então, um único sistema judicial unificado do qual todas as agências seriam componentes. Rothbard

⁴³ Objetos filosoficamente alienáveis são aqueles que podem ser dotados de título de propriedade, excluindo-se a propriedade do próprio corpo e de sua vontade, bem como todos os direitos que emanam dessa auto-propriedade.

(1977) classifica essa conclusão como ilegítima e o argumento como um *non sequitur*. Para Rothbard, não necessariamente surgiria um sistema judicial único, poderiam existir centenas de cortes de apelação particulares.

Na concepção liberal individualista, como a exposta por Nozick (1991), os indivíduos possuem direitos anteriores ou com existência externa à sociedade. Rawls, ao contrário, defende que o sistema de direitos é gerado na posição original – não possuindo qualquer tipo de existência anterior. Nesse caso, as partes que irão deliberar sobre os princípios de justiça devem abstrair seus direitos de qualquer tipo de argumentação. Nessa linha, Barry (1995) ressalta que a doutrina de direitos naturais (seja derivada de doutrinas teológicas, como em Locke) ou assumida a priori (como em Nozick) produz implicações que podem ser facilmente rejeitadas na posição original. O sistema nozickiano de direitos naturais requer que todos os indivíduos se comprometam a aceitar que, independentemente de quão rica uma sociedade possa ser, algumas pessoas devem morrer de fome se os direitos derivados do mercado somados às transferências voluntárias não for suficiente para manter sua sobrevivência.

Fried (1995) afirma que parece justo dizer que o argumento de Nozick em *Anarquia, Estado e Utopia* (1991) se provou tão duradouro não apenas por sua consistência teórica, mas porque repousa sobre intuições de justiça distributiva que são altamente compartilhadas pela sociedade contemporânea. Fried (1995) sugere que o princípio de justiça nas transferências de Nozick recai em um erro fundamental sobre o que está em jogo nas trocas de mercado. Assim que esse erro é corrigido, fica claro que o argumento de Nozick não prova nada acerca da justiça de distribuições baseadas no mercado. Nesse sentido, Nozick segue uma tradição segundo a qual se alguém possui a justa propriedade de X sob a luz da teoria de direito de propriedade de Locke, então esse alguém necessariamente tem direito ao que lhe for voluntariamente doado por X. Nozick trata essa proposição como auto-evidente, sugere Fried (1995), ainda que ela seja reconhecidamente problemática ao menos com respeito àquela porção do valor de mercado que reflete o excedente relacionado com condições de escassez de alguma natureza.

O imperativo categórico kantiano que afirma que nenhum homem deve ser utilizado como meio para obtenção dos objetivos de outro é uma das bases fundamentais da teoria de justiça de Nozick. A partir do uso dessa premissa, Nozick deriva implicações que justificam o direito à propriedade e seus três princípios de

justiça. Exdell (1977) critica a argumentação de Nozick nesse ponto, sustentando que o imperativo categórico em questão pode justificar sistemas de direito distintos do defendido por Nozick⁴⁴.

Por fim, Fowler (1980) defende que todos os aspectos plausíveis presentes na teoria de justiça de Nozick derivam da tradição liberal clássica, e já se encontram lá explicitados. Além disso, todos os aspectos implausíveis presentes na teoria dizem respeito às inovações de Nozick⁴⁵.

⁴⁴ Ver crítica completa em Exdell (1977).

⁴⁵ Ver artigo completo em Fowler (1980).

4 ESCOLHAS SOBRE DISTRIBUIÇÕES DE RENDA: UMA ANÁLISE EXPERIMENTAL

O quarto capítulo propõe-se à apresentação e debate da economia experimental enquanto metodologia de pesquisa. Além disso, é explicitada a estrutura e embasamento teórico do experimento aplicado nesse trabalho.

4.1 A ECONOMIA EXPERIMENTAL

As teorias econômicas são elaboradas para explicar as atividades de mercado. Em teoria dos jogos, por exemplo, as previsões teóricas são frequentemente baseadas em hipóteses comportamentais, para as quais existe uma possibilidade prática muito pequena de se obter evidências a partir da observação do mercado natural. Como consequência de problemas com a obtenção de dados, os economistas frequentemente se vêem forçados a avaliar teorias com base na sua plausibilidade, ou em fatores intrínsecos, como elegância e consistência interna.

A economia experimental constitui um campo relativamente recente na ciência econômica. Não obstante, não existe razão inerente para que dados econômicos relevantes não possam ser obtidos através de experimentos de laboratório. Pelo contrário, experimentos de laboratório têm a vantagem de permitir um teste mais direto de hipóteses comportamentais, resolvendo parcialmente o problema com obtenção de dados para testes desse tipo. Uma das lições mais importantes da pesquisa laboratorial é a importância de regras de troca e instituições na determinação do resultado de mercado (DAVIS & HOLT, 1993).

O interesse dos economistas por métodos de laboratório começou, de acordo com Davis e Holt (1993), a partir das décadas de 1940 e 1950. O pioneiro foi Edward Chamberlin que, em 1948, realizou com seus alunos experimentos de mercado focalizados nas previsões da teoria neoclássica de preços. Cabe destacar que um de seus alunos era Vernon Smith, consagrado em 2002 com o Prêmio Nobel de Economia precisamente por sua contribuição no desenvolvimento da economia experimental. A partir dos primeiros experimentos de Chamberlin, a economia experimental evoluiu no sentido do teste de implicações comportamentais da teoria dos jogos não-cooperativos. Nesses experimentos, o mercado não era imitado, na medida em que os payoffs eram dados de forma tabular, suprimindo estruturas de custo e demanda, mas facilitando o

cálculo do equilíbrio do jogo. Mais tarde, começaram a aparecer os experimentos de decisão individual, com ambientes ainda mais simples, utilizados para testar o conteúdo comportamental dos axiomas da teoria da utilidade esperada.

As principais vantagens oferecidas por métodos de laboratório (DAVIS & HOLT, 1993), em qualquer ciência, são a replicabilidade e o controle. A replicabilidade se refere à capacidade de outros pesquisadores reproduzirem o experimento, verificando as descobertas de forma independente. A ausência de replicabilidade é um problema inerente a toda pesquisa empírica não-experimental: os dados observados em processos naturais são únicos e ocorrem em um ambiente não replicável espacial e temporalmente, no qual fatores não-observáveis estão em constante mudança. O problema é ainda maior em economia, porque a coleta e verificação independente de dados econômicos são bastante dispendiosas. Além disso, os dados não são coletados por economistas, com propósito científico, mas sim por órgãos governamentais ou entidades independentes (com outros propósitos). Já o controle se refere à capacidade de manipular as condições de laboratório de tal forma que o comportamento observado possa ser usado para avaliar teorias e políticas alternativas.

Diversas críticas são levantadas contra o uso do método de laboratório em economia (DAVIS & HOLT, 1993). Uma dessas críticas é que os tomadores de decisão em uma economia são mais sofisticados do que estudantes de graduação (utilizados na maior parte dos experimentos). Se os agentes econômicos no mercado pensam e escolhem de forma distinta dos estudantes de graduação, então a seleção dos participantes do experimento deveria refletir essa diferença. Nesse sentido, o comportamento de tomadores de decisão recrutados no mercado vem sendo examinado em diversos contextos: Dyer, Kagel e Levin (1989); Smith, Suchanek e Williams (1988); Mestelman e Feeny (1988); e DeJong et. al (1988). Esses trabalhos mostram que o comportamento de indivíduos recrutados no mercado não difere daquele exibido por amostras de estudantes (bem menos custosos).

Uma segunda crítica à economia experimental (DAVIS & HOLT, 1993) é que os mercados de interesse científico para os economistas são complexos, enquanto os mercados reproduzidos em experimentos são relativamente simples. Entretanto, essa crítica atinge as teorias, e não os experimentos. Se uma teoria falha em um experimento simples, há poucos ou nenhum motivo para esperar que ela funcione num ambiente

complexo. Por outro lado, se a teoria funciona em laboratório, mas não se aplica a mercados reais, é provável que a teoria tenha omitido fatores relevantes.

Croson (2003), no artigo intitulado *Why and How to Experiment*, realiza uma revisão sobre a literatura experimental, apontando as principais dificuldades e características desse tipo de abordagem. De acordo com Croson (2003), uma desvantagem em experimentos humanos controlados é que os dados obtidos diferem de dados empíricos. Uma teoria que consegue prever bem os resultados em um ambiente de laboratório sugere apenas o que *pode* acontecer no mundo real. Só porque uma teoria funciona num experimento de laboratório não significa que ela funcione no mundo real. Entretanto, se uma teoria não consegue prever os resultados em um ambiente controlado e idealizado, o mais provável é que ela não se aplique ao mundo real. Então, se uma teoria funciona bem em laboratório, ela deve continuar sendo testada; mas, se não funciona, ela deve ser refinada antes que outras implicações venham a ser discutidas.

Ainda que essas críticas não constituam razão suficiente para abandonar experimentos de laboratório em economia, elas apontam para fatores relevantes que devem ser considerados. Existem estudos (DAVIS & HOLT, 1993) que indicam que a performance dos participantes pode variar de acordo com *proxies* como instituição de ensino, curso de graduação ou nível de estudo (graduação ou pós-graduação). Dessa forma, a escolha do perfil dos participantes pode ser apropriada em alguns casos. Nesse sentido, Guala (2005) salienta que estudantes provenientes de cursos de administração e economia costumam apresentar um comportamento que se adéqua mais aos padrões estabelecidos pela teoria econômica do que estudantes provenientes de outras áreas.

Como uma resposta ao receio de muitos economistas em relação à economia experimental, Starmer (1999) coloca

We may discover a quite general tendency for economic theories to work better in real markets environments than they do in the laboratory. If so, perhaps laboratory experimentation may one day be a thing of the past. I don't know. But then that is just the point. I don't know and I don't believe any of us have a sound basis for making definite judgments about such issues at this stage. So let's experiment and see what we can find out. (STARMER, 1999, p. F14)

4.1.1 Tipos de experimentos

O compromisso com a replicabilidade exige que aquele que conduz o experimento considere em detalhes os procedimentos apropriados para o desenho e

administração do experimento, bem como padrões para sua avaliação. O procedimento apropriado para cada caso irá depender do tipo de experimento considerado.

Em Davis e Holt (1993), encontram-se tipificadas três categorias de experimentos, quais sejam:

(i) testes de hipóteses comportamentais: o uso mais comum de métodos experimentais em economia é a falsificação. Ao construir um ambiente de laboratório que satisfaz as hipóteses estruturais de determinada teoria, é dada a melhor chance possível para testar suas implicações comportamentais (a construção desses ambientes é difícil e envolve interação entre os proponentes da teoria e o experimentador);

(ii) theory stress tests: nesse tipo de experimento é realizado um exame da sensibilidade das previsões de uma teoria a violações de determinadas hipóteses. Dessa forma, coloca-se sob teste a robustez da teoria considerada e do seu poder preditivo, quando avaliados através da flexibilização de determinadas hipóteses simplificadoras;

(iii) identificação de regularidades empíricas: se refere aos experimentos que buscam documentar regularidades inesperadas na relação entre determinadas variáveis econômicas.

O experimento proposto nesse trabalho se enquadra no primeiro tipo, na medida em que hipóteses de distintas teorias de justiça são colocadas em teste, no intuito de verificar se alguma dessas hipóteses (e, se sim, quais) responde pelo comportamento real de indivíduos no tocante à escolha entre distintas distribuições de renda. Após a implementação do experimento poderão emergir regularidades ou padrões de escolha ainda desconhecidos, o que faria com que ele se aproximasse do terceiro tipo especificado acima. Como coloca Guala (2005),

An experiment is usually designed with one principal research question in mind, and the data should provide an answer to it (...). But often the evidence will contain more information – for example, in the form of new phenomena that had not been anticipated by the experimenters. In a few lucky cases, the unexpected results will be clear enough to be reported, but most often they will require a new design in order to be observed properly. The end of an experiment then becomes the beginning of a new one, which will shed further light on a related issue. (GUALA, p.36, 2005)

Guala (2005) baseia sua análise numa classificação dos tipos de experimentos econômicos distinta da apresentada por Davis e Holt (1993), retirada dos trabalhos de

Alvin Roth (1986, 1988, 1995), que propõe uma tipificação baseada nos objetivos do experimento: *Speaking to theorists*, *Searching for facts* e *Whispering in the ear of princes*. A primeira dessas categorias abrange todos os experimentos que objetivam o teste de hipóteses de modelos teóricos formais. A segunda inclui aqueles experimentos voltados para a investigação de fenômenos que não podem ser explicados pelas teorias da época. A terceira, por fim, abrange experimentos que buscam elucidar ou oferecer suporte à formulação de políticas.

Uma categorização alternativa dos tipos de experimentos pode ser encontrada em Croson (2003), que distingue entre três tipos:

(1) experimentos que testam previsões de teorias: sugere-se testar não uma previsão pontual da teoria (exemplo: 100% dos casos se comportam da maneira x), mas uma previsão do tipo *comparative static* (exemplo: a maioria dos casos se comporta da maneira x). Pode-se testar uma única teoria, teorias concorrentes ou realizar um *stress test* (onde uma teoria que já foi corroborada em laboratório é testada novamente relaxando-se alguma de suas hipóteses);

(2) experimentos que investigam anomalias teóricas;

(3) experimentos que visam instruir a elaboração de políticas públicas.

No que diz respeito ao desenho e preparação do experimento, Croson (2003) faz algumas observações importantes: a necessidade de aprovação do projeto por um comitê de ética, a importância de se filtrar da teoria apenas o que realmente se quer testar, o tamanho máximo de três páginas das instruções do experimento, o fato de que dados de experimentos são em menor número que aqueles provenientes de outras fontes e que, sendo assim, utiliza-se estatística não-paramétrica para sua análise. A autora também fornece algumas dicas para lidar com objeções a esse tipo de trabalho, salientando que as teorias testadas, em sua maioria, não especificam circunstâncias particulares nas quais seriam verdadeiras. Uma teoria prediz um determinado comportamento sempre que suas hipóteses forem atendidas, tanto num ambiente controlado de laboratório quanto no mundo real. Além disso, quanto à objeção de que estudantes não escolhem como “pessoas reais”, Croson (2003) ressalta que estudantes são pessoas reais e que as teorias explicam o comportamento das pessoas em geral, inclusive de estudantes.

4.1.2 Testes de Hipóteses em Laboratório

A metodologia científica subjacente aos testes em laboratório se encontra fundamentada no modelo Hipotético-Dedutivo (modelo HD), enraizado na tradição empirista, de acordo com a qual a evidência empírica constitui a fonte primeira de validação das teorias científicas. A maioria dos economistas concorda com esse princípio filosófico fundamental. Guala (2005) ressalta que, se as idéias científicas devem ser testadas contra os fatos, é crucial que se defina precisamente o que são esses fatos e, então, como eles podem ser utilizados para o fim proposto.

Antes de expor em algum detalhe o modelo HD, cabe distinguir entre alguns conceitos cujos significados são muitas vezes confusos na literatura da área. Quatro conceitos fundamentais no modelo que será discutido são: fato e evidência, dados e fenômeno. Fato é um conceito absoluto, enquanto evidência é um conceito relacional. Nesse sentido, quando teorias científicas são submetidas a teste, um fato pode ser usado como evidência em favor ou contra determinada hipótese sob consideração (GUALA, 2005). Quando experimentos são realizados, é fundamental identificar quais os tipos de fatos que servem como evidência científica em diferentes estágios da pesquisa.

No que tange o conceito de dado, tem-se a idéia de uma entidade observável. Os dados são confusos, sugestivos e idiossincráticos (GUALA, 2005). Já o fenômeno é uma entidade não-observável, que pode ser derivada dos dados através da análise teórica. O que os cientistas buscam, então, é elaborar teorias que expliquem como e porque ocorrem determinados fenômenos, que podem ser derivados da observação de dados observáveis. Os fenômenos organizam e descrevem os dados.

O teste de hipóteses é um elemento fundamental na pesquisa experimental; tanto nos experimentos do tipo⁴⁶ *Searching for facts*, que objetivam a confirmação da existência de determinados fenômenos; quanto em experimentos do tipo *Speaking to theorists*, que visam ao teste de explicações teóricas de fenômenos. A centralidade do teste de hipóteses na ciência experimental é inteiramente refletida no modelo HD. Os principais representantes desse modelo na ciência econômica são Karl Popper, que influenciou imensamente a metodologia da economia; e Milton Friedman, economista que consolidou a utilização do modelo HD nesse campo. A tradição empirista subjacente ao modelo HD apóia-se em dois conceitos fundamentais: evidência empírica e lógica (GUALA, 2005).

⁴⁶ Ver tipologia empregada por Guala (2005) na subseção 3.1.1.

Dessa forma,

Evidence is the primary source of validation for our knowledge of the external world; because knowledge is expressed in linguistic statements, logic is necessary to draw inferences from one statement or set of statements to another. (Guala, p.49, 2005)

Não obstante, existem visões distintas no interior do arcabouço hipotético-dedutivo acerca do tipo de lógica necessária e suficiente para a ciência. Essas divergências referem-se à necessidade (e possibilidade) ou não de uma lógica indutiva, além da lógica dedutiva, como ferramenta de comprovação de teorias científicas.

O modelo HD básico pode ser esquematizado como segue:

Esquema A (refutação)

(1) $H \rightarrow e$

(2) $\sim e$

(3) $\sim H$

Esquema B (confirmação)

(1') $H \rightarrow e$

(2') e

(3') provavelmente H

Fonte: Guala (2005, p.49)

De acordo com o *Esquema A*, tem-se primeiro uma determinada hipótese científica H que implica necessariamente uma evidência empírica específica e . No segundo momento (onde entra em cena o teste experimental), tem-se a negação dessa evidência empírica através de um contra-exemplo encontrado na realidade factual. Através da lógica dedutiva segue, necessariamente, que H é falsa.

No *Esquema B*, encontra-se ilustrado um argumento indutivo. Como no *Esquema A*, no primeiro momento tem-se uma hipótese H que implica necessariamente determinada evidência empírica e . Entretanto, no segundo momento, essa evidência e é encontrada na realidade através da experimentação. Dessa forma, segue-se através da lógica indutiva que H provavelmente é verdadeira.

Existe uma assimetria fundamental entre esses dois esquemas lógicos. Enquanto no *Esquema A* a conclusão segue logicamente das premissas⁴⁷; no *Esquema B*, pelo

⁴⁷ Essa forma de argumento é denominada na literatura de *modus tollens*, constituindo inferência dedutiva válida. (GUALA, p.50, 2005)

contrário, não pode-se deduzir logicamente que *H* é verdadeira através das premissas⁴⁸. Essa assimetria reflete os dois tipos de inferência lógica subjacentes a cada esquema: no caso A, a inferência lógica dedutiva, já consolidada desde o início do século XX; e, no caso B, a inferência lógica indutiva, cujas bases e regras formais ainda não foram estabelecidas. Alguns filósofos, como Karl Popper (2001), chegam ao ponto de rejeitar completamente a possibilidade lógica do segundo esquema.

A metodologia popperiana tem como ponto de partida (POPPER, 1999) a resolução que o filósofo encontrou para o Problema Lógico da Indução de Hume. O problema pode, de maneira simplificada, ser formulado da seguinte maneira: podem as inferências indutivas conduzir a teorias explanativas universais verdadeiras? Qual a justificativa para crer que o futuro irá ser como foi o passado? A resposta de Popper a esse problema coincide com a solução de Hume de que observações empíricas não são capazes, ou seja, não são razões suficientes para a justificativa de proposições universais verdadeiras. Popper propõe então uma generalização desse problema: podem as experiências empíricas conduzir a teorias explanativas verdadeiras, *ou falsas*? A essa pergunta Popper tem uma resposta positiva, na medida em que “... a admissão da verdade de asserções de teste às vezes nos permite a alegação de que uma teoria explanativa universal é falsa” (POPPER, p.18, 1999). Através dessa resposta Popper (2001) constrói todo seu critério de demarcação de ciência, crescimento do conhecimento científico e metodologia científica propriamente dita. Uma teoria é científica se plausível de ser falseada; se assim não for, será um dogma mantido unicamente por meio da fé.

Essa visão da ciência sofreu ataques em diversas frentes (GUALA, 2005). O principal problema apontado é que os cientistas não propõem teorias com o propósito de rejeitá-las. Eles tencionam utilizá-las, tanto para realizar previsões acerca do futuro quanto para intervir na realidade, modificando seu estado atual. Nesse sentido, muitos filósofos apontaram que, para justificar tais atividades, é insuficiente sustentar apenas que determinada teoria não foi ainda falseada. É importante, também, encontrar alguma forma de demonstrar que a teoria escolhida é de alguma maneira melhor que as rivais disponíveis⁴⁹.

⁴⁸ Tal tipo de inferência é conhecido na literatura como a falácia chamada *afirmando o conseqüente*. (GUALA, p.50, 2005)

⁴⁹ Não cabe trazer aqui toda a discussão a respeito desse tema, na medida em que foge ao propósito do trabalho. Um debate mais aprofundado pode ser encontrado em Watkins (1984), Worrall (1989) e David

O modelo HD, ainda que amplamente utilizado, apresenta um problema fundamental que pode ser exposto através do seguinte esquema, ampliado do anteriormente exposto:

Esquema A* (refutação)

(4) $(H \ \& \ I \ \& \ K) \rightarrow e$

(5) $\sim e$

(6) $\sim H$

Esquema B* (confirmação)

(4') $(H \ \& \ I \ \& \ K) \rightarrow e$

(5') e

(6') provavelmente H

Fonte: Guala (2005, p.57)

Os *Esquemas A* e B** apresentam dois elementos novos: *I*, as condições iniciais mensuradas antes de realizar o experimento; e *K*, hipóteses auxiliares e condições *ceteris paribus*. A introdução desses novos elementos torna os esquemas anteriormente apresentados mais verossímeis, mas a um alto custo. Os esquemas A* e B* diferem crucialmente dos esquemas A e B: o argumento exposto em A* não é dedutivo. As regras da lógica dedutiva permitem inferir a seguinte conclusão das premissas apresentadas em A*: (6'') $\sim (H \ \& \ I \ \& \ K)$; o que significa que ou *H*, ou *I*, ou *K*, ou quaisquer dois deles, ou os três, são falsos. Nenhuma conclusão além dessa é logicamente válida através de inferência dedutiva. Esse impasse é conhecido na literatura como *o Problema de Duhem-Quine*: todos os testes de uma teoria são, na verdade, testes conjuntos onde não apenas as hipóteses teóricas estão sendo testadas, mas também todas as hipóteses auxiliares. Dessa forma, apenas a lógica dedutiva se mostra insuficiente para falsificar hipóteses científicas e, conseqüentemente, para justificar os testes de hipóteses.

De acordo com a perspectiva do modelo HD, a diferença entre testes experimentais e não-experimentais repousa na confiabilidade que pode ser atribuída às condições iniciais e auxiliares (*I* e *K*). Experimentos de laboratório permitem que as condições iniciais (*I*) sejam medidas sob circunstâncias ideais, podendo ser calibradas de acordo com as necessidades teóricas. O mesmo pode-se dizer em relação às hipóteses auxiliares (*K*), na medida em que, no laboratório, é possível monitorar e isolar o

Miller (2002) – *apud* Guala (2005). Vale ressaltar, entretanto, que atualmente a grande maioria dos filósofos da ciência acredita que a inferência indutiva seja indispensável à metodologia científica (GUALA, p.52, 2005).

experimento de forma a evitar interferências indesejadas. Desse processo que emerge o conceito de *controle* do experimento: quando a confiança do experimentador nas condições iniciais e nas hipóteses auxiliares é alta, então existe um alto grau de controle do experimento. Nesse sentido, pode-se dizer que, em experimentos de laboratório, o problema de Duhem-Quine pode ser melhor administrado e reduzido, gerando resultados mais confiáveis do ponto de vista metodológico.

4.1.3 Causação e Controle Experimental

Nessa subseção será apresentado um segundo modelo científico, qual seja, o *design experimental perfeitamente controlado* (GUALA, 2005). A maioria dos experimentos científicos está relacionada direta ou indiretamente com essa metodologia, na medida em que esse modelo permite a obtenção das melhores condições possíveis para a realização do teste de hipóteses causais.

Existem dois elementos fundamentais que caracterizam o modelo de experimento perfeitamente controlado (GUALA, 2005): (1) a idéia de que experimentos científicos envolvem a comparação de duas situações que diferem apenas em um aspecto, chamado de *tratamento*; (2) o uso do processo de randomização como meio de obtenção de uniformidade nos dados antes do tratamento sob as duas situações ser comparado. O conceito de tratamento é definido como:

A treatment is an intervention or artificial variation imposed by the experimenter, (...). (In medicine, the intervention typically takes the form of a drug given to some patients; in experimental economics, it may consist, for instance, in a higher level of incentives, or in a different amount of information given to subjects.) (Guala, p.64, 2005)

O modelo de *design experimental perfeitamente controlado* é baseado na lógica de *comparação e variação controlada*. Os pesquisadores lançam mão de evidências comparativas, i.e., evidências de que determinado grupo de pessoas se comporta, sob certo *design experimental*, de maneira distinta ou idêntica a outro grupo sob circunstâncias experimentais diferentes. A variação dessas circunstâncias experimentais deve ser minuciosamente planejada e controlada, na medida em que é importante que os grupos estejam situados sob condições que difiram em apenas um parâmetro (o tratamento). Essa uniformidade almejada pode ser obtida de maneiras distintas. A primeira maneira é o *controle direto* ou *matching*, definido como

... the procedure of assigning to each group subjects that are identical with respect to some key characteristics, with the explicit aim of achieving groups that are as similar as possible. (Guala, p.66, 2005)

Quando não é possível obter o nível desejado de uniformidade entre grupos através do processo de *matching*, as diferenças devem ser neutralizadas por meio do processo de randomização. A idéia subjacente ao processo randômico é que, através de uma distribuição aleatória dos indivíduos entre os grupos experimentais e de controle, os erros ou variações com respeito a algum fator não identificado (remanescentes do processo de *matching*) serão distribuídos uniformemente entre os grupos. Dessa forma, se fosse possível realizar de maneira perfeita o processo de *matching*, a randomização não se faria necessária.

4.1.4 Predição

Após a realização de um experimento, os cientistas utilizam os dados empíricos obtidos para identificar a existência de padrões ou fenômenos e, então, buscam explicar esses fenômenos através de teorias científicas ou hipóteses causais (BOGEN e WOODWARD, 1988). Essa prática não é de forma alguma trivial, na medida em que os dados não indicam de maneira única e inequívoca tanto os fenômenos subjacentes quanto suas possíveis causas (GUALA, 2005). Nesse sentido, pode-se afirmar que as hipóteses experimentais são tipicamente subdeterminadas pela evidência empírica.

Um dos critérios mais amplamente utilizados para superar essa subdeterminação é o sucesso preditivo das hipóteses. A partir desse critério, uma hipótese é considerada válida se possui bom poder preditivo. Guala (2005) argumenta que esse critério é falho, na medida em que são ignorados aspectos fundamentais da inferência científica: os fatores de *background* que determinam se a evidência confirma ou refuta uma hipótese. Uma das razões para a falibilidade do critério de sucesso preditivo é colocada da seguinte forma:

An unfortunate feature of human psychology is that our intuitions about inductive matters seem to be systematically disturbed by deductive biases. It is very important therefore that we resist the temptation to impose on inductive inferences requirements that are appropriate for deductive ones only. (Guala, p.85, 2005)

Um exemplo típico da idéia exposta nessa passagem é a crença de que para *e* confirmar *H*, basta apenas que *e* seja consequência lógica de *H*; i.e., existe uma crença de que a confirmação empírica é nada além de dedução lógica escrita “ao contrário”. Entretanto, se fosse esse o caso, o teste empírico perderia sua utilidade na escolha entre hipóteses alternativas, dado que toda evidência pode ser deduzida de uma infinidade de hipóteses distintas.

Muitos filósofos sustentam que *H* deve não apenas implicar *e*, mas também *prevê-la*. Esse critério preditivo impõe um requerimento temporal sobre a lógica indutiva, sustentando que uma evidência *e* só é capaz de confirmar uma hipótese *H* se prevista por *H*. Dessa forma, é necessário que a previsão tenha sido derivada de *H* num momento anterior à observação de *e*. Tem-se então que

to explain is to derive from a theory/hypothesis some evidence that has already been observed; to predict is to derive some evidence that will be observed. The temporal requirement says that only evidence that has been successfully predicted can provide inductive support to a hypothesis .
(Guala, p.86, 2005)

O critério preditivo de avaliação de uma teoria científica deve soar familiar aos economistas, dado que se trata de uma idéia bastante disseminada na ciência econômica. O requerimento de sucesso preditivo para validação de uma hipótese foi defendido por Milton Friedman em *The Methodology of Positive Economics* (1953). Friedman argumenta que as teorias são apenas ferramentas para antecipar eventos futuros. Nesse sentido, as teorias não devem buscar explicar a realidade, mas apenas antecipar acontecimentos passíveis de serem previstos; o único teste relevante da validade de uma teoria ou hipótese é a comparação de suas previsões com a experiência. Essa visão da ciência é conhecida como instrumentalismo, para o qual “*the goal of science is to predict what happens in the natural and social world; there is no attempt to explain the deep mechanisms of reality*” (GUALA, 2005, p.86). O oposto do instrumentalismo é denominado realismo, doutrina para a qual o objetivo da ciência é descobrir a verdadeira estrutura e funcionamento dos mundos social e natural.

Existem duas críticas principais ao instrumentalismo (GUALA, 2005). A primeira diz respeito à seguinte questão: o que se deve fazer quando uma teoria não mais é capaz de realizar previsões corretas? No caso da ciência econômica, como um economista deve alterar um modelo quando suas previsões não mais se concretizam?

Uma visão puramente instrumentalista da ciência não é capaz de responder essa pergunta, na medida em que é necessário saber como as coisas funcionam para saber o que deve ser corrigido e alterado. A segunda crítica é referente ao fato de que, muitas vezes, os cientistas não desejam apenas fazer previsões, mas também realizar intervenções. Um instrumento ou modelo puramente preditivo não é capaz de dizer como prevenir determinados resultados indesejados.

Essas críticas não afetam o requerimento de sucesso preditivo para a inferência indutiva, porque esse critério pode ser justificado por vias não instrumentalistas. Popper é um exemplo de um cientista realista que defende esse critério⁵⁰. Popper (2001) baseia o critério de sucesso preditivo na suposta diferença entre a chamada ciência propriamente dita e outras disciplinas pseudo-científicas. O primeiro tipo de ciência realiza previsões precisas que podem ser testadas e mensuradas; enquanto o segundo tipo quase sempre baseia suas hipóteses em eventos passados e, quando realiza previsões, normalmente erra. Uma metáfora presente na obra de Popper que ilustra bem o requerimento de sucesso preditivo é a que segue: uma hipótese deve “colocar o pescoço pra fora e se submeter ao machado da refutação”.

A grande maioria dos economistas acata esse requerimento e condena o uso de hipóteses *ad hoc*. O argumento é que, depois de obtidos os resultados, é muito fácil alterar a teoria proposta de forma que ela funcione, ainda que a teoria seja em si errônea. Dessa forma, o uso de hipóteses *ad hoc* é considerado uma forma de *cheating*.

Ainda que Popper defenda o critério preditivo, ele não desenha qualquer ligação entre esse critério e a lógica indutivista⁵¹. Como já elucidado em seção anterior, para Popper a única lógica científica válida é a lógica dedutiva: uma teoria jamais pode ser provada verdadeira, podendo apenas ser provada falsa (quando for o caso).

Guala (2005) pretende mostrar que a evidência empírica também pode conter ensinamentos positivos sobre as hipóteses científicas, i.e., existe uma lógica indutiva válida, ainda que não plenamente estabelecida como a lógica dedutiva. Para isso, é preciso aprofundar a análise da confirmação de hipóteses via experimentos, o que significa que é necessário estabelecer a ligação entre o sucesso preditivo e a (provável) verdade de uma hipótese.

⁵⁰ Em economia, o seguidor de Popper mais reconhecido é Mark Blaug, com a obra “A Metodologia da Economia” (1994).

⁵¹ Como se sabe, Popper era um anti-indutivista. Ver Popper (1999, 2001).

Nesse sentido, Guala (2005) refere-se a um argumento conhecido como “argumento da coincidência”, contido na obra *The Aim and Structure of Physical Theory* (1906), de Duhem. Nesse argumento, Duhem (1906) compara as previsões de uma teoria com as gavetas de uma cômoda. Cada gaveta tem um formato diferente, bem como cada fenômeno ou lei empírica que deve ser guardada na cômoda. Uma boa teoria deve ser capaz de afirmar com antecedência qual gaveta vai abrigar qual fenômeno específico. Suponha que a cômoda (teoria) tenha sido fabricada sem nenhum plano subjacente, ou seja, de forma aleatória. Se os novos fenômenos observados se encaixarem perfeitamente nas gavetas dessa cômoda isso parecerá a todos uma coincidência incrível. O que cabe ressaltar é que “*the coincidence argument seems to draw a strong link between predictive success and the truth of scientific hypothesis.* (Guala, p.90, 2005)”.

Filósofos contemporâneos propuseram versões mais refinadas desse argumento, mas a intuição fundamental permanece a mesma da formulação de Duhem: o sucesso preditivo de uma hipótese parece revelar a sua verdade porque qualquer explicação alternativa faria com que o histórico de sucessos preditivos da hipótese fosse um grande milagre. No presente trabalho, esse argumento se torna interessante na medida em que fornece suporte à confirmação de hipóteses científicas via experimentos empíricos.

Não obstante, o conceito de sucesso preditivo não incorpora um aspecto fundamental a toda ciência experimental: os fatores de *background*. A confiança crescente dos economistas experimentais deriva da repetição exaustiva e das numerosas checagens dos procedimentos para controlar os possíveis erros na implementação dos experimentos. Uma inferência experimental é tão forte quanto à capacidade de controle dos fatores de *background* que podem comprometer o próprio processo de inferência.

4.1.5 Validade do Experimento

A economia experimental permite a variação controlada de fatores causais ao mesmo tempo em que mantém todas as outras circunstâncias relevantes fixas, de forma a possibilitar a observação dos efeitos de cada fator isoladamente sobre o sistema como um todo. As condições de laboratório permitem que as investigações sejam levadas a cabo sob condições privilegiadas, nas quais os fatores de *background* são mantidos constantes. No entanto, os economistas não estão interessados em realizar inferências sobre relações causais que ocorrem apenas sob condições especiais, mas sim em

corroborar hipóteses científicas que podem ser aplicadas no mundo real. Essa questão é conhecida como o *problema da validade externa*.

John Hey (1991) compreende os experimentos de laboratório como uma maneira de realizar uma seleção preliminar entre teorias que, em última instância, visam a explicar fenômenos do mundo real. Hey (1991) salienta que a economia experimental permite o tratamento distinto de duas questões cruciais: (i) verificar que a teoria está correta dadas as especificações apropriadas, e (ii) testar se a teoria sobrevive à transição entre o plano puramente teórico e o mundo real. Se uma teoria não é capaz de sobreviver ao teste empírico nem mesmo sob condições especialmente controladas, então é muito pouco provável que essa teoria funcione sob condições muito mais complexas no mundo real. Dessa forma, o problema da validade externa nem sequer emergiria.

Existe uma idéia importante nessa abordagem: preocupações sobre validade externa não devem ser levantadas em relação a todos os experimentos econômicos. Como ressalta Guala

Real-world applicability can be the goal of a whole research program, and it is perfectly reasonable to focus on the investigation of relatively simplified or abstract settings in the early stages of the program itself. (Guala, p.148, 2005)

A posição de Guala (2005) é de que o problema da validade externa é um problema em si empírico, que deve ser resolvido através da combinação apropriada de evidências de laboratório e evidências do mundo real. O papel da economia experimental é intermediar as relações entre a teoria abstrata e a solução do problema concreto no mundo real. Nesse sentido, “*experiments resemble models, for they are systems that are artificially isolated from the noise of the real world – but with the added bonus of a higher degree of concreteness*”. (Guala, p.229, 2005)

4.1.6 Incentivos Monetários

A questão dos incentivos monetários é centro de grande parte das controvérsias metodológicas em economia experimental. Entretanto, a presença de incentivos monetários adequados (conceito explicitado no que segue) é atualmente um pré-requisito indispensável para a publicação de *papers* em revistas científicas de economia.

Os primeiros experimentos realizados em economia não apresentavam o que se chama hoje de incentivos monetários *adequados*. As normas que regulam esses incentivos foram estabelecidas apenas mais tarde, nos trabalhos de Vernon Smith (1976, 1982) e Luis Wilde (1980). Existem quatro regras básicas em relação ao estabelecimento dos incentivos financeiros em um experimento:

(i) não-saciedade: escolher uma recompensa média tal que, dentre duas alternativas equivalentes, os indivíduos escolham sempre aquela que pagar mais que a recompensa média;

(ii) saliência: a recompensa deve ser crescente para resultados positivos e decrescente para resultados negativos no experimento;

(iii) dominância: a recompensa deve dominar qualquer outro custo subjetivo de participar do experimento;

(iv) privacidade: cada sujeito no experimento recebe informação apenas sobre o seu próprio *payoff*.

Em Hertwig e Ortmann (2001) encontram-se quatro argumentos a favor da utilização de incentivos monetários em experimentos econômicos. Primeiro, os incentivos monetários são mais fáceis de serem implementados do que outros tipos de incentivos; segundo, o dinheiro é um meio particularmente apropriado para cumprir o requerimento de não-saciedade; terceiro, a teoria econômica é diretamente traduzida em experimentos com incentivos financeiros; e, quarto, incentivos monetários reduzem a variabilidade no desempenho dos indivíduos. Os dois primeiros argumentos apóiam-se no fato de que o dinheiro é um bem universalmente atrativo na cultura moderna; praticamente todas as pessoas se importam com dinheiros e sempre querem ter mais.

Os economistas tendem a aceitar o procedimento metodológico de utilizar incentivos financeiros nos seus experimentos sem questionar porque esses incentivos são importantes. Existe pouca discussão acerca dos mecanismos que relacionam o uso de incentivos ao comportamento experimental. De acordo com Daniel Read (*in press, apud* Guala, 2005), existem pelo menos três histórias diferentes sobre os efeitos dos incentivos monetários sobre o comportamento dos indivíduos:

(i) estímulo cognitivo: os incentivos induzem o sujeito a pensar com mais afinco e cuidado;

(ii) redirecionamento motivacional: os incentivos são capazes de alterar o que o sujeito percebe como seus objetivos; e

(iii) *Pavlovian trigger*: a resposta honesta só pode ser dada na presença de incentivos.

O terceiro argumento apresentado é aquele que os economistas mais recorrentemente utilizam para defender o uso de incentivos em seus experimentos. Ele se baseia na hipótese de que os indivíduos sofrem de uma grande quantidade de “falsa consciência”. A idéia é que todas as pessoas vêm a si mesmas como boas e altruístas, mas sob as condições apropriadas (quando o dinheiro está em jogo) todas agem como os agentes egoístas postulados pela teoria econômica. Em sendo assim, apenas fazer perguntas hipotéticas (o que você faria se...) ou usar incentivos outros que não o dinheiro não é suficiente para revelar o comportamento econômico real dos indivíduos.

Incentivos em termos monetários são preferíveis a outros bens físicos, na medida em que os indivíduos podem atribuir valores privados muito diferentes para bens físicos (DAVIS e HOLT, 1993). Além disso, payoffs monetários são altamente divisíveis e apresentam a propriedade de não-saciedade: é mais verossímil assumir que as pessoas sempre querem mais dinheiro do que assumir que elas sempre querem mais, por exemplo, chocolate. Em alguns experimentos, os payoffs são determinados não na moeda corrente do país, mas em uma “moeda de laboratório” como, por exemplo, “tokens” ou “francs”. Estabelece-se uma taxa de conversão entre a moeda fictícia de laboratório e a moeda real, de tal forma que, ao final do experimento, o ganho de cada participante é convertido em moeda corrente.

4.1.7 Considerações sobre o Desenho de um Experimento

O desenho de um experimento deve permitir que o pesquisador utilize as duas principais vantagens da metodologia experimental: replicabilidade e controle⁵². Davis e Holt (1993) consideram útil no desenho de um bom experimento refletir sobre as seguintes categorias: (i) *procedural regularity*, envolve o desenvolvimento de uma rotina capaz de ser replicada; (ii) *motivação*; (iii) *unbiasedness* e (iv) *calibração*, importantes aspectos de controle do experimento; e (v) *design parallelism*, referente às inter-relações entre o contexto experimental e a ocorrência natural do processo econômico.

Antes de proceder à análise mais detalhada dessas categorias, cabe delinear a terminologia que será empregada no decorrer do trabalho. Em economia experimental,

⁵² Ambas as vantagens foram já apresentadas na seção 4.1.

os termos referentes às partes de um experimento ainda não se encontram plenamente estabelecidos na literatura, o que torna fundamental o esclarecimento dos conceitos que estarão sendo, ao longo do trabalho, atribuídos aos seguintes termos⁵³:

- sessão: uma seqüência de períodos, jogos ou de outras tarefas de decisão que envolva o mesmo grupo de indivíduos, no mesmo dia;
- cohort: um grupo de indivíduos que participou de uma sessão;
- tratamento: um ambiente (configuração) único de tratamento das variáveis, ou seja, um conjunto único de informações, experiência, incentivos e regras;
- célula: um conjunto de sessões com as mesmas condições de tratamento experimental;
- design experimental: a especificação das sessões em uma ou mais células de forma a avaliar as hipóteses sob consideração;
- experimento: uma coleção de sessões em uma ou mais células relacionadas.

Retornando à análise das cinco categorias propostas por Davis e Holt (1993), tem-se primeiramente o aspecto de *procedural regularity*. Ao realizar um experimento, é fundamental que o pesquisador sinta uma “pressão acadêmica” no sentido da potencial replicação do seu experimento por outros pesquisadores. Para tornar possível a replicação do experimento, é fundamental que os procedimentos aplicados e o ambiente criado sejam padronizados de tal forma que apenas as variáveis de tratamento sejam ajustadas. Além disso, é muito importante que tanto os procedimentos quanto as instruções sejam documentados. Nas palavras de Davis e Holt (1993)

In general, the guiding principle for standardizing and reporting procedures is to permit a replication that the researcher and outside observers would accept as being valid. (DAVIS e HOLT, p.22, 1993)

Nesse sentido, o pesquisador deve adotar práticas padrão, incluindo sua constante documentação, em relação aos seguintes aspectos:

- instruções;

⁵³ A terminologia apresentada segue Roth (1990). O uso desses termos de maneira distinta àquela empregada nesse trabalho é comum na literatura, particularmente o uso do termo experimento para indicar o que foi definido aqui como sessão.

- exemplos ilustrativos e testes de compreensão (contidos nas instruções);
- critérios de resposta a possíveis questionamentos (nenhuma informação além daquelas contidas nas instruções);
- especificar claramente o tipo de incentivo (monetário ou outro);
- a presença de versões piloto ou períodos de prática do experimento, sem recompensas;
- a amostra de indivíduos e o método de recrutamento dos participantes;
- o número e nível de experiência dos participantes;
- métodos de “casamento” entre indivíduos e papéis no experimento;
- data, localização e duração das sessões experimentais;
- o ambiente físico, o uso de assistentes, computadores ou outros instrumentos;
- irregularidades procedimentais em sessões específicas.

Além disso, Davis e Holt (1993) salientam a importância de ler as instruções do experimento em voz alta, de tal forma que todos tenham consciência de que todos estão cientes das regras do jogo. A leitura em voz alta também evita que alguns indivíduos terminem a leitura antes que os outros e fiquem entediados com a espera.

A segunda categoria proposta por Davis e Holt (1993) para consideração na elaboração de um bom experimento é denominada *motivação*. Ao desenhar um experimento é importante que os participantes recebam recompensas correspondentes aos incentivos apresentados nas teorias sob consideração. Nesse contexto, emerge o conceito de *saliency*, que significa que mudanças nas decisões dos indivíduos devem ter impactos significativos em suas recompensas. *Saliency* pode ser entendido como uma propriedade que requer que o design do experimento apresente as seguintes características:

- (i) Que os participantes sejam capazes de perceber a relação entre as decisões tomadas e os payoffs das diferentes alternativas; e
- (ii) Que as recompensas oferecidas sejam grandes o suficiente para se sobrepuem aos custos subjetivos de tomar decisões.

A recompensa adequada irá variar de acordo com cada tipo de experimento e com os objetivos do pesquisador.

A observação de comportamento individual inconsistente ou variável não pode ser necessariamente atribuída a incentivos monetários insuficientes. Não existe

quantidade de dinheiro capaz de motivar indivíduos a realizar cálculos além de sua capacidade intelectual. Entretanto, a utilização de incentivos monetários tende a reduzir a variabilidade no comportamento dos indivíduos e, por essa razão, os incentivos monetários são usados na maior parte dos experimentos em economia.

A terceira categoria proposta por Davis e Holt (1993) é chamada *unbiasedness*. Essa categoria diz respeito ao fato de que o experimento deve ser conduzido de forma a não induzir os participantes a se comportarem de alguma maneira particular: os indivíduos não podem perceber determinado comportamento como o correto ou o esperado – a menos que isso faça parte dos objetivos do pesquisador. Em economia experimental, é muito comum que os participantes do experimento busquem tanto agir da maneira esperada, como realizar as escolhas corretas – esse comportamento deve ser evitado ao máximo. Uma maneira de minimizar esse problema é evitar referências a termos econômicos correlacionados com teorias ou correntes de pensamento específicas, que possam viesar as escolhas dos participantes.

Dessa forma, recomenda-se despender bastante tempo elaborando e refinando as instruções do experimento. Experimentos piloto e o *feedback* de pessoas alheias aos procedimentos a serem implementados são excelentes maneiras de detectar problemas de linguagem.

A quarta categoria proposta por Davis e Holt (1993) é chamada de *calibração*. O processo de calibração envolve o estabelecimento de uma base de comparação. O aspecto principal da calibração é o uso de um desenho experimental que permita separar claramente as predições de teorias alternativas. Um experimento bem desenhado requer não apenas a identificação de predições de teorias alternativas, mas também das conseqüências comportamentais de predições rivais. As predições dessas conseqüências comportamentais devem ser suficientemente distintas tal que sejam prontamente diferenciadas da variabilidade comportamental normal dos participantes.

A quinta e última categoria proposta por Davis e Holt (1993) é chamada *design paralellism*. Nesse caso, o que está sob consideração é até que ponto os experimentos devem ser construídos tal que se assemelhem aos fenômenos econômicos naturais. Nessa questão, o pesquisador deve se pautar pelo princípio da parcimônia.

Dado que a falsificação de teorias é um dos objetivos da economia experimental, o ambiente de laboratório deve satisfazer as condições apresentadas na teoria sob consideração para que o teste experimental seja válido. Um aumento na verossimilhança

do desenho do experimento com o mundo real pode resultar em situações difíceis de serem analisadas em teoria.

Em resumo, na hora de desenhar o experimento, o pesquisador deve atentar para:

- (i) Instruções completas e não-viesadas;
- (ii) Recompensas financeiras adequadas;
- (iii) Calibração do experimento;
- (iv) Focar em poucos tratamentos de interesse, que não analisem a mudança de muitas variáveis ao mesmo tempo; e
- (v) Escolher o grau correto de complexidade institucional, apropriado ao problema sob investigação.

Guala (2005) aponta para a importância de, após definido e desenhado o experimento, submeter todos os aspectos envolvidos a checagem e teste, o que inclui: instruções do experimento, procedimento de pagamento, coleta dos dados, análise dos dados, e assim por diante. Alguns aspectos devem ser checados através de experimentos-piloto, enquanto outros podem ser apenas simulados via experimentos de pensamento. Muitos experimentadores preferem realizar uma ou duas seções efetivas do experimento, e depois pausar por algumas semanas para refletir sobre o desenho do experimento e sobre os dados. Dessa forma, se alguma falha for detectada, o experimento pode ser aplicado novamente. No entanto, muitos consideram que o experimento deve ser realizado uma única vez, após a extensiva checagem de seus procedimentos; dado que diversos economistas consideram que ajustes efetuados após o experimento são procedimentos *ad hoc* e cientificamente injustificados.

4.2 TEORIAS DE JUSTIÇA E ECONOMIA EXPERIMENTAL

Os métodos de laboratório foram capazes de adicionar à pesquisa econômica um nível de controle e replicabilidade nunca alcançado antes. Além disso, os experimentos podem ser usados para demonstrar a importância de variáveis antes consideradas irrelevantes na explicação de certos comportamentos. Acima de tudo, “*experimentation holds out the promise of a new, symbiotic relationship between economic theory and evidence*” (Davis e Holt, p.44, 1993).

A economia experimental é uma alternativa pouco dispendiosa de examinar políticas econômicas e, ainda que seus resultados não sejam definitivos, assume-se que políticas que não funcionam em situações simples não devem funcionar em ambientes

naturais mais complexos. Assim, a economia experimental pode ser tornar uma ferramenta importante na identificação de propostas de políticas ineficazes.

4.2.1 Rawls e o Utilitarismo na Literatura Experimental: experimentos e resultados

Herne e Suojanen (2004) realizam, em *The Role of Information in choices over income distributions*, um experimento com 208 estudantes de diversas disciplinas para testar se a hipótese de se o véu de ignorância é crucial na geração dos princípios de justiça rawlsianos. Essa hipótese já foi testada em outros trabalhos que buscam descobrir se os indivíduos na posição original de fato escolhem os princípios que Rawls prediz. O experimento em Herne e Suojanen (2004) é similar, mas uma ênfase maior é colocada no papel do véu de ignorância. O argumento de Rawls foi testado contra o de Harsanyi⁵⁴, e os resultados obtidos foram os seguintes: (1) os grupos de estudantes são capazes de atingir acordos unânimes; (2) a maioria dos grupos escolhe os mesmos princípios de distribuição de renda; (3) o princípio mais escolhido não é o de Rawls, mas um *mix* de maximização da renda média do grupo sujeita à restrição de uma renda mínima.

Os participantes do experimento eram todos estudantes, com idade entre 18 e 55 anos (média 23), dentre os quais 57% eram mulheres. A participação era voluntária e todos recebiam incentivos monetários, em média vinte euros. Os estudantes foram subdivididos em grupos de cinco membros, totalizando quarenta e dois grupos.

O conjunto de escolha com o qual os participantes do experimento eram defrontados continha quatro distribuições alternativas: uma distribuição utilitarista (U), uma distribuição rawlsiana (R), uma distribuição mista que maximiza a média com uma *range constraint* (RC), e uma distribuição mista que maximiza a média com uma *floor constraint* (FC). As sessões tiveram duração aproximada de uma hora. As instruções não fizeram referência à natureza das distribuições e os participantes não receberam descrições verbais das distribuições. Os grupos de cinco membros foram alocados aleatoriamente e receberam três conjuntos de escolha contendo as alternativas U, R, RC, e FC; cada conjunto com valores monetários e ordenamentos distintos. Era dito aos participantes que eles receberiam dinheiro de acordo com sua classe de renda no

⁵⁴ Harsanyi elabora uma teoria de decisão sob incerteza, na qual os indivíduos na posição original escolhem uma distribuição utilitarista, através da maximização da renda média e não da renda pertencente ao grupo menos favorecido.

experimento e com a distribuição selecionada pelo grupo. No tratamento com o véu de ignorância (VI), os participantes não sabiam sua classe de renda no momento de escolher a distribuição. No tratamento sem o véu de ignorância (NVI), ao contrário, os participantes sabiam desde o início sua classe de renda. Afora essa característica, os procedimentos aplicados sob os dois tratamentos eram os mesmos.

Havia cinco classes de renda, às quais os indivíduos eram alocados aleatoriamente, via sorteio. Não era permitido negociar uma redistribuição de renda após o experimento. Se todos os membros do grupo escolhessem a mesma distribuição, ela lhes seria aplicada. Caso contrário, cada um receberia apenas seis euros. Apenas a decisão agregada do grupo era divulgada ao mesmo, em caso de consenso. Foi utilizada uma regra de veto: apenas um voto discrepante do restante do grupo já bastava para que nenhuma distribuição lhe fosse aplicada. Depois de realizados o debate em grupo e as escolhas, os indivíduos respondiam um questionário sobre os dois tratamentos, VI e NVI.

As hipóteses testadas foram as seguintes: (1) os grupos experimentais atingirão acordos unânimes sob ambos os tratamentos; (2) cada grupo sob o mesmo tratamento vai escolher a mesma distribuição de renda; (3) a distribuição R será escolhida no tratamento VI; (4) a distribuição R será escolhida no tratamento NVI; (3') a distribuição FC será escolhida no tratamento VI; (4') a distribuição com a menor *average ranking* será escolhida em ambos os tratamentos, o que significa escolher U no conjunto 1, R ou FC no conjunto 2 e escolher RC no conjunto 3.

Os resultados encontrados foram os seguintes: (1) a hipótese 1 foi confirmada; (2) a hipótese 2 foi parcialmente confirmada, pois a maioria escolhe a mesma distribuição, mas não todos; (3) as hipóteses 3 e 4 foram confirmadas; (4) as hipóteses 5, 3' e 3 não foram corroboradas. Todos os resultados não demonstraram correlação com idade, sexo, renda e preferência política. Portanto, no tratamento VI a distribuição mais escolhida foi a FC⁵⁵ e no tratamento NVI a distribuição mais escolhida foi a R. As respostas aos questionários apontaram a presença de argumentos baseados em justiça e igualdade sob NVI e a presença de argumentos que enfatizam o compromisso entre maximização e igualdade sob VI.

⁵⁵ Alves e Rossi (1978), Curtis (1979), Frohlich et al (1987), Frolich e Oppenheimer (1990) também não encontraram evidências que corroboram o princípio da diferença de Rawls, mas forte suporte ao princípio híbrido de Boulding – combinação do princípio da utilidade esperada com o princípio leximin.

Esse resultado é similar à observação de Frohlich e Oppenheimer (1996) de que a preocupação com justiça não explica a cooperação entre jogadores em jogos imparciais do dilema do prisioneiro (i.e., quando os participantes não sabem sua posição na estrutura de *payoffs*), enquanto em jogos normais do dilema, a justiça explica bem a cooperação. Frohlich e Oppenheimer concluem que, em jogos imparciais, a preocupação com justiça não motiva escolhas cooperativas porque não existe o conflito entre a escolha justa e a escolha auto-interessada.

Herne e Mard (2006), no trabalho intitulado *Three versions of impartiality: an experimental investigation*, investigam se três diferentes métodos de atingir a imparcialidade conduzem a escolhas e argumentos distintos entre si. Os três métodos comparados são os seguintes: (1) o método de Rawls, no qual a imparcialidade advém do véu de ignorância; (2) o método de Hume e Smith, no qual a imparcialidade é obtida através de um espectador imparcial; e (3) o método de Scanlon, no qual a imparcialidade advém de uma posição original com características específicas, mas sem lançar mão do véu de ignorância. A idéia subjacente ao experimento não é a simulação das diferentes posições originais, mas sim a captação da maneira como a imparcialidade⁵⁶ é criada. Três tratamentos distintos foram aplicados, quais sejam: com véu de ignorância (VI), sem véu de ignorância (NVI), e com espectador imparcial (SPEC).

O experimento foi conduzido com 188 pessoas, com idade média de vinte e quatro anos, das quais 67% eram mulheres. Cada participante recebia um incentivo monetário médio de vinte euros. No total, foram formados cinquenta e sete grupos, de três ou quatro membros cada; uma média de vinte grupos por tratamento. Nesse experimento, a classe de renda de cada participante foi determinada através da realização de um *quiz*, de tal forma que quanto maior o desempenho no *quiz* mais elevada a classe de renda atribuída ao indivíduo. De um total de cinquenta e sete grupos, houve dissenso na escolha da distribuição em apenas um grupo. Os resultados apontaram um maior número de escolhas do princípio rawlsiano nos tratamentos NVI e SPEC, enquanto no tratamento VI a distribuição mais escolhida foi a *floor constraint* – uma distribuição híbrida que maximiza a renda média com uma restrição de mínimo.

⁵⁶ *Core* do conceito de imparcialidade: ser capaz de se colocar na posição de cada indivíduo e fazer escolhas que levem em conta igualmente as necessidades de cada um. (Herne e Mard, 2006)

Em *Experimental Political Philosophy: justice judgments in the hypothetical society paradigm*, Mitchell e Tetlock (2006) apresentam uma técnica que consiste na mistura experimentos de pensamento⁵⁷ com experimentos de laboratório. Os autores salientam a dificuldade em convencer filósofos de que estudos empíricos podem produzir descobertas sobre justiça, e em convencer cientistas sociais que experimentos de pensamento podem produzir teorias de justiça não contaminadas por *pet theories*⁵⁸. Nos seus experimentos, os cientistas sociais alteram o foco da pergunta *o que é justo* para a pergunta *quem acha que o quê é justo e por quê*. Mitchell e Tetlock (2006) apontam para aplicações futuras da técnica que sugerem, como o isolamento de fontes de resistência a propostas políticas ou a definição de limites de aplicação de teorias rivais de justiça.

Traub et al. (2003), em *Friedman, Harsanyi, Rawls, Boulding – or somebody else? An experimental investigation of distributive justice*, investigam o papel da justiça distributiva sob quatro combinações de cenários de ignorância e de risco com as hipóteses de comportamento auto-interessado e de árbitro. Sob uma situação de ignorância, assume-se que os indivíduos têm conhecimento do conjunto de possíveis resultados (rendas), mas desconhecem as probabilidades associadas a cada resultado. Em um cenário de risco, tanto o conjunto dos resultados (rendas) possíveis quanto suas probabilidades associadas são de conhecimento dos indivíduos. Os autores testam a hipótese do comportamento auto-interessado sob quatro *approaches* distintos, quais sejam: (1) Friedman, no qual os indivíduos têm conhecimento completo das probabilidades associadas a futuras posições de renda; (2) Harsanyi, que assume que todas as rendas possíveis são equiprováveis; (3) Rawls, no qual o cenário é de completa incerteza acerca de tudo além do conjunto de rendas possíveis; e (4) Boulding, no qual a justiça de uma distribuição é definida a partir da posição de um observador imparcial, o que se denomina *approach* do árbitro. Os resultados apontaram para um comportamento menos avesso à desigualdade sob o cenário de ignorância quando os indivíduos eram tomados como árbitros. Por outro lado, foi exibido (também sob o papel de árbitros) um comportamento mais avesso à desigualdade no cenário de risco.

Frolich et al (1987) realizam um experimento que objetiva testar três hipóteses da teoria rawlsiana: (i) os indivíduos obterão consenso na escolha de um princípio de

⁵⁷ Experimentos de pensamento são exercícios feitos através do uso exclusivo da formulação de hipóteses e de derivações lógicas para a elaboração de teorias.

⁵⁸ Significa: *political economy theories*.

justiça; (ii) os indivíduos sempre vão escolher o mesmo princípio – estabilidade da decisão; (iii) o princípio escolhido será o princípio da diferença. O experimento foi dividido em três partes: primeiro, os participantes recebiam um texto explicando quatro princípios distintos de justiça e faziam sua escolha; segundo, os indivíduos discutiam os princípios e escolhiam coletivamente um deles; por fim, todos respondiam um questionário com informações pessoais. Os resultados encontrados foram os seguintes: os grupos obtiveram consenso, o princípio da diferença de Rawls não foi escolhido, o princípio mais escolhido foi o de maximização da renda média com uma restrição de renda mínima (princípio FC).

Como não é possível reproduzir todas as condições da posição original de Rawls, ainda permanece a questão de como o véu de ignorância afeta as decisões dos indivíduos. Para buscar responder a essa questão, Frolich et al (1987) mensuraram individualmente os seguintes fatores: aversão ao risco, status econômico, renda almejada, e ideologia política. Esses fatores foram correlacionados com as preferências reveladas sobre as distribuições, de forma a determinar se eles impactam significativamente as escolhas. Os resultados apontaram que: aversão ao risco não impacta, status econômico impacta, aspiração de renda não impacta, e ideologia política não impacta significativamente.

Ruststrom et al (2000) realizam um experimento que consiste na revelação das preferências dos indivíduos pela redistribuição de renda sob três diferentes regras de alocação inicial da renda, através de um mecanismo de revelação incentivo-compatível. As três regras de alocação inicial são desenhadas de forma a capturar preferências por princípios de justiça distributiva. O objetivo é testar a hipótese de que existem outros motivos além do comportamento auto-interessado que guiam as escolhas dos indivíduos. Com base nas observações, não foi possível rejeitar a hipótese do comportamento econômico auto-interessado em favor de princípios redistributivos. Quase todos os indivíduos apresentaram comportamento maximizador da própria renda em suas escolhas.

Michelbach et al (2003) apresentam uma síntese dos *approaches* teóricos e empíricos em justiça distributiva, com um estudo experimental sobre como os indivíduos utilizam princípios alocativos em julgamentos concernentes à distribuição de renda sob condições de estrita imparcialidade. Em parte, o experimento busca examinar se as escolhas são consistentes com a teoria de justiça de Rawls. Os resultados

encontrados indicam que os julgamentos de justiça distributiva seguem uma estrutura: os indivíduos tendem a usar vários princípios simultaneamente e a pesar eles de acordo com alguns fatores preditivos, como sexo e raça. Uma minoria utiliza a estratégia maximin de Rawls.

Ao contrário dos outros experimentos, Mitchell et al (1993) encontram um considerável suporte empírico à teoria de Rawls. No experimento realizado, os indivíduos são designados conselheiros de uma sociedade hipotética e devem fazer um ranking de modelos de distribuições de renda que envolvem um *trade-off* entre igualdade e eficiência. Os autores argumentam que os resultados sustentam a teoria de Rawls em dois sentidos. Primeiro, os participantes preferem distribuições igualitárias quando fatores moralmente arbitrários determinam a maior parte da renda. Segundo, um número significativo de participantes utiliza a estratégia maximin de Rawls.

Dickinson e Tiefenthaler (2002) apresentam evidências empíricas, obtidas em experimentos controlados em laboratório, onde um tomador de decisão aloca recursos entre dois indivíduos. Os resultados indicaram que as pessoas percebem como equitativa uma grande variedade de distribuições de recursos. Não obstante, análises de regressão apontam que os efeitos dos dois tratamentos implementados e algumas variáveis demográficas explicam parte dessa variação nos conceitos de equidade. O resultado mais significativo foi que os tomadores de decisão recompensavam aqueles indivíduos que fizeram por merecer suas posições favoráveis e, além disso, o gênero do tomador de decisão era um importante preditor da alocação escolhida. As evidências demonstram que as mulheres prezam mais pela igualdade e os homens pela maximização de recursos.

Um dos artigos que mais inspirou o desenho do experimento proposto nesse trabalho encontra-se em Frolich e Oppenheimer (1990). Os autores se concentram na tensão existente entre princípios de justiça padronizados (como os princípios rawlsianos) e princípios de justiça históricos de direito a coisas (como em Nozick). Rawls (2000) reconhece essa tensão ao levantar o problema de uma concepção política de justiça. Ele identifica dois fatores que devem ser levados em consideração quando são analisadas as escolhas individuais: a capacidade para uma concepção do bem e a capacidade para um senso de justiça. O primeiro conceito, de uma concepção do bem, envolve as vantagens pessoais advindas do esforço do próprio indivíduo. O segundo conceito diz respeito aos sentimentos morais sobre o que é certo do ponto de vista da

sociedade. Rawls salienta o conflito potencial entre a busca do auto-interesse e a necessidade de alguma forma de justiça distributiva na sociedade. Essa tensão identificada por Rawls implica a instabilidade potencial de qualquer princípio de justiça distributiva. Ainda que determinado princípio pareça justo por trás do véu de ignorância, essa aparência de justiça pode desvanecer na prática, quando os efeitos redistributivos passarem a ser efetivamente sentidos.

Em seu experimento, Frolich e Oppenheimer (1990) buscam responder a três perguntas: (i) o nível de aceitação de um princípio de justiça distributiva é função da experiência econômica sob o regime imposto ao grupo?; (ii) a produtividade é afetada pela prática da regra de taxaço sobre a renda?; e (iii) há diferenças nas respostas às perguntas (i) e (ii) quando os princípios são impostos ou escolhidos pelo grupo?. Para responder a essas perguntas, os autores dividiram o experimento em três tratamentos distintos. No primeiro tratamento, os grupos escolhem um modelo de distribuição de renda através de uma regra de consenso; no segundo tratamento, a escolha é feita através da regra da maioria; e, no terceiro tratamento, não existe escolha, ou seja, o modelo de distribuição da renda é imposto aos grupos. Nos dois primeiros tratamentos, a escolha é feita sob o véu de ignorância, de tal forma que os grupos não sabem a natureza da tarefa que realizarão para gerar a renda a ser posteriormente distribuída.

A renda é gerada através da realização de uma tarefa que consiste na correção de erros de ortografia em um texto. Esse processo é repetido três vezes, e a cada vez são mensurados os seguintes fatores: preferência pelos princípios, satisfação, grau de certeza da escolha feita, produtividade.

Frolich e Oppenheimer (1990) encontram resultados que corroboram a estabilidade dos princípios. As preferências quase não se alteram ao longo do experimento, o grau de certeza da escolha feita aumenta, e a satisfação também aumenta ao decorrer do experimento. Esses resultados contrariam a hipótese de Nozick de que um princípio de justiça escolhido sob o véu de ignorância, como o de Rawls, acabaria gerando insatisfação ao longo da experiência econômica.

4.3 O DESENHO DO EXPERIMENTO

O experimento proposto nesse trabalho busca investigar a correspondência entre as teorias de justiça de John Rawls e de Robert Nozick e o modo como indivíduos reais escolhem entre distintas distribuições de renda. Dessa forma, são simuladas as

condições estabelecidas pelos autores em suas respectivas teorias, a saber, o véu de ignorância⁵⁹ e uma democracia com produção e liberdade de transações.

Para tal, o experimento será aplicado com 111 alunos⁶⁰ de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Seguindo a literatura de economia experimental, o experimento inclui incentivos monetários: ao final, todos os participantes são pagos em dinheiro, em quantias determinadas por suas escolhas ao longo do experimento. O experimento está dividido em dois tratamentos distintos⁶¹: o Tratamento I, com véu de ignorância; e o Tratamento II, sem véu de ignorância. Além disso, cada tratamento está dividido em duas partes: a Parte I⁶² é igual em ambos e consiste no ordenamento, de acordo com a preferência de cada participante, de quatro modelos de distribuição de renda. O ordenamento é realizado individualmente e sob o véu de ignorância.

A Parte II⁶³ é a que diferencia os tratamentos, sendo realizada em grupos de três pessoas cada⁶⁴ e consistindo na escolha de um modelo de distribuição de renda dentre quatro modelos propostos – no Tratamento I essa escolha é feita sob o véu de ignorância e, no Tratamento II, sem véu de ignorância. Depois das Partes I e II, todos os participantes respondem um questionário⁶⁵ com informações como renda, idade, etc.; além de perguntas acerca da satisfação com a escolha realizada e do tipo de argumento utilizado para escolha.

No tratamento I, o véu de ignorância é simulado através da ignorância dos participantes do experimento, na hora em que realizam sua escolha, com relação à classe de renda a que pertencem e à natureza da tarefa cujo desempenho pessoal determinará sua classe. Dessa maneira, cada pessoa não sabe se sua posição no grupo é ou não privilegiada, bem como desconhece sua capacidade de obter um bom desempenho na tarefa que será proposta, dado que desconhece a natureza dessa tarefa.

⁵⁹ Ver *subseção 3.2.2.*

⁶⁰ O tamanho da amostra foi definido com base em trabalhos que apresentam experimentos análogos ao aqui proposto (FALK, FEHR e FISCHBACHER, 2000; DICKINSON e TIEFENTHALER, 2002; HERNE e MARD, 2008; HERNE e SUOJANEN, 2004).

⁶¹ A divisão do experimento em dois tratamentos, um com véu de ignorância e outro sem, segue o trabalho de Herne e Suojanen (2004).

⁶² A Parte I, de escolha individual, foi inspirada em Traub, Seidl, Schimidt e Levati (2005).

⁶³ A Parte II, de escolha em grupo, foi inspirada em diversos trabalhos da área (FROHLICH e OPPENHEIMER, 1990; FROHLICH, OPPENHEIMER e EAVEY, 1987; RUSTSTROM e WILLIAMS, 2000; HERNE e SUOJANEN, 2004; HERNE e MARD, 2008).

⁶⁴ Os participantes serão divididos em grupos formados por três membros, seguindo o trabalho de Herne e Mard (2008).

⁶⁵ Ver *Apêndice M.*

No Tratamento II, sem véu, a tarefa geradora de renda é realizada antes da escolha de um modelo de distribuição, e os participantes são informados sobre o valor de renda que geraram e sobre a classe de renda a qual pertencem⁶⁶.

Em ambos os tratamentos, I e II, a teoria nozickiana é simulada através da realização de uma tarefa⁶⁷ que requer dos indivíduos apenas esforço para obtenção de um desempenho exitoso. A realização dessa tarefa deve ser vista como uma atividade produtiva, na medida em que o total de renda a ser distribuído entre os membros do grupo será “produzido” pelo resultado de cada um na tarefa.

4.3.1 Hipóteses

O experimento tem como objetivo o teste de diversas hipóteses, tanto teóricas quanto derivadas de experimentos anteriores (FROLICH, OPPENHEIMER E EAVEY, 1987; FROLICH e OPPENHEIMER, 1990; TRAUB et. al., 2005; HERNE e SUOJANEN, 2004; HERNE e MARD, 2008). As hipóteses sob teste e sua justificativa são explicitadas no que segue.

H1: Os indivíduos dentro do mesmo grupo, sob ambos os tratamentos⁶⁸, atingirão consenso na escolha do modelo de distribuição de renda.

A primeira hipótese possui embasamento tanto teórico quanto empírico. Na teoria da justiça de John Rawls (1971), o autor argumenta que, na posição original e sob o véu de ignorância, após deliberar sobre qual princípio de justiça deve pautar às instituições da sociedade (equilíbrio reflexivo), os indivíduos entram em acordo unânime na escolha do melhor princípio. Empiricamente, diversos trabalhos corroboram essa hipótese⁶⁹. Além disso, a maneira como está desenhado o sistema de incentivos monetários do experimento induz os grupos a entrarem em consenso, na medida em que o dissenso acarreta uma renda muito menor do que qualquer alternativa de escolha para qualquer participante.

H2: Os grupos sob o mesmo tratamento escolherão o mesmo modelo de distribuição de renda, e escolherão modelos distintos sob tratamentos distintos.

⁶⁶ Para uma melhor visualização do experimento, ver Esquema 1 no Apêndice U.

⁶⁷ A tarefa foi inspirada no trabalho de Frohlich e Oppenheimer (1990).

⁶⁸ Sempre que for utilizado o termo tratamento nessa subseção refere-se à Parte II do tratamento mencionado.

⁶⁹ Ver FROLICH, OPPENHEIMER E EAVEY, 1987; FROLICH e OPPENHEIMER, 1990; TRAUB et. al., 2005; HERNE e SUOJANEN, 2004; HERNE e MARD, 2008.

A segunda hipótese é alternativa à hipótese nula de que não existe diferença de escolha entre os dois tratamentos. Essa hipótese também é corroborada pela evidência empírica de experimentos anteriores.

H3: A escolha unânime da maioria dos grupos, sob o tratamento I, será a distribuição rawlsiana.

A terceira hipótese é diretamente derivada da teoria da justiça de John Rawls, na medida em que, sob o véu de ignorância, os indivíduos devem optar por um princípio de justiça que maximize a renda do membro menos favorecido do grupo (princípio da diferença).

H4: A escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento I, será a distribuição FC.

A quarta hipótese contradiz a predição teórica de Rawls, mas será considerada dado que foi observada nos experimentos de Herne e Suojanen (2004) e Herne e Mard (2006).

H5: A escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento I, será a distribuição nozickiana.

A quinta hipótese contraria a teoria de Nozick, que enfatiza a impossibilidade da escolha de princípios históricos e de direito a coisas sob o véu de ignorância⁷⁰. Não obstante, dada a ênfase do desenho do experimento no papel da realização da tarefa como geradora de renda para o grupo, essa pode vir a ser uma escolha coletiva e argumentos quanto ao que é justo podem vir à tona, ainda que os indivíduos estejam em uma situação que simula o véu de ignorância.

H6: Nenhum indivíduo, sob o tratamento I, apresenta argumentos sobre direito a coisas para escolha entre as possíveis distribuições de renda entre o grupo.

A sexta hipótese baseia-se na teoria de Nozick, como explicitado na *subseção* 3.3.5.

H7: A escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento II, será a distribuição nozickiana.

A sétima hipótese está em sintonia com a teoria da justiça de Nozick, como consta de “Anarquia, Estado e Utopia” (1991). Nozick enfatiza ao longo de todo seu trabalho o direito a coisas e uma teoria de propriedade baseada no direito natural, como desenvolvida em Locke.

⁷⁰ Ver *subseção* 3.3.5.

H8: A escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento II, será a distribuição rawlsiana.

A oitava hipótese vai de encontro tanto à teoria proposta por Nozick quanto à teoria proposta por Rawls, mas é considerada com base nas evidências empíricas encontradas em Herne e Suojanen (2004) e Herne e Mard (2006).

H9: Os indivíduos, sob o tratamento II, apresentam argumentos de justiça como justificativa das suas escolhas distributivas.

A nona hipótese é complementar à sexta hipótese apresentada acima, na medida em que no tratamento II os grupos não mais se encontram sob o véu de ignorância.

Além dos dois tratamentos (com VI e sem VI) de escolha em grupo, será realizada uma tarefa individual de ordenamento de preferências sobre distribuições de renda, que objetiva a observação do perfil de preferência de cada participante do experimento. Essa observação possibilitará a comparação da preferência individual revelada antes da aplicação dos tratamentos, com a escolha efetivamente realizada pelo respectivo participante após o debate em grupo.

4.3.2 Os quatro modelos de distribuição de renda

Os modelos de distribuição de renda propostos⁷¹, tanto na Parte I quanto na Parte II, são de quatro tipos: o modelo rawlsiano (R), o modelo *range constraint* (RC), o modelo *floor constraint* (FC), e o modelo nozickiano (N). No modelo R, a renda é distribuída entre as classes de acordo com o princípio da diferença, interpretado na literatura econômica como um princípio leximin. Nesse modelo, é maximizada a renda do indivíduo menos favorecido do grupo. O modelo RC consiste de uma distribuição que maximiza a renda média sujeita à restrição de uma diferença pequena entre a maior e a menor renda. No modelo FC a renda média também é maximizada, mas agora sujeita à restrição de uma renda mínima. Por fim, no modelo N, cada indivíduo recebe exatamente o valor correspondente ao que produziu.

A Parte II de ambos os tratamentos foi estruturada de tal forma que os grupos têm uma quantia de renda fixa a ser distribuída entre seus membros. Isso ocorre na medida em que os indivíduos produzem a renda a ser posteriormente dividida entre o grupo. Essa característica constitui um empecilho ao uso das distribuições RC e FC da

⁷¹ Com base nos seguintes trabalhos: FROLICH, OPPENHEIMER E EAVEY, 1987; FROLICH e OPPENHEIMER, 1990; HERNE e SUOJANEN, 2004; HERNE e MARD, 2008.

forma como elas são definidas, dado que não é possível maximizar a renda média uma vez que a renda total é fixa. Portanto, essas distribuições perderam seu caráter utilitarista e são colocadas como alternativas de escolha apenas mantendo suas outras características – FC, garante uma renda mínima; RC, garante uma diferença pequena de renda entre as classe.

Para fins de comparação posterior, os modelos de distribuição de renda da Parte I seguem os utilizados na Parte II⁷².

4.3.3 Parte I – Tratamentos I e II

Na Parte I, comum a ambos os tratamentos, os participantes devem ordenar quatro modelos de distribuição de renda, de acordo com suas preferências individuais⁷³.

Os modelos são apresentados como no quadro abaixo:

QUADRO 3 – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (PARTE 1)

LISTA DE DISTRIBUIÇÕES	QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)			Total Distribuído
	Classe A	Classe B	Classe C	
MODELO F	R\$ 33.300,00	R\$ 29.700,00	R\$ 27.000,00	R\$ 90.000,00
MODELO V	R\$ 42.300,00	R\$ 29.700,00	R\$ 18.000,00	R\$ 90.000,00
MODELO Z	R\$ 40.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 22.500,00	R\$ 90.000,00
MODELO Q	R\$ 45.000,00	R\$ 31.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 90.000,00

No Quadro, cada modelo expressa os valores monetários na forma de salário anual, por classe de renda (A, B ou C). O *Modelo F* corresponde ao modelo rawlsiano, no qual a renda da classe mais desfavorecida, a saber, da classe C, é a maior dentre todos os modelos alternativos. O *Modelo V* representa o modelo FC, que garante que a renda da classe C não fique abaixo de R\$ 18.000,00. O *Modelo Z* corresponde ao modelo RC, assegurando uma diferença de apenas R\$ 18.000,00 entre a classe A e a classe C. Por fim, o *Modelo Q* consta na Parte I do experimento apenas como uma alternativa de distribuição mais desigual⁷⁴.

⁷² Ver Apêndices G, H e I.

⁷³ Ver as instruções no Apêndice G.

⁷⁴ Na Parte II, o quarto modelo representa a alternativa nozickiana de distribuição de renda. Não obstante, como na primeira parte do experimento não há produção de renda, não faz sentido falar em distribuição de renda de acordo com a teoria de justiça de Nozick.

O ordenamento obtido na Parte I será utilizado para revelar as preferências individuais sobre diferentes padrões distributivos. A obtenção dessas preferências reveladas antes da Parte II dos Tratamentos I e II é importante na medida em que nesse estágio do experimento os gostos e objetivos individuais ainda não foram afetados pelo debate em grupo e pela tarefa produtiva. Essas preferências serão obtidas sob o véu de ignorância, de tal forma que será dito aos participantes do experimento que eles devem ordenar as distribuições da mais preferida a menos preferida; e a distribuição que ficar em primeiro lugar lhe será aplicada. O quanto ele ganhará de dinheiro será então determinado pela classe de renda a que for designado, o que será feito via sorteio aleatório apenas após o participante ter revelado suas preferências. O sorteio da classe de renda é realizado somente depois de ordenadas as distribuições pelos participantes para garantir a escolha sob o véu de ignorância, simulado na Parte I através da ignorância dos participantes com relação à classe de renda que irão pertencer.

No entanto, antes de ordenar as distribuições em um ranking, o participante será instruído quanto ao processo de determinação tanto da distribuição que lhe será aplicada quanto da classe de renda que lhe será atribuída. O sorteio da classe de renda será realizado da seguinte forma: serão sorteadas fichas contendo as letras de cada classe constante da lista a ser ordenada, e o número de fichas com cada letra é diferente de um, podendo haver, por exemplo, três fichas com a letra correspondente à primeira classe, duas fichas com a letra correspondente à segunda classe, e assim por diante. Dessa forma, os indivíduos não podem atribuir probabilidades a pertencer à determinada classe de renda. Esse procedimento⁷⁵ simula de maneira mais adequada o véu de ignorância de Rawls, na medida em que nessa situação os indivíduos devem estar inseridos em um contexto de ignorância (sem probabilidades associadas) quanto a suas classes e posições sociais, e não em um contexto de risco (com probabilidades associadas).

4.3.4 Tratamento I – Parte II⁷⁶

A Parte II é realizada em grupos e constitui a parte que de fato caracteriza cada tratamento. Nessa parte, os participantes são divididos em grupos de três membros cada

⁷⁵ Essa maneira de evitar o cálculo de probabilidades associadas ao estado de pertencer ou não à determinada classe de renda foi utilizada em Frolich, Oppenheimer e Eavey (1987).

⁷⁶ Ver Apêndices H, J, K e L.

e devem escolher um modelo de distribuição de renda dentre quatro alternativas propostas⁷⁷, apresentadas como abaixo:

QUADRO 4 – MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (PARTE 2)

	MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA			
CLASSE DE RENDA	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
A	37 %	47 %	45 %	50 %
B	33 %	33 %	30 %	35 %
C	30 %	20 %	25 %	15 %
	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
RENDA MÉDIA	33,3 %	33,3 %	33,3 %	33,3 %
RENDA MAIS BAIXA	30,0 %	20,0 %	25,0 %	15,0 %
DIFERENÇA ENTRE A RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA	7,0 %	27,0 %	20,0 %	35,0 %
RENDA TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %

No Quadro, cada modelo expressa os valores percentuais sobre o total da renda a ser dividida entre o grupo, por classe de renda (A, B ou C). O *Modelo 1* corresponde ao modelo rawlsiano, no qual a renda da classe mais desfavorecida, a saber, da classe C, é a maior dentre todas as alternativas. O *Modelo 2* representa o modelo FC, que garante que a renda da classe C não fique abaixo de 20% da renda total do grupo. O *Modelo 3* corresponde ao modelo RC, assegurando uma diferença de apenas 20% entre a classe A e a classe C. Por fim, o *Modelo 4* representa o modelo nozickiano, segundo o qual cada indivíduo recebe exatamente o valor de sua própria produção.

A renda a ser distribuída entre o grupo⁷⁸ é gerada por seus próprios membros através de um “processo simulado de produção”⁷⁹. Esse processo é simulado pela realização de uma tarefa individual⁸⁰, na qual cada um deve apontar os erros de ortografia contidos em um texto de uma página. Existem quarenta palavras com erro de

⁷⁷ Ver *Apêndice H*.

⁷⁸ Lembrando, o experimento é pago em dinheiro. Então, cada indivíduo recebe o valor correspondente ao modelo escolhido pelo grupo, em caso de consenso na escolha, dada a classe de renda que lhe foi atribuída através do desempenho na realização da tarefa proposta.

⁷⁹ Ver *Apêndice K*.

⁸⁰ Essa tarefa foi baseada em Frolich e Oppenheimer (1990).

ortografia no texto, e a produção de renda ocorre da seguinte maneira: cada duas palavras com erro de ortografia indicadas geram R\$ 1,00. Dessa forma, o máximo de renda que cada indivíduo pode gerar é igual a R\$ 20,00; e o máximo de renda que pode ser distribuído entre cada grupo equivale a R\$ 60,00.

Além de determinar o total de dinheiro a ser distribuído entre cada grupo, o desempenho na tarefa determina também a classe de renda de cada membro. Ao membro do grupo com maior número de acertos na tarefa (conseqüentemente o que gerou maior renda) é atribuída a classe A, ao membro com segundo maior número de acertos é atribuída a classe B, e ao terceiro a classe C. Em alguns experimentos (HERNE e SUOJANEN, 2004; HERNE e MARD, 2008) a classe de renda de cada participante é determinada de maneira aleatória, via sorteio. Não obstante, seguindo Frolich e Oppenheimer (1990), optou-se pela simulação de um processo de produção para alocação dos indivíduos entre as três classes de renda na medida em que um dos objetivos do experimento é testar a escolha da distribuição nozickiana – o que faz sentido apenas se os participantes se sentirem responsáveis pela geração da renda.

A tarefa escolhida foi a indicação de erros de ortografia extremamente simples e básicos em um texto de uma página⁸¹. Essa escolha foi realizada com base na necessidade de simular tanto o véu de ignorância de Rawls, quanto uma distribuição de renda de acordo apenas com o esforço despendido por cada um – independentemente de fatores moralmente arbitrários, como talentos naturais. Como já explicitado no capítulo anterior⁸², sob o véu de ignorância os indivíduos desconhecem todos aqueles fatores que são arbitrários do ponto de vista moral, como posição social, renda, talentos naturais, etc.

A diferença fundamental entre os dois tratamentos (especificamente a Parte II) reside no momento em que a tarefa é realizada: antes ou depois da escolha em grupo. No Tratamento I, a tarefa é realizada depois da escolha de um modelo de distribuição de renda pelo grupo. A posterioridade da realização da tarefa é conseqüência do fato de que, no Tratamento I, os indivíduos escolhem sob o véu de ignorância de Rawls. Dessa forma, os grupos escolhem a regra que vai reger a distribuição da renda entre seus membros desconhecendo os seguintes fatores: renda total a ser distribuída entre o grupo, os participantes sabem apenas que o máximo que pode ser gerado de renda equivale a

⁸¹ Ver *Apêndice L*.

⁸² Ver subseção 3.2.2.

R\$ 60,00; renda gerada por cada membro; classe de renda; natureza da tarefa geradora de renda, os participantes sabem apenas que é uma tarefa que requer apenas esforço e atenção para obtenção de um bom desempenho.

Cabe destacar que, apesar da escolha ser realizada em grupo, com até quinze minutos de debate entre seus membros, o voto do modelo de distribuição escolhido é secreto. Dessa maneira, pode não haver consenso na escolha do grupo. Entretanto, o consenso é estimulado da seguinte forma: se o grupo entra em dissenso, cada membro recebe apenas R\$ 2,00, um valor menor do que o recebido no caso de consenso na escolha de algum modelo distributivo.

4.3.5 Tratamento II – Parte II⁸³

No Tratamento II, a Parte II é inteiramente análoga ao Tratamento I, à exceção do momento no qual é realizada a tarefa. Nesse tratamento, os indivíduos escolhem um modelo de distribuição de renda sem o véu de ignorância de Rawls. Portanto, eles realizam a tarefa antes de realizar sua escolha, de tal forma que quando escolhem estão cientes dos seguintes fatores⁸⁴: quantidade de renda que produziu, classe à que pertence, natureza da tarefa.

4.3.6 Procedimentos

Nessa subseção, serão explicitados os passos de aplicação do experimento em cada parte.

4.3.6.1 Parte I⁸⁵

Primeiramente, sob ambos os tratamentos, serão dadas instruções gerais sobre o funcionamento do experimento e cada indivíduo receberá duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁸⁶ – uma para arquivo do pesquisador e outra que deve permanecer com o participante. Será passada uma folha⁸⁷ para que os interessados em receber os resultados do trabalho escrevam seus emails. Então, será feito o sorteio dos códigos de identificação individual (para possibilitar a unificação das informações

⁸³ Ver *Apêndices I, J, K e L*.

⁸⁴ Cabe destacar que cada membro do grupo é informado individual e secretamente sobre o quanto de renda gerou e a que classe de renda pertence.

⁸⁵ Ver *Apêndices C e D*.

⁸⁶ Ver *Apêndice A*.

⁸⁷ Ver *Apêndice B*.

peçoais e manter anônimos os participantes) e serão distribuídas as instruções da Parte I⁸⁸.

Cada participante deverá, individualmente, ordenar os modelos de distribuição de renda na ordem de sua preferência; ciente de que, depois de realizado esse ordenamento receberá o valor que consta em sua distribuição preferida e correspondente a uma classe de renda que lhe será atribuída aleatoriamente via sorteio. Os participantes terão cinco minutos para familiarização com as quatro distribuições de renda alternativas, que virão acompanhadas do seguinte conjunto de instruções que serão lidas em voz alta.

Após os cinco minutos de familiarização, serão dados mais dois minutos para que os participantes escrevam seu ordenamento na tabela. As respostas serão recolhidas individualmente e anotadas na folha de controles da Parte I⁸⁹. O sorteio da classe de renda de cada um, bem como o respectivo pagamento, será feito ao final do experimento. O quadro abaixo apresenta os valores a serem pagos, de acordo com a distribuição escolhida e classe sorteada:

QUADRO 5 – VALORES DE PAGAMENTO (PARTE 1)

LISTA DE DISTRIBUIÇÕES	QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)			Total Distribuído
	Classe A	Classe B	Classe C	
MODELO F	16,65	14,85	13,5	45
MODELO V	21,15	14,85	9	45
MODELO Z	20,25	13,5	11,25	45
MODELO Q	22,5	15,75	6,75	45

Essa primeira tarefa, como já esclarecido, é comum a ambos os tratamentos. Os próximos passos são distintos e, portanto, apresentados a seguir de maneira separada.

4.3.6.2 Parte II – Tratamento I⁹⁰

Serão formados aleatoriamente (via sorteio) grupos de três pessoas. Cada membro do grupo deverá manter o mesmo código de identificação que lhe foi dado no início do experimento. Cada participante receberá uma folha explicando a escolha a ser realizada e a maneira como os membros do grupo gerarão a renda que será distribuída

⁸⁸ Ver Apêndice G.

⁸⁹ Ver Apêndice E.

⁹⁰ Ver Apêndice C.

entre eles. Junto com essas instruções, eles receberão também uma folha com os modelos alternativos de distribuição de renda e uma folha de resposta⁹¹.

Serão dados cinco minutos de familiarização individual com os modelos de distribuição de renda. Após esse tempo, serão dados cinco minutos de debate em grupo, até um limite máximo de quinze minutos de acordo com a vontade de cada grupo.

Ao término dos debates, os participantes devem preencher a folha de resposta com o modelo escolhido, individualmente e em sigilo. As respostas serão recolhidas e anotadas na folha de controles da Parte II⁹². Será então distribuída a tarefa⁹³ cujo desempenho determinará tanto a renda total a ser distribuída entre cada grupo quanto a classe de renda à qual cada indivíduo pertence. Os participantes terão dois minutos para realizar a tarefa.

Depois de encerrada a tarefa, os resultados serão recolhidos e imediatamente corrigidos, de tal forma que poderão ser calculados os valores monetários gerados por cada indivíduo e, portanto, por cada grupo. Os grupos em que foi obtido consenso na escolha do modelo de distribuição de renda terão a distribuição escolhida aplicada a seus membros: o dinheiro gerado pelo grupo será dividido de acordo com os percentuais do modelo escolhido. Nos casos de dissenso na escolha do grupo, cada participante receberá apenas R\$ 2,00.

4.3.6.3 Parte II – Tratamento II⁹⁴

Serão formados aleatoriamente (via sorteio) grupos de três pessoas. Cada membro do grupo deverá manter o mesmo código de identificação que lhe foi dado no início do experimento. Cada participante receberá uma folha explicando a escolha a ser realizada e a maneira como os membros do grupo gerarão a renda que será distribuída entre eles⁹⁵. A diferença agora é que, como o Tratamento II é sem véu de ignorância, a escolha de um modelo de distribuição será feita apenas depois de realizada a tarefa geradora de renda e de todos serem informados sobre a quantidade de renda que produziram e a que classe de renda pertencem.

⁹¹ Ver *Apêndices H e J*.

⁹² Ver *Apêndice F*.

⁹³ Ver *Apêndice K*.

⁹⁴ Ver *Apêndice D*.

⁹⁵ Ver *Apêndice I*.

Será então distribuída a tarefa⁹⁶ cujo desempenho determinará tanto a renda total a ser distribuída entre cada grupo quanto a classe de renda à qual cada indivíduo pertence. Os participantes terão dois minutos para realizar a tarefa.

Depois de encerrada a tarefa, os resultados serão recolhidos e imediatamente corrigidos, de tal forma que poderão ser calculados os valores monetários gerados por cada indivíduo e, portanto, por cada grupo. Os participantes serão informados, de maneira individual e secreta, sobre o quanto de renda geraram e a que classe de renda pertencem. Esses resultados serão também anotados na folha de controles da Parte II⁹⁷.

Somente então será distribuída a folha com os modelos alternativos de distribuição de renda, junto com a folha de resposta⁹⁸. Serão dados cinco minutos de familiarização individual com os modelos de distribuição de renda. Após esse tempo, serão dados cinco minutos de debate em grupo, até um limite máximo de quinze minutos de acordo com a vontade de cada grupo.

Ao término dos debates, os participantes devem preencher a folha de resposta com o modelo escolhido. As respostas serão recolhidas e anotadas na folha de controles da Parte II⁹⁹.

Os grupos em que foi obtido consenso na escolha do modelo de distribuição de renda terão a distribuição escolhida aplicada a seus membros: o dinheiro gerado pelo grupo será dividido de acordo com os percentuais do modelo escolhido. Nos casos de dissenso na escolha do grupo, cada participante receberá apenas R\$ 2,00.

4.3.6.4 Final e pagamento

Assim como a Parte I, o final do experimento também é comum a ambos os tratamentos. Logo quando é encerrada a Parte II, os participantes recebem um questionário¹⁰⁰ sobre informações pessoais e sobre perguntas relativas à Parte II do experimento.

Os questionários são recolhidos e é realizado o sorteio da classe de renda de cada indivíduo na Parte I do experimento. Os resultados são anotados na folha de

⁹⁶ Ver *Apêndice K*.

⁹⁷ Ver *Apêndice F*.

⁹⁸ Ver *Apêndices I e J*.

⁹⁹ Ver *Apêndice F*.

¹⁰⁰ Ver *Apêndice M*.

controles da Parte I, e é então calculado o quanto de renda cada um deve receber dada sua escolha nessa parte.

Por fim, pede-se aos participantes que se retirem da sala e eles são chamados um a um para que recebam o seu pagamento em dinheiro.

5 RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos no experimento, bem como relatados os procedimentos da sua realização.

5.1 IMPLEMENTAÇÃO

O experimento foi aplicado em 111 alunos de turmas de graduação de três cursos distintos – Economia, Filosofia e Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Como explicitado no *Capítulo 4*, o experimento está dividido em dois tratamentos, o primeiro com véu de ignorância e o segundo sem véu de ignorância. O experimento contou com incentivos monetários, de forma que cada participante recebeu, em média, R\$ 18,50; valor dependente das escolhas realizadas pelo aluno: o valor máximo recebido individualmente foi R\$ 29,00 e o mínimo R\$ 8,75. No total, foi gasto R\$ 2.065,48 com o experimento, sendo R\$ 1.041,68 no Tratamento I e R\$ 1.023,80 no Tratamento II.

A implementação foi dividida em seis seções: cada seção envolveu a aplicação do experimento em uma turma distinta. Nas seções 1, 2 e 5 foi aplicado o Tratamento II; nas seções 3 e 4 foi aplicado o Tratamento I; e na seção 6 a turma foi dividida em dois grupos e foram aplicados ambos os tratamentos¹⁰¹.

O Tratamento I, com véu de ignorância, foi aplicado em 57 alunos (divididos, na Parte II, em 19 grupos de três membros cada), em três seções de aproximadamente uma hora e meia cada. A primeira seção (“Seção 3”) contou com 18 alunos da disciplina de Teoria do Conhecimento, integrante do quarto semestre do curso de Filosofia da PUCRS. A segunda seção (“Seção 4”) contou com 30 alunos da disciplina de Metodologia Filosófica, integrante do primeiro semestre também do curso de Filosofia da PUCRS. Por fim, a terceira seção (“Seção 6”) contou com a participação de 9 alunos da disciplina de Ética e Cidadania, integrante do quarto semestre do curso de Letras da PUCRS.

O Tratamento II, sem véu de ignorância, foi aplicado em 54 alunos (divididos, na Parte II, em 18 grupos de três membros cada), em quatro seções de aproximadamente uma hora e meia cada. A primeira seção (“Seção 1”) contou com 15 alunos da disciplina

¹⁰¹ As seções do experimento estão nomeadas de acordo com a ordem cronológica em que foram realizadas, como por exemplo, “Seção 1”, “Seção 2”, etc.

de Teoria dos Jogos, eletiva integrante do curso de Economia da UFRGS. A segunda seção (“Seção 2”) contou com 21 alunos da disciplina de Metafísica I, integrante do terceiro semestre do curso de Filosofia da PUCRS. Na terceira seção (“Seção 5”) participaram 15 alunos da disciplina de Microeconomia II, integrante do quarto semestre do curso de Economia da UFRGS. Por fim, na quarta seção (“Seção 6”) participaram 3 alunos da disciplina de Ética e Cidadania, integrante do quarto semestre do curso de Letras da PUCRS.

Todas as seções do experimento ocorreram durante os horários de aula das disciplinas, sempre com a presença de um coordenador do experimento e dois assistentes. O experimento era explicado aos alunos, em linhas gerais, e a participação era voluntária, via consentimento livre e esclarecido¹⁰².

No decorrer das seções, todos os participantes se mostraram bastantes receptivos aos procedimentos do experimento. Na parte II de ambos os tratamentos, onde os alunos deviam debater sobre os modelos de distribuição de renda a serem escolhidos, todos se envolveram de maneira séria e comprometida, apresentando argumentos para a escolha que consideravam a mais adequada.

É interessante destacar que, em nenhum momento no experimento foi explicitado aos participantes que se tratava de um experimento sobre teorias de justiça, envolvendo a escolha da distribuição que lhes parecesse a mais justa. Ainda assim, em praticamente todas as discussões em grupo surgiram comentários como: “o mais justo é” ou “mas isso não é justo”. As escolhas também, em sua maioria quase absoluta, foram justificadas com base em argumentos de justiça.

Além disso, ao final de todas as seções, todos demonstraram uma enorme satisfação com o valor monetário recebido, o que é um indicativo positivo de que os incentivos foram adequados.

5.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS SOB OS TRATAMENTOS I E II – COM E SEM VÉU DE IGNORÂNCIA

5.2.1 Descrição das populações

Um total de 57 alunos participou do Tratamento I. A idade dos participantes variou entre um máximo de 58 anos e um mínimo de 17 anos, com idade média de 26,5. A população continha 73,7% dos alunos do sexo masculino.

¹⁰² Ver termo no *Apêndice A*.

Do Tratamento II, participou um total de 54 alunos. A idade dos participantes variou entre um máximo de 50 anos e um mínimo de 19 anos, com idade média de 24,5. A população continha 77,7% dos alunos do sexo masculino.

Os quadros abaixo apresentam os níveis de renda das populações sob os Tratamentos I e II.

QUADRO 6 - Nível de Renda Familiar – Tratamento I

< R\$ 400,00	1,8 %
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	21,1 %
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	29,8 %
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	12,3 %
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	21,1 %
> R\$ 8.000,00	14,0 %

QUADRO 7 - Nível de Renda Familiar – Tratamento II

< R\$ 400,00	0,0 %
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	11,3 %
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	17,0 %
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	18,9 %
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	26,4 %
> R\$ 8.000,00	26,4 %

No Tratamento I, aparece uma formação de dois grupos de renda, com aproximadamente 50% dos alunos com renda familiar abaixo de R\$ 2.000,00 e outros 50% acima. No Tratamento II, a renda dos participantes é mais alta, com uma concentração de 52,8% dos alunos com renda familiar superior a R\$ 4.000,00.

Em relação à preferência política dos alunos que participaram do experimento, no Tratamento I, constata-se uma distribuição bastante homogênea entre as categorias: centro-direita, centro-esquerda e esquerda. É exibido um alto número de alunos que assinalaram a opção “outra” (na maioria das vezes a preferência era indefinida) e quase nenhum participante declarado de direita. Esses dados podem ser observados no quadro abaixo.

QUADRO 8 - Preferência Política – Tratamento I

Direita	3,5 %
Centro-direita	19,3 %
Centro Esquerda	19,3 %
Esquerda	24,6 %
Outra	33,3 %

Como podem ser observadas no quadro abaixo, no Tratamento II essas preferências se invertem: uma maioria de alunos declara-se de direita, contra apenas 24,1% de esquerda ou centro-esquerda.

QUADRO 9 - Preferência Política – Tratamento II

Direita	35,2 %
Centro-direita	20,4 %
Centro Esquerda	13,0 %
Esquerda	11,1 %
Outra	20,4 %

5.2.2 Modelos de distribuição de renda escolhidos

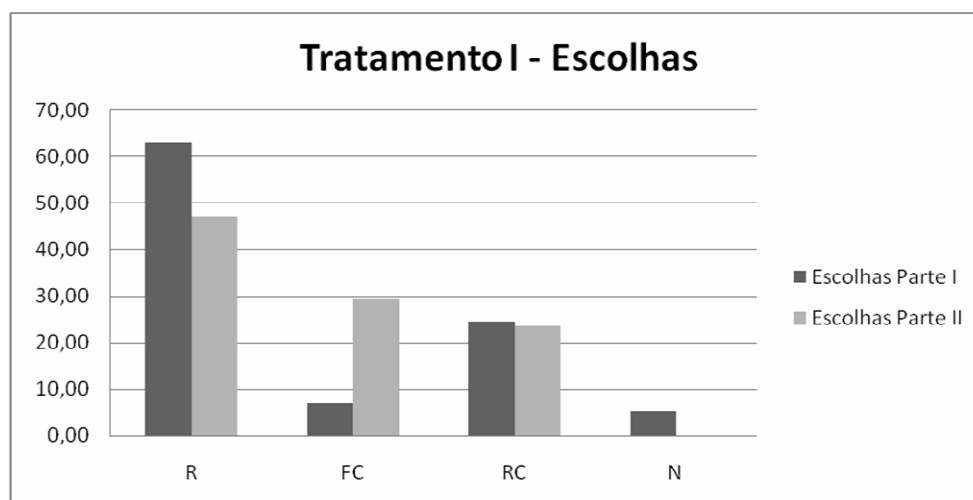
Em ambos os tratamentos, a Parte I consistia no ordenamento individual de modelos de distribuição de renda. A Parte II, por sua vez, consistia na escolha de um modelo de distribuição de renda em grupos – compostos de três membros cada.

Na Parte I, as escolhas eram sempre feitas sob o véu de ignorância, enquanto na Parte II o componente informacional variava de acordo com o tratamento. No Tratamento I, a escolha em grupo era feita sob o véu de ignorância; e, no Tratamento II, sem o véu de ignorância.

Na Parte I, sob o Tratamento I, o modelo de distribuição de renda preferido pela maioria dos indivíduos foi o modelo rawlsiano, escolhido por 36 pessoas, contra 4 escolhas do modelo FC, 14 escolhas do modelo RC e 3 escolhas do outro modelo proposto¹⁰³. Como apresentado no gráfico abaixo, em termos percentuais, tem-se que 63,16% dos alunos escolheram o modelo rawlsiano.

¹⁰³ Essa quarta alternativa apresenta uma distribuição bastante desigual e busca representar a distribuição nozickiana, que nessa parte do tratamento não pode ser reproduzida dado que a renda não está sendo gerada pelos próprios indivíduos, como ocorre na Parte II.

GRÁFICO 1 – TRATAMENTO I - ESCOLHAS

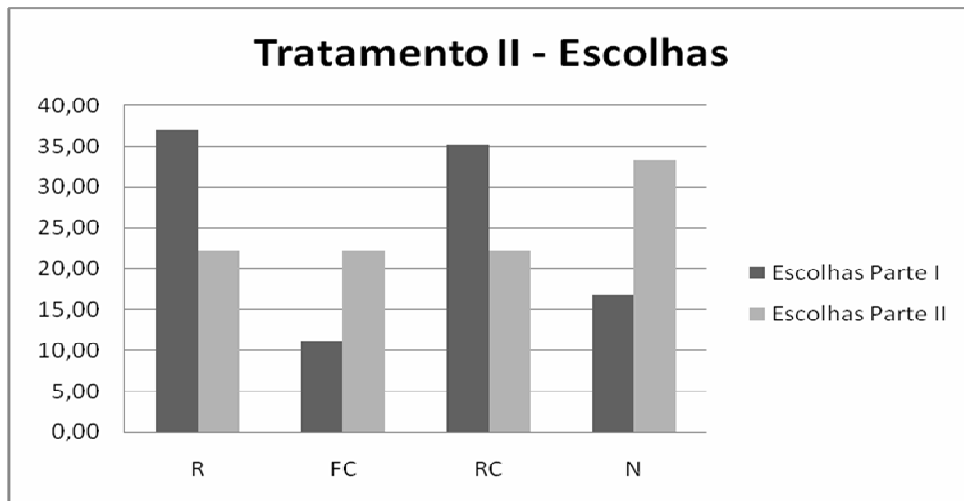


Na Parte II, ainda sob o Tratamento I, o modelo rawlsiano continuou sendo o mais escolhido, agora não mais pelos indivíduos isoladamente, mas pelos grupos. De um total de 17 grupos que obtiveram consenso na escolha¹⁰⁴, 8 grupos escolheram o modelo rawlsiano, 5 escolheram o modelo FC, 4 escolheram o modelo RC e nenhum grupo escolheu o modelo nozickiano. Em termos percentuais, como pode ser observado no gráfico anterior, 47,06% dos grupos escolheu o modelo rawlsiano.

Já no Tratamento II, a maioria também preferiu o modelo rawlsiano na Parte I. Entretanto, um número também elevado de indivíduos preferiu o modelo RC. Dessa forma, 20 indivíduos escolheram o modelo rawlsiano e 19 escolheram o modelo RC, contra 6 escolhas do modelo FC e 9 escolhas do quarto modelo. Em termos percentuais, como apresentado no gráfico abaixo, 37,04% dos alunos escolheram o modelo rawlsiano e 35,19% escolheram o modelo RC.

¹⁰⁴ Dois grupos entraram em dissenso. Cabe lembrar que a escolha na Parte II de ambos os tratamentos era em grupo, mas na hora de escrever a distribuição escolhida no papel, o voto era individual e secreto.

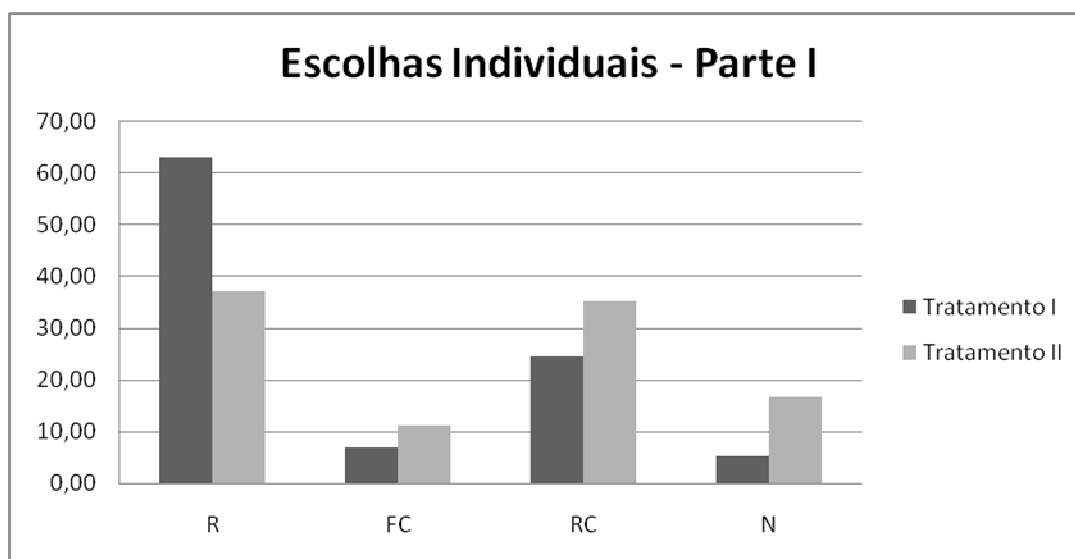
GRÁFICO 2 – TRATAMENTO II - ESCOLHAS



Na Parte II, sob o Tratamento II, a maioria dos grupos escolheu o modelo de distribuição de renda nozickiano. De um total de 18 grupos, 6 grupos escolheram o modelo nozickiano, contra 4 escolhas do modelo FC, 4 escolhas do modelo RC e 4 escolhas do modelo rawlsiano. Em termos percentuais, como pode ser observado no gráfico anterior, 33,3% dos grupos escolheu o modelo de distribuição de renda nozickiano. Os outros modelos foram escolhidos por 22,2% dos grupos cada.

O gráfico abaixo oferece uma comparação, em termos percentuais, entre as escolhas realizadas pelos indivíduos na Parte I do experimento, sob ambos os tratamentos. Percebe-se que, de fato, o modelo de distribuição de renda rawlsiano foi o mais escolhido pelos alunos tanto no Tratamento I, quanto no Tratamento II. Não obstante, ainda que não existam diferenças entre os dois tratamentos nessa parte do experimento, a escolha do modelo rawlsiano é significativamente menor sob o Tratamento II.

GRÁFICO 3 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – PARTE I



Essa diferença no nível de escolha do modelo rawlsiano na Parte I, entre os dois tratamentos, parece ser explicada por diferenças entre as turmas de alunos do curso de economia e do curso de filosofia. Como apresentado no gráfico abaixo, os alunos da economia demonstram uma preferência mais acentuada pelo modelo RC, em detrimento do modelo rawlsiano. Essa diferença se mantém, de forma ainda mais acentuada, entre as turmas de economia submetidas ao Tratamento II e as turmas de filosofia submetidas ao Tratamento I, como observado no gráfico seguinte.

GRÁFICO 4 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – TRATAMENTO I

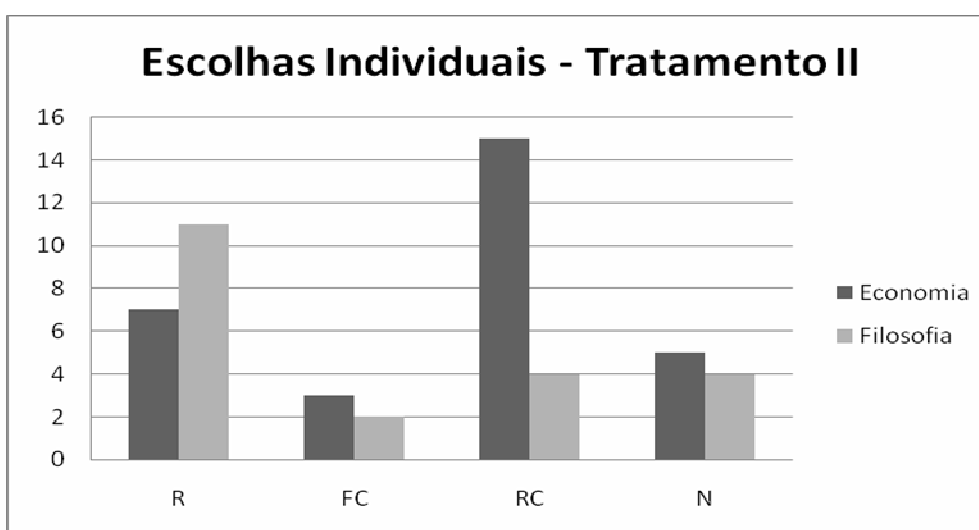
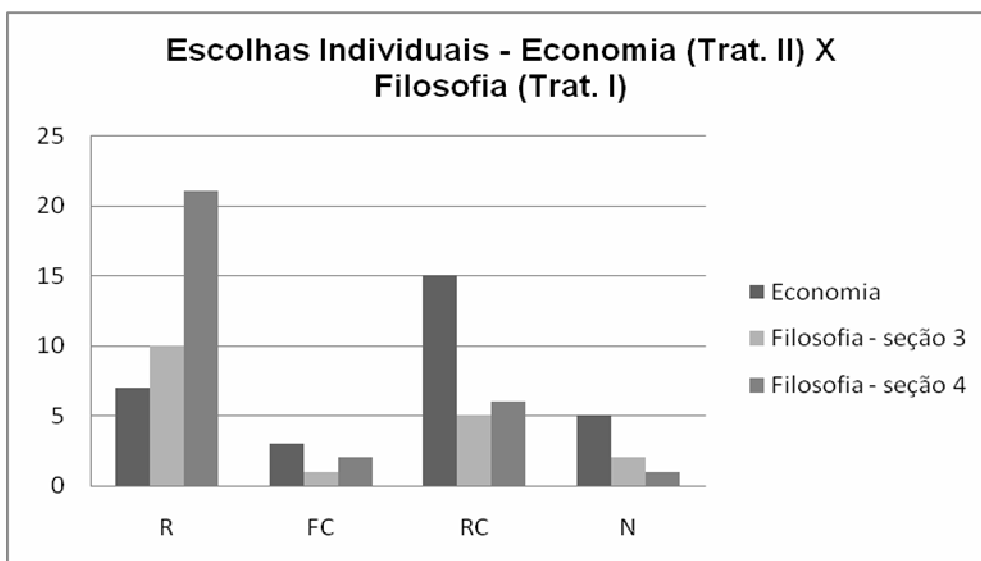
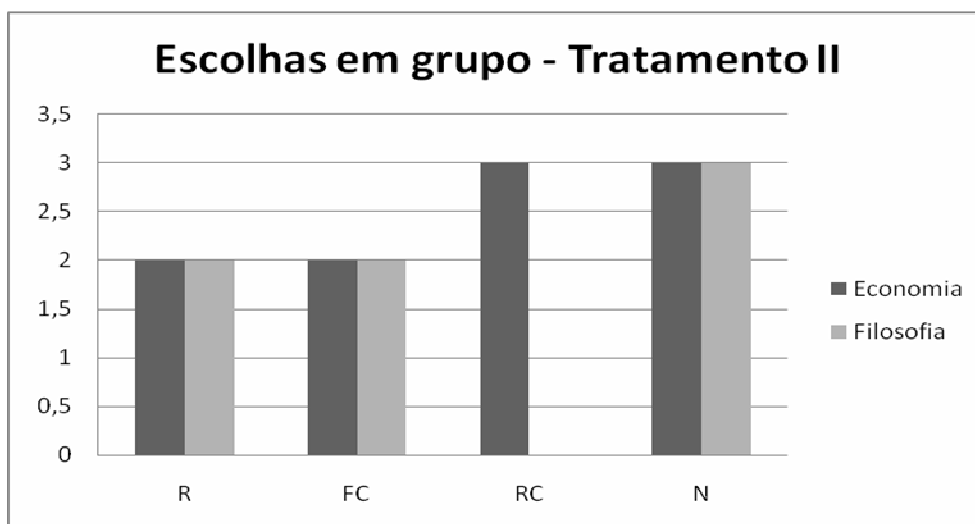


GRÁFICO 5 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS – ECONOMIA X FILOSOFIA



Mesmo na Parte II, de escolha em grupos, revela-se essa preferência dos alunos das turmas de economia pelo modelo RC, em contraste com as turmas da filosofia. Esse resultado aparece claro no gráfico abaixo.

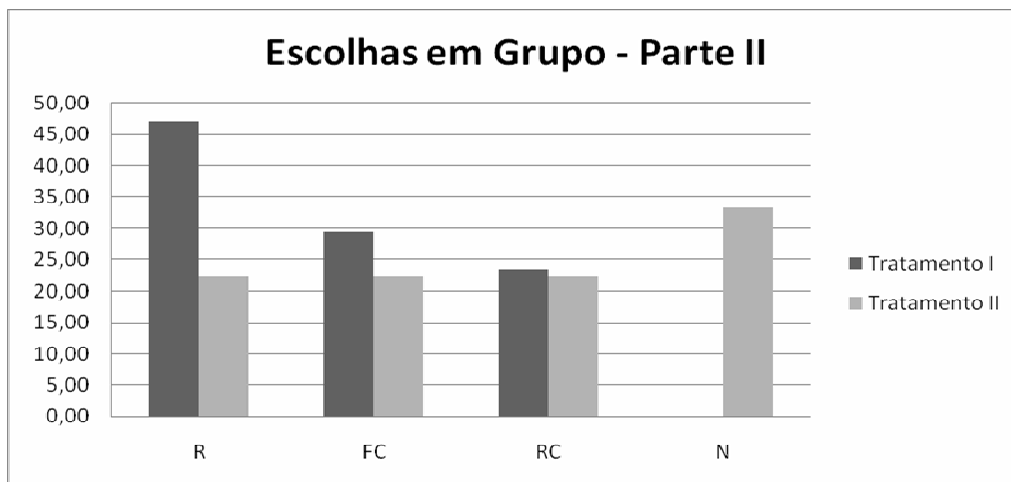
GRÁFICO 6 – ESCOLHAS EM GRUPO – TRATAMENTO II



O próximo gráfico apresenta uma comparação, em termos percentuais, das escolhas realizadas na Parte II do experimento, sob ambos os tratamentos. Emerge clara a inversão do padrão de escolha: no Tratamento I, a maioria dos grupos escolheu o modelo rawlsiano e nenhum grupo escolheu o modelo nozickiano; no Tratamento II, a

maioria escolheu o modelo nozickiano – ainda que muitos ainda tenham optado pelos outros modelos.

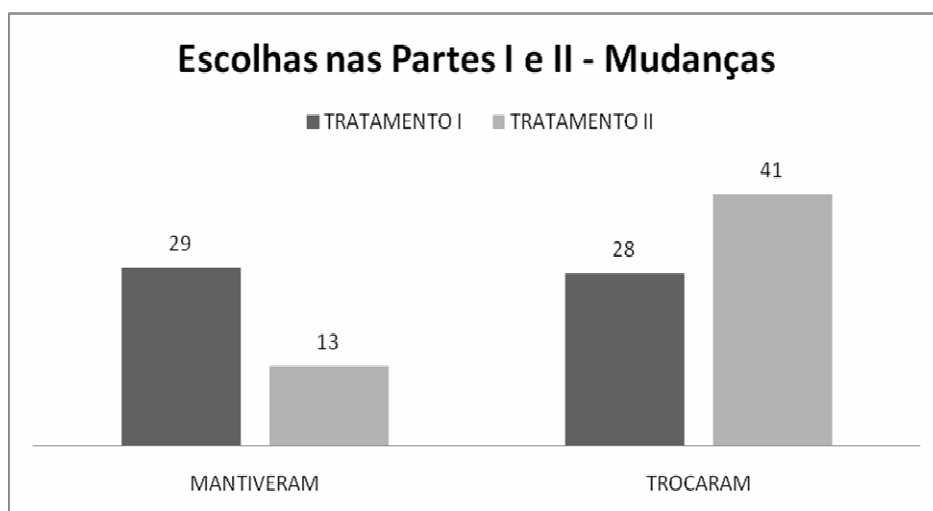
GRÁFICO 7 – ESCOLHAS EM GRUPO – PARTE II



Um aspecto importante que emergiu dos resultados obtidos é a instabilidade das escolhas realizadas sob o véu de ignorância. O gráfico abaixo apresenta o número de indivíduos que mantiveram o modelo escolhido na Parte I do experimento e na Parte II, sob ambos os tratamentos. No Tratamento I, em que tanto a escolha da Parte I quanto da Parte II é realizada sob o véu de ignorância, mais que o dobro de alunos manteve o modelo escolhido, em relação ao outro tratamento. Já no Tratamento II, em que a escolha da Parte I é realizada sob o véu de ignorância, mas a escolha da Parte II é feita sem o véu, houve um número muito mais elevado de troca nas escolhas realizadas nas duas partes e um número muito menor de escolhas que se mantiveram.

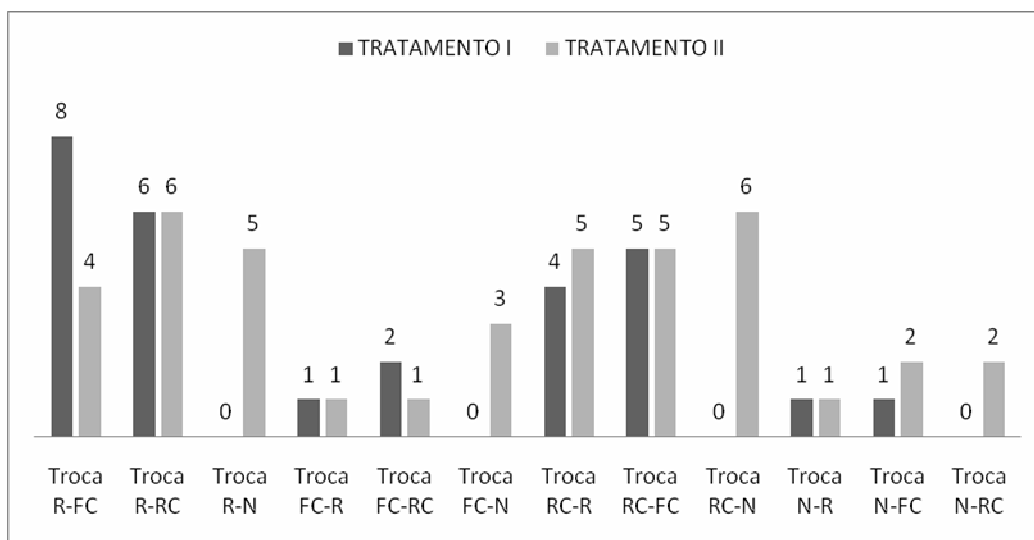
Esse resultado pode ser interpretado como consequência da instabilidade de escolhas realizadas sob o véu de ignorância. Na medida em que o véu é retirado, o padrão de escolhas se altera, o que significa que o fato de cada indivíduo saber o quanto produziu de renda e a que classe pertence faz com que sua preferência distributiva mude.

GRÁFICO 8 – ESCOLHAS NAS PARTES I E II - MUDANÇAS



O próximo gráfico mostra entre quais modelos foi realizado o maior número de trocas entre as escolhas das partes I e II do experimento. Por exemplo, sob o Tratamento I, 8 alunos trocaram sua escolha do modelo rawlsiano na Parte I para o modelo FC na Parte II.

GRÁFICO 9 – ESCOLHAS NOS TRATAMENTOS I E II - MUDANÇAS



Com relação à formação das preferências dos grupos na Parte II foi constatado que, sob o Tratamento I, sete dos oito grupos que escolheram o modelo rawlsiano continham dois membros (de três no total) que haviam preferido o mesmo modelo na Parte I do experimento. Dos demais grupos (9) sob o Tratamento I que escolheram

outros modelos, apenas dois continham maioria dos membros que havia escolhido o modelo rawlsiano na Parte I. Dos dois grupos em dissenso, a maioria dos membros escolheu o modelo rawlsiano (dois em cada grupo) na Parte II, e cinco dos seis indivíduos mantiveram a escolha da parte I.

Sob o Tratamento II, as escolhas realizadas pelos grupos na Parte II praticamente em nenhum caso corresponderam às escolhas realizadas pela maioria de seus membros na Parte I. Dos seis grupos que escolheram o modelo nozickiano na parte II, apenas um grupo continha maioria dos membros que havia preferido a alternativa correspondente na parte I também. De todos os outros grupos (12), apenas em dois o modelo escolhido na parte II correspondeu à escolha da maioria dos membros na parte I.

No questionário que foi aplicado ao final do experimento, os indivíduos responderam questões sobre os argumentos que utilizaram para realizar suas escolhas na Parte II, a satisfação com a distribuição escolhida pelo grupo, etc. Uma das perguntas era se o aluno achou que a distribuição escolhida pelo grupo era justa ou não. Os dois gráficos abaixo apresentam esses resultados, sob ambos os tratamentos.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLHIDA JUSTA – TRATAMENTO I

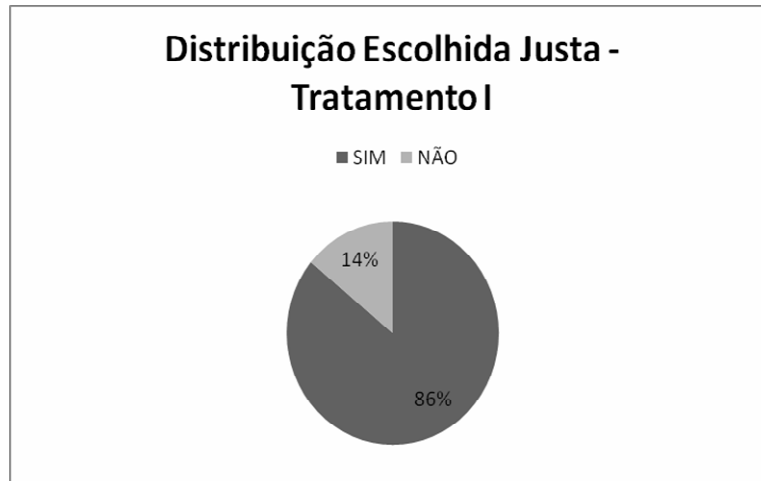
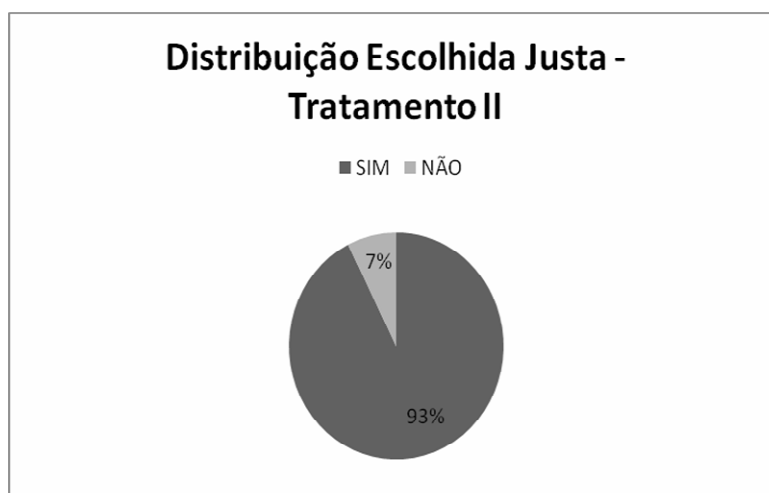


GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO ESCOLHIDA JUSTA – TRATAMENTO II



Do Tratamento I para o Tratamento II, houve uma queda de oito para quatro no número de alunos que não achou a distribuição escolhida justa. Essa queda pode ser explicada pelo fato de que o número de alunos que “perdeu” dinheiro com a distribuição escolhida, em relação ao que havia produzido de renda através do desempenho na tarefa, é muito menor no Tratamento II (33% - dezoito alunos) do que no Tratamento I (45,61% - vinte e seis alunos).

Com relação ao grau de satisfação com a distribuição de renda escolhida na Parte II do experimento, os resultados são muito semelhantes entre os dois tratamentos. Como pode ser observado nos dois gráficos a seguir, praticamente todos os alunos se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com a escolha do grupo.

GRÁFICO 12 – SATISFAÇÃO COM A ESCOLHA – TRATAMENTO I

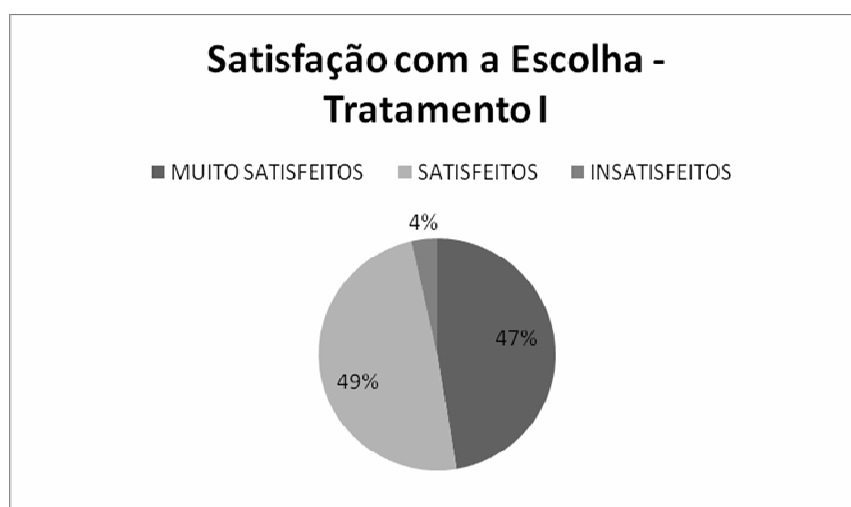
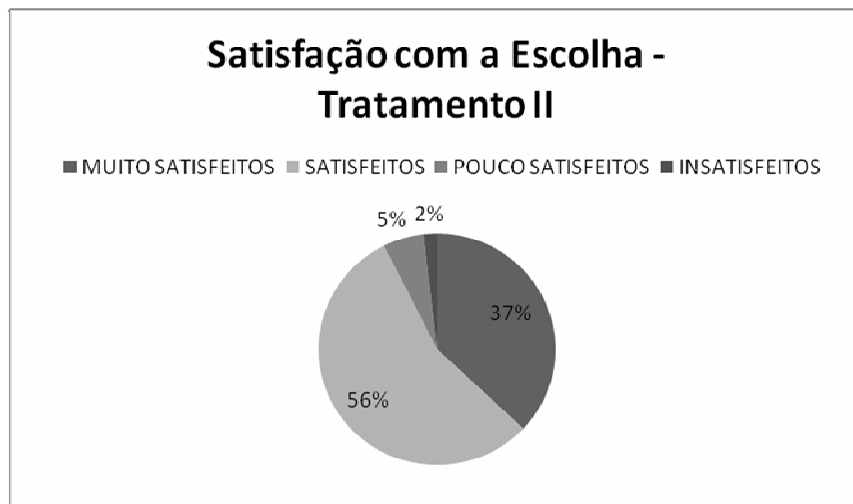
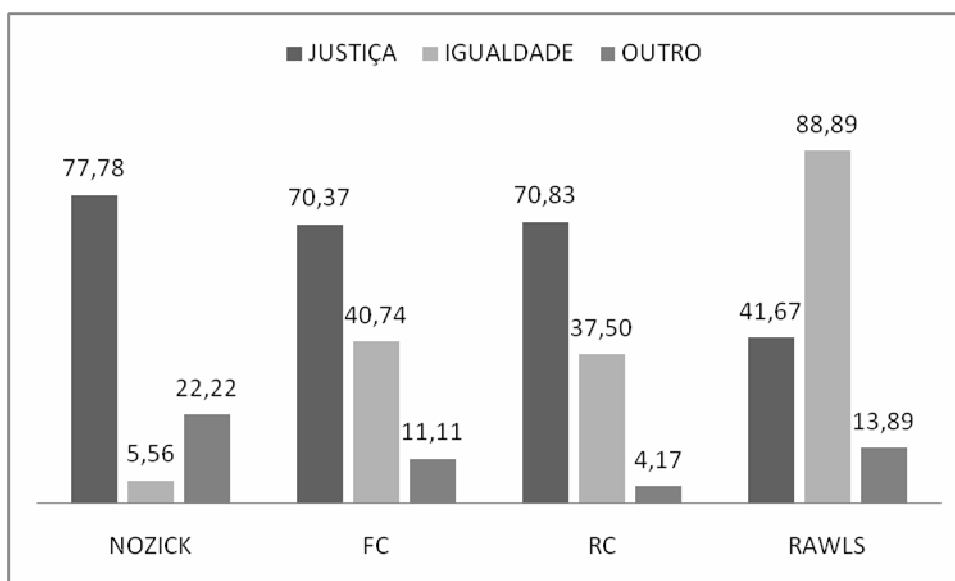


GRÁFICO 13 – SATISFAÇÃO COM A ESCOLHA – TRATAMENTO II



O questionário aplicado ao final do experimento incluiu duas questões acerca do tipo de argumento que motivou a escolha em grupo dos alunos na Parte II de ambos os tratamentos. Uma das questões requer que seja assinalado dentre as alternativas propostas qual aspecto foi levado em consideração na escolha por um modelo de distribuição de renda. As alternativas eram as seguintes: igualdade, justiça e outro. O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos por tipo de modelo escolhido. A alternativa “outro” foi pouco escolhida como justificativa de escolha dos modelos FC, RC e rawlsiano. Entretanto, aproximadamente 22% dos indivíduos que escolheram o modelo de Nozick assinalaram essa alternativa. É interessante ressaltar que, em todos os casos, esses indivíduos especificaram o critério “meritocracia” como sendo o outro aspecto considerado na decisão em grupo. Esse critério, bem como referências à importância de recompensar cada um de acordo com seu esforço surgiu apenas nos grupos que escolheram o modelo de distribuição de renda nozickiano. O gráfico sugere também uma acentuada preocupação com igualdade entre os grupos que escolheram o modelo rawlsiano, contra uma preocupação maior com justiça entre aqueles que escolheram os outros modelos, principalmente o nozickiano, onde a preocupação com igualdade apareceu de forma insignificante.

GRÁFICO 14 – ARGUMENTOS POR MODELO DISTRIBUTIVO ESCOLHIDO



Os dois gráficos abaixo apresentam os tipos de argumentos agregados agora por tratamento. A principal diferença entre ambos é que, no Tratamento I, com véu de ignorância, a idéia de igualdade é muito mais considerada pelos alunos na sua escolha, surgindo como justificativa em praticamente o dobro de casos. Além disso, a alternativa “outro” é assinalada mais vezes sob o Tratamento II, sem véu de ignorância, e em todos esses casos o aluno especifica o critério de meritocracia como sendo decisivo para sua escolha. Esse critério nunca surge sob o Tratamento I.

No Tratamento II, argumentos de justiça aparecem pouco acima do mesmo tipo de argumento no Tratamento I. Entretanto, se for considerado como argumento de justiça o critério de meritocracia, esse quadro se inverte, e no Tratamento II pode-se então afirmar que argumentos de justiça aparecem um número expressivamente maior de vezes.

GRÁFICO 15 – ARGUMENTOS POR TRATAMENTO - INDIVÍDUOS

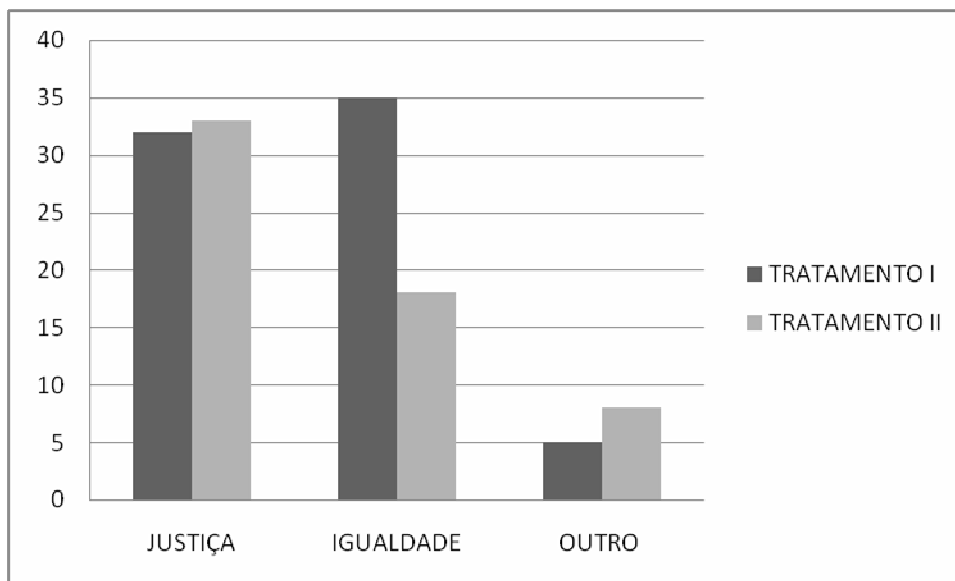
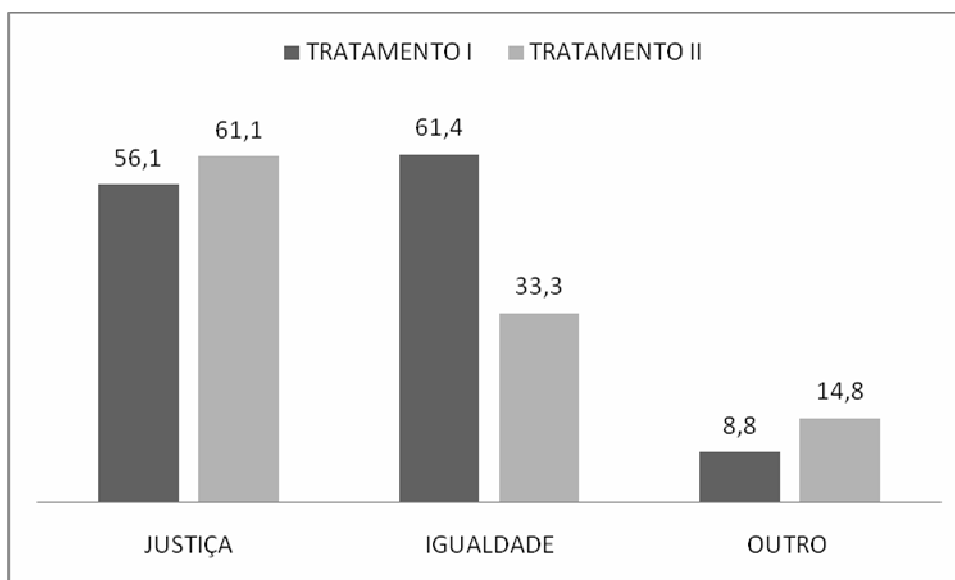


GRÁFICO 16 – ARGUMENTOS POR TRATAMENTO - PERCENTUAL



Outra questão contida no questionário final pede que seja explicitado, de maneira dissertativa, o que motivou a escolha do modelo de distribuição de renda pelo grupo. No Tratamento I, os argumentos mais apontados pelos alunos, agregados por modelo escolhido, foram os seguintes¹⁰⁵:

- (i) Modelo rawlsiano - Igualdade e garantia para a classe de renda mais baixa, igualdade, igualdade porque assume que todos se esforçaram ao máximo, então é justo que tenham uma renda equivalente;

¹⁰⁵ As frases apresentadas em cada tipo de modelo foram copiadas dos questionários, sendo originais dos participantes do experimento.

- (ii) Modelo FC - ajuda a indivíduos da classe baixa, beneficiar quem produz mais, mas com contribuição dos mais favorecidos para os menos favorecidos, para amenizar problemas sociais; e
- (iii) Modelo RC - distribuição que não penaliza em demasia a classe C, mas que premia de forma justa a produtividade da classe A, não somos iguais, não produzimos da mesma maneira e na mesma quantidade, distribuição não deve ser muito dispare.

Já no Tratamento II, os argumentos mais apontados pelos alunos foram os seguintes:

- (i) Modelo nozickiano – quem gera a renda fica com ela, critério de justiça racional, meritocracia; distribuição de acordo com o esforço de cada um;
- (ii) Modelo FC – distribuição mais justa para os que produziram mais, mas com solidariedade;
- (iii) Modelo RC – justo a ponto de premiar a melhor produção, mas que não punisse excessivamente a menor produção, equilíbrio e justiça, esforço e igualdade; e
- (iv) Modelo rawlsiano – igualdade na distribuição.

Uma apresentação dos principais resultados, por seção, pode ser encontrada nos Apêndices N, O, P, Q, R, S, T.

5.3 CORRELAÇÃO ENTRE RESULTADOS OBTIDOS E VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E DE SATISFAÇÃO¹⁰⁶

O questionário aplicado ao final do experimento continha questões acerca do sexo, idade, classe de renda, preferência política e grau de satisfação (com a escolha em grupo) dos participantes do experimento. É importante investigar se essas variáveis apresentam correlação com as escolhas realizadas pelos indivíduos.

Quando analisadas separadamente, as variáveis sexo, idade e preferência política se mostraram relacionadas com o modelo escolhido na Parte I do experimento¹⁰⁷, sob ambos os tratamentos. Os quatro quadros abaixo apresentam esse resultado.

¹⁰⁶ Todas as variáveis analisadas nessa seção foram testadas e se mostraram estacionárias.

¹⁰⁷ Foram realizadas diversas regressões por mínimos quadrados ordinários, utilizando o software EViews.

QUADRO 10 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM SEXO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte I		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Sexo	2,1084	0,0000

QUADRO 11 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM IDADE

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte I		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Idade	0,0669	0,0000

QUADRO 12 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM RENDA

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte I		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Renda	0,0019	0,4076

QUADRO 13 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM POLÍTICA

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte I		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Preferência Política	0,4769	0,0000

Não obstante, quando a variável idade foi incluída em regressões múltiplas, junto com as outras variáveis significativas, sempre se mostrou insignificante. Dessa forma, a variável idade foi excluída do modelo. O quadro abaixo apresenta o modelo que melhor representa a relação entre as escolhas da Parte I do experimento e as variáveis demográficas.

QUADRO 14 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE I COM POLÍTICA E SEXO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte I		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Preferência Política	0,1901	0,0006
Sexo	1,5447	0,0000

As quatro tabelas a seguir apresentam testes que sustentam a relação entre sexo e preferência política dos participantes, e a distribuição escolhida na Parte I do experimento. Os testes mostram que o modelo econométrico é válido, sem autocorrelação e livre de heteroscedasticidade.

TABELA 1 – TESTE WALD

Test Statistic	Value	df	Probability
F-statistic	113.7017	(2, 108)	0.0000
Chi-square	227.4035	2	0.0000

TABELA 2 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob	
		1	0.106	0.106	1.2639	0.261
		2	0.049	0.038	1.5358	0.464
		3	0.226	0.220	7.4384	0.059
		4	0.185	0.149	11.404	0.022
		5	0.101	0.067	12.610	0.027
		6	0.166	0.109	15.857	0.015
		7	0.082	-0.005	16.664	0.020
		8	0.109	0.048	18.090	0.021
		9	0.105	0.021	19.432	0.022
		10	0.029	-0.043	19.536	0.034
		11	0.043	-0.016	19.765	0.049
		12	0.194	0.139	24.517	0.017
		13	-0.092	-0.158	25.582	0.019
		14	0.010	-0.001	25.594	0.029
		15	0.101	0.024	26.912	0.029
		16	0.086	0.080	27.885	0.033
		17	-0.055	-0.065	28.287	0.042
		18	0.089	0.064	29.349	0.044
		19	0.070	0.044	30.007	0.052
		20	-0.021	-0.052	30.066	0.069
		21	-0.009	-0.040	30.078	0.090
		22	-0.035	-0.077	30.252	0.112
		23	0.041	0.046	30.487	0.136
		24	0.018	-0.034	30.535	0.168
		25	-0.077	-0.021	31.386	0.177
		26	-0.002	-0.004	31.387	0.214
		27	0.090	0.085	32.589	0.211
		28	0.029	0.043	32.717	0.246
		29	-0.021	0.039	32.785	0.287
		30	0.053	0.006	33.225	0.313
		31	0.013	-0.016	33.250	0.358
		32	0.003	0.009	33.251	0.406
		33	-0.109	-0.171	35.168	0.366
		34	0.017	0.013	35.216	0.410
		35	-0.046	-0.117	35.562	0.442

TABELA 3 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE

F-statistic	1.200993	Probability	0.304956
Obs*R-squared	0.000000	Probability	1.000000

TABELA 4 – TESTE DE WHITE

F-statistic	7.315127	Probability	0.000031
Obs*R-squared	23.97321	Probability	0.000081

Os quadros abaixo investigam mais aprofundadamente a relação encontrada entre sexo e preferência política de um lado, e a escolha realizada na Parte I de outro. Pode-se perceber que, entre os homens, as escolhas se concentram nos modelos R e RC; enquanto, entre as mulheres, as escolhas se concentram no modelo R. Quanto à preferência política, a maior parte dos indivíduos que escolheu o modelo R declarou-se de esquerda ou com outra preferência (na grande maioria das vezes indefinida ou nenhuma).

QUADRO 15 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS POR SEXO

Sexo	Modelo Escolhido - Parte I			
	R	FC	RC	Outro
Masculino	39	7	27	11
Feminino	17	3	6	1

QUADRO 16 – ESCOLHAS INDIVIDUAIS POR PREFERÊNCIA POLÍTICA

Preferência Política	Modelo Escolhido - Parte I			
	R	FC	RC	Outro
Direita	6	2	8	5
Centro-direita	6	4	11	1
Centro-esquerda	9	2	6	1
Esquerda	17	0	2	1
Outra	20	1	5	4

Na Parte II do experimento, foi encontrada relação entre as variáveis sexo, idade, preferência política (assim como na Parte I) e tratamento¹⁰⁸ com a distribuição escolhida em grupo. Essas relações são apresentadas nos cinco quadros abaixo.

¹⁰⁸ A variável tratamento é binária: os dados podem pertencer ao Tratamento I ou ao Tratamento II.

QUADRO 17 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM SEXO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Sexo	2,1785	0,0000

QUADRO 18 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM IDADE

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Idade	0,0743	0,0000

QUADRO 19 - RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM RENDA

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Renda	0,0020	0,4147

QUADRO 20 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM POLÍTICA

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Preferência Política	0,5421	0,0000

QUADRO 21 – RELAÇÃO DA ESCOLHA DA PARTE II COM TRATAMENTO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Tratamento	1,4249	0,0000

Quando a variável idade foi incluída nas regressões múltiplas, sempre se mostrou insignificante, sendo, portanto, excluída do modelo. Já as variáveis sexo e preferência política, quando regredidas em conjunto com a variável tratamento, se mostraram insignificantes. Entretanto, quando regredidas sozinhas se mostraram ambas bastante significativas. Já a variável tratamento é muito significativa em todas as regressões. Esses resultados são apresentados nos quatro quadros seguintes.

QUADRO 22 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO, POLÍTICA E TRATAMENTO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Sexo	0,0801	0,7075
Preferência Política	0,0582	0,2507
Tratamento	1,2833	0,0000

QUADRO 23 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO E TRATAMENTO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Sexo	0,1339	0,5216
Tratamento	1,3630	0,0000

QUADRO 24 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM POLÍTICA E TRATAMENTO

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Preferência Política	0,0623	0,2059
Tratamento	1,3129	0,0000

QUADRO 25 – RELAÇÃO DO MODELO ESCOLHIDO COM SEXO E POLÍTICA

Variável Dependente: Modelo Escolhido - Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Sexo	1,2694	0,0000
Preferência Política	0,3054	0,0000

Ainda que quando regredidas sozinhas, como no quadro acima, as variáveis sexo e preferência política se mostrem fortemente relacionadas com a distribuição de renda escolhida na Parte II (assim como na Parte I), os testes apontam que o modelo não é robusto. Esses testes são apresentados nas quatro tabelas seguintes e apontam a presença de autocorrelação e heteroscedasticidade. Esse resultado pode ser interpretado como decorrente do fato de que, na Parte II do experimento, as escolhas são realizadas em grupo e, portanto, características individuais como renda e preferência política perdem a influência direta na decisão.

TABELA 5 – TESTE WALD

Test Statistic	Value	df	Probab
F-statistic	111.2414	(2, 109)	0.0
Chi-square	222.4827	2	0.0

TABELA 6 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob	
		1	0.079	0.079	0.7043	0.401
		2	0.227	0.222	6.6163	0.037
		3	0.048	0.018	6.8862	0.076
		4	0.258	0.216	14.677	0.005
		5	0.204	0.182	19.607	0.001
		6	0.243	0.157	26.680	0.000
		7	0.099	0.021	27.850	0.000
		8	0.190	0.085	32.263	0.000
		9	0.138	0.049	34.618	0.000
		10	0.216	0.078	40.404	0.000
		11	0.143	0.043	42.985	0.000
		12	0.204	0.086	48.283	0.000
		13	0.134	0.038	50.576	0.000
		14	-0.016	-0.197	50.611	0.000
		15	0.087	-0.053	51.604	0.000
		16	0.161	0.066	55.017	0.000
		17	0.162	0.038	58.509	0.000
		18	0.091	-0.004	59.630	0.000
		19	0.105	0.063	61.144	0.000
		20	-0.056	-0.151	61.583	0.000
		21	0.129	-0.010	63.892	0.000
		22	-0.024	-0.107	63.976	0.000
		23	0.126	0.030	66.252	0.000
		24	0.104	0.152	67.815	0.000
		25	-0.076	-0.176	68.650	0.000
		26	-0.023	-0.050	68.727	0.000
		27	-0.089	-0.142	69.905	0.000
		28	0.122	0.046	72.151	0.000
		29	-0.021	-0.053	72.220	0.000
		30	0.001	0.046	72.220	0.000
		31	0.038	0.192	72.447	0.000
		32	-0.059	-0.066	72.996	0.000
		33	0.057	0.068	73.524	0.000
		34	0.067	0.051	74.262	0.000

TABELA 7 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE

F-statistic	4.562789	Probability	0.012543
Obs*R-squared	4.370776	Probability	0.112434

TABELA 8 – TESTE DE WHITE

F-statistic	17.50410	Probability	0.000000
Obs*R-squared	44.15396	Probability	0.000000

Como as variáveis renda, idade, preferência política e sexo se mostraram insignificantes para as escolhas da Parte II, o modelo que melhor explica essas escolhas é o apresentado no Quadro 21, que inclui apenas a variável tratamento. Os testes apresentados nas tabelas abaixo confirmam a robustez desse modelo, na medida em que apontam a significância dos coeficientes, bem como a inexistência de autocorrelação e de heteroscedasticidade. É interessante ressaltar que o fato de apenas o tipo de tratamento influenciar significativamente as escolhas em grupo é um indicativo de que o experimento está bem desenhado, sendo capaz de filtrar outras influências.

TABELA 9 – TESTE DE AUTOCORRELAÇÃO

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1 -0.130	-0.130	1.9193	0.166
		2 0.049	0.032	2.1912	0.334
		3 -0.085	-0.076	3.0337	0.386
		4 0.092	0.072	4.0195	0.403
		5 0.025	0.051	4.0909	0.536
		6 0.108	0.110	5.4953	0.482
		7 0.000	0.038	5.4953	0.600
		8 -0.026	-0.030	5.5784	0.694
		9 0.043	0.045	5.8061	0.759
		10 0.058	0.056	6.2199	0.796
		11 0.052	0.050	6.5592	0.834
		12 0.033	0.043	6.7003	0.877
		13 0.129	0.143	8.8270	0.786
		14 -0.127	-0.099	10.913	0.693
		15 0.077	0.029	11.697	0.702
		16 -0.027	-0.017	11.797	0.758
		17 0.273	0.235	21.761	0.194
		18 0.007	0.085	21.768	0.242
		19 0.032	0.007	21.908	0.289
		20 -0.074	-0.031	22.666	0.305
		21 0.020	-0.037	22.722	0.359
		22 -0.057	-0.119	23.176	0.392
		23 0.133	0.054	25.681	0.316
		24 0.098	0.139	27.066	0.301
		25 -0.102	-0.084	28.582	0.282
		26 -0.066	-0.115	29.227	0.301
		27 -0.005	-0.048	29.231	0.350
		28 0.077	0.008	30.132	0.357
		29 -0.084	-0.126	31.216	0.355
		30 0.089	0.001	32.441	0.347
		31 0.025	0.169	32.541	0.391
		32 -0.069	-0.074	33.290	0.404
		33 0.092	0.062	34.652	0.389
		34 0.092	0.056	36.024	0.374

TABELA 10 – TESTE DO MULTIPLICADOR DE LAGRANGE

F-statistic	0.902719	Probability	0.408503
Obs*R-squared	1.035402	Probability	0.595889

TABELA 11 – TESTE DE WHITE

F-statistic	4.834614	Probability	0.030007
Obs*R-squared	4.714227	Probability	0.029914

Quanto ao grau de satisfação com a distribuição escolhida na Parte II do experimento, os quadros abaixo revelam que esse grau está altamente correlacionado com o valor recebido e com o modelo escolhido pelo participante.

QUADRO 26 – RELAÇÃO DA SATISFAÇÃO COM VALOR RECEBIDO

Variável Dependente: Grau de satisfação com escolha da Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Valor recebido (reais)	0,0859	0,0000

QUADRO 27 – RELAÇÃO DA SATISFAÇÃO COM MODELO ESCOLHIDO

Variável Dependente: Grau de satisfação com escolha da Parte II		
Variável Independente	Coeficiente	Valor P
Modelo escolhido em grupo	0,6041	0,0000

De acordo com o Quadro 28, os indivíduos muito satisfeitos, em sua maioria, escolheram os modelos R e N, enquanto o restante da distribuição é mais homogêneo.

QUADRO 28 – SATISFAÇÃO E MODELOS ESCOLHIDOS

Modelo escolhido em grupo				
Satisfação	R	FC	RC	N
Muito satisfeito	22	7	7	12
Satisfeito	17	17	18	5
Pouco satisfeito	0	2	0	1
Insatisfeito	1	1	0	1

5.4 RESULTADOS OBTIDOS VERSUS PREDIÇÕES TEÓRICAS

No capítulo quarto, as nove hipóteses sob teste no experimento foram explicitadas e embasadas. Essa seção se propõe à comparação dos resultados apresentados ao longo do capítulo quinto com as hipóteses em questão.

A primeira hipótese formulada foi de que os indivíduos dentro do mesmo grupo, sob ambos os tratamentos, atingiriam consenso na escolha de um modelo de distribuição de renda. Essa hipótese foi confirmada, na medida em que, de um total de 37 grupos, houve consenso em 35 grupos.

A segunda hipótese afirma que, sob o mesmo tratamento, os grupos escolheriam o mesmo modelo de distribuição de renda; e as escolhas seriam diferentes sob tratamentos distintos. Ainda que essa hipótese não tenha sido inteiramente confirmada, os resultados obtidos revelam que as escolhas apresentam sim um padrão diferente sob cada tratamento. No Tratamento I, a maioria dos grupos escolheu o modelo rawlsiano. No Tratamento II, o padrão de escolhas foi menos homogêneo, mas ainda assim bastante diverso do Tratamento I, pois a maioria dos grupos escolheu o modelo nozickiano e, além disso, sob o Tratamento I nenhum grupo optou por esse modelo.

Na terceira hipótese, derivada da teoria de justiça de John Rawls, assume-se que a escolha unânime¹⁰⁹ da maioria dos grupos, sob o tratamento I, será a distribuição rawlsiana. Sob o Tratamento I, os resultados apontam para um número muito maior de escolhas do modelo rawlsiano (47% dos grupos); o que confirma parcialmente a terceira hipótese. Além disso, na Parte I (com véu de ignorância) de ambos os tratamentos a maioria dos indivíduos escolheu o modelo rawlsiano, o que confirma a teoria de Rawls de que o princípio maximin seria o princípio escolhido na posição original.

Na quarta hipótese, considerada com base nos experimentos de Herne e Suojanen (2004) e Herne e Mard (2006), assume-se que a escolha unânime da maioria dos grupos, sob o tratamento I, será a distribuição FC. Os resultados rejeitam essa hipótese, dado que apenas 29,4% dos grupos escolheram esse modelo no Tratamento I.

A quinta hipótese afirma que a escolha unânime da maioria dos grupos, sob o tratamento I, seria a distribuição nozickiana. Não apenas essa não foi a distribuição escolhida pela maioria dos grupos no Tratamento I, como nenhum grupo optou por essa distribuição nesse tratamento. Esse resultado confirma a quinta hipótese e corrobora a

¹⁰⁹ Em nenhum experimento da literatura são encontradas escolhas unânimes dos grupos sob algum tratamento. O mesmo ocorre nesse experimento.

teoria de Nozick sobre a impossibilidade da escolha de princípios históricos e de direito a coisas sob o véu de ignorância.

Na sexta hipótese, baseada na teoria de Nozick, assume-se que nenhum indivíduo, sob o tratamento I, apresentaria argumentos sobre direito a coisas para escolha entre as possíveis distribuições de renda entre o grupo. Nesse sentido, apareceram apenas alguns argumentos como: “beneficiar quem produziu mais, mas com solidariedade”. Nenhum participante externou argumentos como: “se alguém produziu determinada quantidade de renda, tem direito a essa quantidade”. Isso é confirmado pelo fato do número de escolhas do modelo nozickiano sob o Tratamento I ter sido igual a zero. Dessa forma, essa hipótese é confirmada pelos resultados.

A sétima hipótese afirma que a escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento II, seria a distribuição nozickiana. Os resultados apontaram para um maior número de escolhas do modelo de distribuição nozickiano, mas o padrão de escolhas foi pouco homogêneo sob esse tratamento. Assim, essa hipótese é fracamente confirmada pelas evidências, e seriam necessários mais experimentos para testar se esse comportamento de fato ocorre ou não. O experimento realizado aqui apenas sugere que essa é uma forte possibilidade.

Na oitava hipótese, assume-se que a escolha unânime na maioria dos grupos, sob o tratamento II, seria a distribuição rawlsiana. Os resultados obtidos refutam essa hipótese, dado que apenas 22% dos grupos optaram por essa distribuição sob o Tratamento II.

A nona hipótese afirma que, sob o tratamento II, os alunos apresentariam argumentos de justiça como justificativa das suas escolhas distributivas. Essa hipótese é parcialmente confirmada, dado 61% dos alunos apontaram justiça como um critério considerado nas suas escolhas. Se for incluído o critério meritocracia como um argumento de justiça, então a hipótese é totalmente confirmada.

5.4.1 Comparação com resultados obtidos na literatura experimental

No experimento realizado nesse trabalho, apenas dois grupos (de um total de trinta e sete) entraram em dissenso na escolha de um modelo de distribuição de renda¹¹⁰. Na Parte I (com véu de ignorância e comum a ambos os tratamentos) e na Parte II do

¹¹⁰ Esse resultado está de acordo com a literatura experimental da área (HERNE E SUOJANEN, 2004; HERNE E MARD, 2006; TRAUB ET AL., 2003; FROLICH ET AL., 1987; RUSTSTROM ET AL., 2000; MICHELBAACH ET AL., 2003; MITCHELL ET AL., 1993; FROLICH E OPPENHEIMER, 1990).

Tratamento I (com véu de ignorância) a escolha da maioria dos participantes e dos grupos, respectivamente, foi o modelo rawlsiano. Esse resultado difere de experimentos anteriores. Em Herne e Suojanen (2004), o princípio mais escolhido não é o de Rawls, mas um *mix* de maximização da renda média do grupo sujeita à restrição de uma renda mínima. Herne e Mard (2006) encontram resultados que apontam para um maior número de escolhas do princípio rawlsiano no tratamento sem véu de ignorância, enquanto no tratamento com véu a distribuição mais escolhida foi a *floor constraint* – uma distribuição híbrida que maximiza a renda média com uma restrição de mínimo. Em Frolich et al. (1987), o princípio da diferença de Rawls não foi escolhido pelos indivíduos, enquanto o princípio mais escolhido foi o de maximização da renda média com uma restrição de renda mínima (princípio FC). Em Michelbach et al. (2003), uma minoria utiliza a estratégia maximin de Rawls.

Em contraste, Mitchell et al. (1993) argumentam que seus resultados sustentam a teoria de Rawls em dois sentidos. Primeiro, os participantes preferem distribuições igualitárias quando fatores moralmente arbitrários determinam a maior parte da renda. Segundo, um número significativo de participantes utiliza a estratégia maximin de Rawls.

Na Parte II do Tratamento II, sem véu de ignorância, a maioria dos grupos escolheu o modelo nozickiano de distribuição de renda, ainda que muitos tenham escolhido outros modelos. Nesse sentido, Frolich e Oppenheimer (1990) encontram resultados contrários aos aqui apresentados.

Além disso, o alto nível de alteração dos padrões de escolha sob os dois tratamentos sugerem um alto grau de instabilidade de princípios escolhidos sob o véu de ignorância. A mudança das distribuições escolhidas entre a Parte I (com véu) e a Parte II (sem véu) do Tratamento II também corroboram essa hipótese de instabilidade.

Não obstante, Frolich e Oppenheimer (1990) encontram resultados que sustentam a estabilidade dos princípios. No trabalho dos autores, as preferências quase não se alteram ao longo do experimento, bem como aumentam o grau de certeza e a satisfação com a escolha feita. Esses resultados contrariam a hipótese de Nozick de que um princípio de justiça escolhido sob o véu de ignorância, como o de Rawls, acabaria gerando insatisfação ao longo da experiência econômica. Os resultados do experimento aqui realizado, pelo contrário, corroboram a hipótese de Nozick.

Ruststrom et al (2000) separam os ganhos obtidos pelos participantes no experimento em dois tipos: primeiro, derivados do esforço; e segundo, derivados da produtividade. Para os ganhos do primeiro tipo, assume-se que quem se esforça mais, deve ganhar mais. Já os ganhos do segundo tipo podem ser determinados por fatores moralmente arbitrários, como talentos naturais. Nesse caso, Rawls afirma que só é justo receber esses ganhos se isso beneficiar àqueles em pior situação.

No experimento realizado nesse trabalho, buscou-se escolher uma tarefa que requeresse apenas esforço para obtenção de um bom desempenho. Dessa forma, os participantes não deveriam perceber a renda que geraram como proveniente de algum fator moralmente arbitrário, mas sim como resultado direto do esforço individual empregado. Não obstante, a percepção de algum fator como, por exemplo, talento envolvido na geração da renda pode não ter sido evitada. Nesse caso, um aspecto que pode explicar o baixo número de escolhas da distribuição nozickiana sob o Tratamento II, sem véu de ignorância, é que os indivíduos acharam que havia fatores moralmente arbitrários envolvidos na tarefa.

Nesse sentido, seria interessante realizar um novo experimento, com dois tratamentos que diferissem em relação à natureza da tarefa geradora de renda: um tratamento com algo similar a um *quiz* e outro com uma tarefa que necessitasse apenas de esforço. Assim, poderia ser detectado se as pessoas acreditam que os resultados de fatores moralmente arbitrários são ou não merecidos (justos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal aspecto ético presente em toda análise econômica é o critério utilizado para escolher entre distintos resultados econômicos possíveis. Atualmente, o utilitarismo – como teoria subjacente aos modelos econômicos, justifica a escolha dos resultados eficientes. Não obstante, os economistas podem lançar mão de outras teorias para escolher entre resultados econômicos alternativos. Nesse sentido, o capítulo segundo mostrou que um maior entendimento de filosofia moral pode ajudar os economistas a desempenharem sua função de maneira mais acurada e que a união entre economia e ética pode ajudar analistas políticos a aprimorar suas avaliações de políticas alternativas.

O capítulo terceiro apresentou a doutrina utilitarista, seus principais aspectos e críticas, e introduziu duas teorias de justiça alternativas à abordagem utilitarista. A teoria de justiça de John Rawls, que apresenta um conceito de justiça como equidade; e a teoria de justiça de Robert Nozick, que defende direitos de propriedade e a justiça como princípio histórico.

Para Rawls (2001), dois princípios – lexicograficamente ordenados – devem reger as instituições de uma sociedade justa: (1) cada pessoa deve ter direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais; e (2) as desigualdades sociais e econômicas devem gerar o maior benefício possível para os menos favorecidos e devem estar vinculadas a cargos e posições abertos a todos em igualdade de oportunidades. Já em Nozick, três regras simples, baseadas no direito de propriedade, devem reger uma sociedade justa, quais sejam: (1) alguém que adquire uma propriedade de acordo com o princípio de justiça na aquisição tem direito a essa propriedade; (2) alguém que adquire uma propriedade de acordo com o princípio de justiça em transferências, de alguém mais com direito à propriedade, tem direito à propriedade; e (3) ninguém tem direito a uma propriedade exceto por aplicações de (1) e (2).

No intuito de analisar se as escolhas realizadas por indivíduos reais, com relação a distintas maneiras de distribuir renda, utilizam a teoria rawlsiana ou nozickiana, foi realizado um experimento, com base na literatura de economia experimental.

Como explicitado no capítulo quarto, a economia experimental é um campo recente na ciência econômica. Ainda assim, não existe razão inerente para que dados econômicos relevantes não possam ser obtidos através de experimentos de laboratório.

Pelo contrário, mostrou-se que experimentos de laboratório têm a vantagem de permitir um teste mais direto de hipóteses comportamentais, resolvendo parcialmente o problema com obtenção de dados para testes desse tipo.

A metodologia científica subjacente aos testes em laboratório se encontra fundamentada no modelo Hipotético-Dedutivo, enraizado na tradição empirista, de acordo com a qual a evidência empírica constitui a fonte primeira de validação das teorias científicas. A maioria dos economistas concorda com esse princípio filosófico fundamental.

No experimento realizado nesse trabalho, as escolhas sobre modelos de distribuição de renda baseados nas teorias de John Rawls (1971) e de Robert Nozick (1974) foram analisadas, em um ambiente com produção de renda, sob dois conjuntos informacionais distintos: o Tratamento I, com véu de ignorância; e o Tratamento II, sem véu. Além disso, foram também analisadas, na Parte I de ambos os tratamentos, as escolhas individuais sobre modelos distributivos, em um ambiente sem produção de renda e com véu de ignorância.

Os resultados revelaram a predominância de escolhas do modelo rawlsiano sempre que as escolhas eram feitas sob o véu de ignorância, tanto individualmente e sem produção de renda (Parte I), como em grupo e com produção de renda (Parte II do Tratamento I). Dessa forma, o fato de os indivíduos perceberem que produzem individualmente a renda a ser distribuída entre eles não altera o padrão distributivo escolhido, quando o conjunto informacional (véu de ignorância) é mantido constante.

Não obstante, na Parte II do segundo tratamento, agora sem véu de ignorância, as escolhas se modificam, e o modelo distributivo mais escolhido pelos grupos passa a ser o nozickiano. Não apenas o modelo de Nozick passou a ser o mais escolhido sob o segundo tratamento, mas é interessante ressaltar também que nenhum grupo o escolheu sob o Tratamento I.

Esses resultados indicam que as informações possuídas pelos indivíduos na hora de optar por diferentes princípios distributivos são fundamentais na determinação das suas escolhas. Esse fato pode ser constatado também através da observação da alteração do tipo de argumento apresentado pelos indivíduos como justificativa de suas escolhas. Com véu de ignorância, o argumento mais apontado pelos participantes é a igualdade; enquanto sem véu os argumentos mais recorrentes são de justiça e meritocracia. Cabe

ressaltar que nenhum indivíduo sequer suscitou a idéia de meritocracia sob o Tratamento I.

Os resultados encontrados sugerem que aquilo que uma pessoa considera justo como padrão de distribuição de renda é extremamente contexto-dependente. Assim, quanto mais informações são fornecidas aos indivíduos para a tomada de decisão, mais provável que o conceito de justiça convirja com a idéia nozickiana de direito a coisas.

Essas evidências revelam a instabilidade de princípios de justiça mais igualitários, como o princípio rawlsiano, quando cada indivíduo sabe o quanto de renda produziu e qual o seu lugar teoricamente de direito na sociedade. Se, sob o véu de ignorância, princípios mais igualitários parecem ser os mais justos, quando cai o véu e cada um tem ciência de suas condições e de sua produção essa idéia desvanece, dando lugar a um conceito de justiça baseado no direito de propriedade.

Ainda assim, os resultados confirmam a hipótese de Rawls acerca das escolhas na posição original, na medida em que, sempre que foi simulado o véu de ignorância, a maioria dos indivíduos escolheu o princípio maximin. Esse e os outros resultados encontrados nesse trabalho de maneira alguma são definitivos, e podem ter sido decorrência do desenho do experimento. Portanto, é necessário realizar outros experimentos análogos ao aqui proposto para que as evidências se tornem mais robustas.

Finalmente, é importante comentar acerca das implicações práticas desses resultados. Alguns autores¹¹¹ acreditam que o véu de ignorância de Rawls pode ser utilizado como uma ferramenta heurística na formulação de políticas públicas, no intuito de revelar os princípios que as pessoas crêem justos sob condições ideais. Entretanto, a instabilidade desses princípios aponta numa direção oposta. Os formuladores de políticas deveriam ter em mente que, para que arranjos justos sejam atingidos e mantidos ao longo do tempo, não é suficiente estabelecer princípios de justiça sob condições hipotéticas, desconsiderando direitos de propriedade e interesses individuais. Nesse sentido, é necessário criar mecanismos que revelem as intenções dos indivíduos sob condições reais, onde cada um dispõe do máximo de informações possíveis acerca do seu próprio contexto.

¹¹¹ Ver HERNE e SUOJANEN (2004) e HERNE e MARD (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Marcus. (2006) **Rethinking justice: a foundational critique of altruism.** Harvard University.

<http://www.tc.umn.edu/~demineq/participant%20papers/Marc%20Alexander.pdf>

Acessado em: 04.06.2007

ALVES, W. M.; ROSSI, P. H. (1978) **Who should get what? Fair judgments of the distribution of earnings.** *American Journal of Sociology*. Vol. 84, pp. 541-564

ARMOUR, Leslie. (1994) **Is economic justice possible?** *International Journal of Social Economics*, vol. 21, p. 32-58. Dec, 1994.

<http://www.emeraldinsight.com/10.1108/03068299410074809>

Acessado em: 06/06/2006

ARNESON, Richard. (1999) **Against Rawlsian Equality of Opportunity.** *Philosophical Studies*, vol.93, p. 77-112, Netherlands 1999.

ARNSPERGER, C.; DE VILLÉ, P. (2004) **Can competition ever be fair? Challenging the standard prejudice.** *Ethical Theory and Moral Practice*, Vol. 7, N. 4, August 2004, pp. 433-451(19)

<http://ideas.repec.org/s/ctl/louvir.html>

Acessado em: 06/06/2006

BALBINOTTO, Giacomo. (2001) **As alocações livres de inveja.** *Informações Fipe*, p. 23-28, Dezembro 2001.

BARKER, Paul (org). (1996) **Living as Equals.** Oxford University Press, 1996. 165 págs.

BARRY, Brian. (1995) **Justice as Impartiality.**

BERTRAM, Christopher. (1998) **Institutionalising the Difference Principle.** Paper for the Nuffield Political Group, Monday, November 30, 1998

BLACKORBY, Charles; BOSSERT, Walter; DONALDSON, David. (1999) **Utilitarianism and the Theory of Justice.** In: Handbook of Social Choice and Welfare, Elsevier, Amsterdam, 1999.

BOETTKE, Peter J. and Coyne Christopher J. (2003) **The Role of the Economist in Economic Development.** Global Prosperity Initiative. Working Paper 32.

BOJER, Hilde. (2002) **Women and the Rawlsian Social Contract.** *Social Justice Research*. v.15, n.4, p. 393-407, Dezembro 2002.

BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya. (2003) **The measurement of multidimensional poverty.** *Journal of Economic Inequality*. Netherlands, v.1, p. 25-49, 2003.

BROWNE, Jude; STEARS, Marc. (2005) **Capabilities, resources, and systematic injustice: a case of gender inequality.** *Politics, Philosophy and Economics*. Sage Publications, v.4, n.3, p. 355-373, 2005. (www.sagepublications.com)
Acessado em: 06.06.2007

CAPPELEN, A. W., A. D. HOLE, E. Ø. SØRENSEN and B. TUNGODDEN (2005). **The pluralism of fairness ideals: An experimental approach.** Department of Economics, Norwegian School of Economics, Discussion Paper 12/05.

CHOUDHURY, Masudul Alam; HOQUE, Mohammad Ziaul. (2004) **Ethics and economic theory.** *International Journal of Social Economics*. Aug 2004, Volume: 31 Issue: 8 Page: 790 - 807

CHOUDHURY, Masudul Alam. (1995) **Ethics and economics: a view from ecological economics.** *International Journal of Social Economics*. Mar 1995 Volume: 22 Issue: 3 Page: 61 - 80

CLARK, David. (2002) **Development ethics: a research agenda.** *International Journal of Social Economics*. Nov 2002 Volume: 29 Issue: 11 Page: 830 - 848

CORCHÓN, Luis; ITURBE-ORMAETXE, Inigo. (2001) **A Proposal to Unify some Concepts in the Theory of Fairness.** *Journal of Economic Theory*. v.101, p. 540-571, 2001. (www.idealibrary.com)
Acessado em: 06.06.2007

CROSON, Rachel. (2003) **Why and how to experiment: methodologies from experimental economics.** 2003.
(http://home.law.uiuc.edu/lrev/publications/2000s/2002/2002_4/Croson.pdf) 04.06.2007

CURTIS, R. C. (1979) **Effects of knowledge of self-interest and social relationship upon the use of equity, utilitarian, and Rawlsian principles of allocation.** *European Journal of Social Psychology*. Vol. 9, pp. 165-175

D'AGOSTINO, Fred. (2004) **The Legacies of John Rawls.** *Journal of Moral Philosophy*. Sage Publications, Londres, v.1.3, p. 349-365, 2004. (www.sagepublications.com) 06.06.2007

DAVIS, D.; HOLT, C. (1993) *Experimental Economics*. Princeton University Press.

DICKINSON, D.; TIENFENTHALEN, J. (2002) **What is fair? Experimental evidence.** *Southern Economic Journal*, Vol. 69, No. 2 (Oct., 2002), pp. 414-428

DUHS, Alan. (1998) **Five dimensions of the interdependence of philosophy and economics integrating her and the history of political philosophy.** *International Journal of Social Economics*. Nov 1998 Volume: 25 Issue: 10 Page: 1477 - 1508

EDGREN, John. (1995) **On the relevance of John Rawls's theory of justice to welfare economics.** *Review of Social Economy Fall 1995 v53 n3 p332(18)*

EXDELL, John. (1977) **Distributive Justice: Nozick on Property Rights.** *Ethics.* Vol. 87, N. 2, jan. 1977, pp. 142-149

FALK, Armin; FEHR, Ernst; FISCHBACHER, Urs. (2000) **Testing Theories of Fairness - Intentions Matter.** Zurich IEER Working Paper No. 63, 2000

FELDSTEIN, Martin. (1998) **Income Inequality and Poverty.** *NBER Working Paper Series.* Cambridge, MA, outubro 1998.

FINNEGAN, Marie. (2006) **The moral dimensions of neoclassical economics: a critique.**

<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewContainer.do?containerType=Issue&containerId=18638> (06/06/2006)

FLEURBAEY, Marc et al. (2002) **Education, Distributive Justice, and Adverse Selection.** *Journal of Public Economics.* Elsevier Science, v.84, p. 113-150, 2002. (www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

FLEURBAEY, M., MANIQUET, F. (1996) **Utilitarianism versus fairness in welfare economics.** In: Salles, M., Weymark, J. A. (Eds.), *Justice, Political Liberalism, and Utilitarianism: Themes From Harsanyi and Rawls.* Cambridge University Press, Cambridge, forthcoming.

FOWLER, Mark. (1980) **Stability and Utopia.** *Ethics.* Vol. 90, N.4, jul. 1980, pp. 550-563

FREEMAN, Samuel. (2001) **Illiberal Libertarians: Why Libertarianism Is Not a Liberal View.** *Philosophy and Public Affairs.* Vol. 30, N. 2, spring 2001, pp. 105-151

FREEMAN, S. (2002) (ed.) **The Cambridge Companion to Rawls.** Cambridge University Press. 2002

FRIED, Barbara. (1995) **Wilt Chamberlain Revisited: Nozick's "Justice in Transfer" and the Problem of Market-Based Distribution.** *Philosophy and Public Affairs.* Vol. 24, N. 3, summer 1995, pp. 226-245

FRIEDMAN, Milton (1953). **The Methodology of Positive Economics.** In: *Essays in Positive Economics,* Chicago, University of Chicago Press.

FROLICH, N.; OPPENHEIMER, J. A.; EAVEY, C. L. (1987) **Choices of Principles of Distributive Justice in Experimental Groups.** *American Journal of Political Science.* Vol. 31, N. 3, Agosto 1987, pp. 606-636

FROLICH, N.; OPPENHEIMER, J. A. (1990) **Choosing Justice in Experimental Democracies with Production.** *American Political Science Review.* Vol. 84, N. 2, June 1990

- GAJDOS, T.; KANDIL, F. (2005) **The ignorant observer**. (<http://ideas.repec.org/p/mse/wpsorb/v06041.html>)
Acessado em: 06.06.2007
- GOULET, Denis. (1995) **Development Ethics: A Guide to Theory and Practice**. London: Zed Books.
- GOUNDER, Rukmani. (2005) **Neglected dimensions of development: inequality, conflict and aid**. *International Journal of Social Economics*. Jan 2005 Volume: 32 Issue: 1/2 Page: 60 - 76
- GRENHOLM, Carl-Henric. (2004) **Justice, Ethics and Economics**. *Studies in Christian Ethics*. The continuum publishing group, 2004.
- GUALA, F. (2005) **The methodology of experimental economics**. New York: Cambridge University Press. 2005
- HARDIN, R. (2001) **Rational choice political philosophy**. For presentation at the University of Maryland, 4 de Maio, 2001.
(<http://www.bsos.umd.edu/umccc/hardin.pdf>) 06.06.2007
- HARMON, Jonathan. (2004) **Introducing John Rawls**. *Philosophy and Social Criticism*. Sage Publications, Londres, v.30, n.5-6, p. 643-663, 2004. (www.sagepublications.com) 06.06.2007
- HARSANYI, John C. (1955) **Cardinal welfare, individualistic ethics and interpersonal comparisons of utility**. *The Journal of Political Economy*, Vol. 63, No. 4 (Aug., 1955), pp. 309-321
- HARSANYI, J. C. (1975) **Can the Maximin Principle Serve as a Basis for Morality? A Critique of John Rawls's Theory**. *The American Political Science Review*. Vol. 69
- HASLETT, D. W. (1986) **Is Inheritance Justified?** *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 15, N. 2, spring 1986, pp. 122-155
- HAUSKEN, Kjell. (1996) **Ethics and efficiency in organizations**. *International Journal of Social Economics*. Sep 1996 Volume: 23 Issue: 9 Page: 15 - 40
- HERNE, Kaisa; SUOJANEN, Maria. (2004) **The Role of Information in Choices over Income Distributions**. *Journal of Conflict Resolution*. Sage Publications, v.48, n.2, p. 173-193, abril 2004. (www.sagepublications.com) 06.06.2007
- HERNE, K.; MARD, T. (2008) **Three versions of impartiality: An experimental investigation**. Working Paper. University of Turku, Department of Political Science, Turku, Finland. 2008
(http://congress.utu.fi/epcs2006/docs/A5_herne.doc) 06.06.2007
(<http://www.soc.utu.fi/sivustot/pcrc/publications/workingpapers/>) 22.06.2008

HOBBS, Thomas. (1983) *Os Pensadores (Leviatã)*. 3 ed., S. Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOWE, Roger; ROEMER, John. (1981) **Rawlsian Justice as the Core of a Game**. *The American Economic Review*. v.71, n.5, p. 880-895, dezembro 1981.

KANGAS, Olli. (2000) **Distributive Justice and Social Policy: some reflections on Rawls and income distribution**. *Social Policy and Administration*. Malden/MA, v.34, n.5, p. 510-528, dezembro 2000.

KERSTENETZKY, C. L. (2002) **Por que se importar com a desigualdade**. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 4, 2002.

KILCHRIST, Erica; BLOCK, Walter. (2006) **Distributive Justice**. *International Journal of Social Economics*. 2006 Volume: 33 Issue: 2 Page: 102 – 110

KLASEN, Stephan. (2006) **The Efficiency of Equity**. *Discussion Papers n.145*: Ibero-America Institute for Economic Research. June, 2006

KOLM, Serge-Christophe. (1998) **Chance and Justice: Social policies and the Harsanyi-Vickrey-Rawls problem**. *European Economic Review*. Elsevier Science, v.42, p. 1393-1416, 1998.

KOLM, Serge-Christophe. (2000) **Teorias Modernas da Justiça**. SP: Martins Fontes, 2000. 625 págs.

KONOW, James. (2001) **Fair and square: the four sides of distributive justice**. *Journal of Economic Behavior and Organization*. Elsevier Science, v.46, p. 137-164, 2001. (www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

KREPS, D. M. (1990) **A Course in Microeconomic Theory**, Princeton: Princeton University Press.

KRITIKOS, Alexander; FRIEDEL, Bolle. (2001) **Distributional concerns: equity- or efficiency-oriented?** *Economics Letters*. Elsevier Science, v.73, p. 333-338, 2001. (www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

LOCKE, John. (2002) **Segundo tratado sobre o governo**. S. Paulo: Martin Claret, 2002.

LUTZ, Mark. (2006) **Social economics, justice and the common good**. <http://www.emeraldinsight.com/0306-8293.htm> (06/06/2006)

MAGUAIN, D. (2000) **Les Théories de la justice distributive post-rawlsiennes: une revue de la literatures**. THEMA Working Papers, 2000-54, (Théorie Economique, Modélisation et Applications), Université de Cergy-Pontoise. 2000.

MAILLY, Pierre. (2002) **Rawls from a different angle: on the justice that makes (distributive) justice possible**. *Gnosis*. V.6, n.1, setembro 2002.

MAS-COLELL, Andreu; WHINSTON, Michael; GREEN, Jerry. (1995) **Microeconomic Theory**. New York: Oxford University Press, 1995. 981 págs.

MICHELBAACH, Philip et al. (2003) **Doing Rawls Justice: an experimental study of income distribution norms**. *American Journal of Political Science*. v.47, n.3, p. 523-539, julho 2003.

MITCHELL, Gregory; TETLOCK, Philip E. (2006) **Experimental Political Philosophy: justice judgments in the hypothetical society paradigm**. University of Virginia Legal Working Paper Series. Working Paper 52, Outubro, 2006.
(http://law.bepress.com/uvalwps/uva_publiclaw/art52/) 04.06.2007

MITCHELL, George; TETLOCK, Philip E.; MELLERS, Barbara A.; ORDOÑEZ, Lisa. (1993) **Judgments of Social Justice: Compromises Between Equality and Efficiency**. *Journal of Personality and Social Psychology*. 65 (4): 629-639.

MUSGRAVE, R. A. (1974) **Maximin, Uncertainty and the Leisure Trade-off**. *Quarterly Journal of Economics*. Vol. 88, No. 4 (Nov., 1974), pp. 625-632

NOZICK, Robert. (1974) **Anarchy, State and Utopia**. Blackwell, Oxford, 1974

NOZICK, Robert. (1978) **Abstracts of Symposium Paper: Knowledge and Skepticism**. *Nôus*. Vol. 12, N. 1, Mar. 1978, p. 53

NOZICK, Robert. (1991) **Anarquia, Estado e Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991

NOZICK, R. (1994) **Invisible-Hand Explanations**. *The American Economic Review – Papers and Proceedings of the Hundred and Sixth Annual Meeting of the American Economic Association*. Vol. 84, N. 2, may 1994, pp. 314-318

NOZICK, R. (1997) **Why do Intellectuals Oppose Capitalism? Socratic Puzzles**. Harvard University Press, 1997

NUSSBAUM, Martha. (2004) **Beyond the Social Contract: capabilities and global justice**. *Oxford Development Studies*. Carfaz Publishing, v.32, n.1, p. 3-18, março 2004.

NZITAT, Henri Patrice. (2001) **From Equality to Inequality: the Diamond-Sen criticism of Harsanyi's criterion of social justice**. *Pacific Economic Review*. Malden/MA, v.6, n.2, p. 239-253, 2001.

OLIVEIRA, N. (2003) **Rawls**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

PARTRIDGE, Mark. (2005) **Does income distribution affect U.S. state economic growth?** *Journal of Regional Science*. Malden, MA, v.45, n.2, p. 363-394, 2005.

PEFFER, R. (1998) **What is to be distributed?** University of San Diego, 1998.
www.bu.edu/wcp/papers/poli/polipeff.htm

Acessado em: 04.07.2005

PERAGINE, Vito. (2004) **Ranking Income Distributions according to Equality of Opportunity.** *Journal of Economic Inequality.* Netherlands: Kluwer Academic publishers, v.2, p. 11-30, 2004.

PERRY, Stephen. (1997) **Libertarianism, Entitlement, and Responsibility.** *Philosophy and Public Affairs.* Vol. 26, N. 4, autumn 1997, pp. 351-396

PHELAN, C. (2002) **Inequality and Fairness.** In: *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review.* Vol. 26, No. 2, Spring 2002, pp. 2-11

PINDYCK, R; RUBINFELD, D. (2002) **Microeconomia.** SP: Prentice Hall, 5ªed., 2002.

PLATÃO. (2001) **A República.** SP: Edipro, 2001. 419 págs.

POPPER, Karl. (1961) **Lógica das Ciências Sociais.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 101 pgs.

POPPER, Karl. (1972) **A Lógica da Pesquisa Científica.** São Paulo: Cultrix, 566 pgs.

POPPER, Karl. (1981) **O Racionalismo Crítico na Política.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 74 pgs.

POPPER, Karl. (1999) **Conhecimento Objetivo.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 394 pgs.

RAMOS, J. (2003) **A justiça distributiva liberal e a previdência social no Brasil.** Brasília: Ipea, fevereiro 2003.

RAWLS, John. (1974) **Some Reason for the Maximin Criterion.** *American Economic Review.* Vol. 64, p. 141-146, 1974

RAWLS, J. (1981) **The basic liberties and their priority.** The Tanner Lectures on Human Values, Oxford, Harvard University. 1981

RAWLS, J. (2000) **O Liberalismo Político.**

RAWLS, J. (2001) **Justice as Fairness: a restatement.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

RAWLS, John. (2002) **Uma Teoria da Justiça.** SP: Martins Fontes, 2002.

ROBBINS, Lionel. (1935) **An Essay on the Nature and Significance of Economics Science.** Macmillan, segunda edição, Londres, 1935.

ROEMER, John. (1996) **Theories of Distributive Justice.** Harvard University Press, Cambridge/MA, 1996.

ROEMER, John. (1998) **Equality of Opportunity**. Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

ROTH, Alvin. (1986) **Laboratory Experimentation in Economics**. *Economics and Philosophy*. N. 2, pp. 245-273.

ROTH, Alvin. (1988) **Laboratory Experimentation in Economics: A Methodological Overview**. *Economic Journal*. N. 98, pp. 974-1031.

ROTH, Alvin. (1995) **Introduction to Experimental Economics**. In: J. H. Kagel e A. E. Roth (eds) *The Handbook of Experimental Economics*. Princeton: Princeton University Press, pp. 3-109.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2002) **O Contrato Social e outros escritos**. 14 ed., S. Paulo: Cultrix, 2002.

RUTSTROM, Elisabet; WILLIAMS, Melonie. (2000) **Entitlements and Fairness: an experimental study of distributive preferences**. *Journal of Economic Behavior and Organization*. v.43, p. 75-89, 2000. (www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

SAMPSON, Geoffrey. (1978) **Liberalism and Nozick's "Minimal State"**. *Mind – New Series*. Vol. 87, N. 345, jan. 1978, pp. 93-97

SCANLON, Thomas. (1976) **Nozick on Rights, Liberty, and Property**. *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 6, N. 1, autumn 1976, pp. 3-25

SEN, Amartya. (1969) **Quasi-Transitivity, Rational Choice and Collective Decisions**. *The Review of Economic Studies*, Vol. 36, No. 3, (Jul., 1969), pp. 381-393

SEN, Amartya. (1974) **Rawls versus Bentham: An axiomatic examination of the pure distribution problem**. *Theory and Decision Journal*. Vol. 4, N. 3-4, February 1974, p. 301-309

SEN, Amartya. (1979) **Equality of What?** In: *The Tanner Lecture on Human Values*. Stanford University, 1979.

SEN, Amartya. (1979b) **Collective Choice and Social Welfare**. Netherlands: Elsevier Publishers, 1979(b). 225 págs.

SEN, Amartya. (1992) **Inequality Reexamined**. New York: Oxford University Press, 1992. 207 págs.

SEN, Amartya. (1999) **Sobre Ética e Economia**. SP: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. SP: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. (2000b) **Merit and Justice**. In: ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. **Meritocracy and Economic Inequality**. New Jersey: Princeton University Press, 2000(b), p. 5-17.

SEN, A; WILLIAMS, B. (1982) (eds.). **Utilitarianism and Beyond**. New York: Cambridge University Press. 1982.

SHOPE, Robert K. (1984) **Cognitive Abilities, Conditionals, and Knowledge: A Response to Nozick**. *The Journal of Philosophy*. Vol. 81, N. 1, Jan. 1984, pp. 29-48

SIMON, Herbert A. (1991) **Bounded Rationality and Organizational Learning**. *Special Issue: Organizational Learning: Papers in Honor of (and by) James G. Organization Science*, Vol. 2, No. 1, March (1991), pp. 125-134.

SMITH, Adam. (1988) **A Riqueza das Nações**. SP: Editora Nova Cultural, 3ed., 1988.

STARMER, Chris. (1999) **Experimental Economics: hard science or wasteful tinkering?** *The Economic Journal* 109. February, F5-F15, 1999

TRAUB, S.; SEIDL, C.; SCHMIDT, U.; LEVATI V. (2003) **Friedman, Harsanyi, Rawls, Boulding – or somebody else? An experimental investigation of distributive justice**. Discussion Papers on Strategic Interaction. 2003-19, Max Planck Institute of Economics, Strategic Interaction Group. 2003
(<http://de.scientificcommons.org/20132124>) 06.06.2007

THIELEMANN, Ulrich. (2006) **A brief theory of the Market: ethically focused**. *International Journal of Social Economics* 27,1.
www.emerald-library.com (06/06/2006)

THOMAS, D. A. Lloyd. (1980) **Liberalism and Utilitarianism**. *Ethics*. Vol. 90, N. 3, april 1980, pp. 319-334

TUNGODDEN, Bertil. (1999) **The Distribution problem and Rawlsian Reasoning**. *Social Choice and Welfare*. Springer-Verlag, v.16, p. 599-614, 1999.

TUNGODDEN, Bertil; VALLENTYNE, Peter. (2006) **Who are the least advantaged?** Forthcoming in *Egalitarianism: New Essays on the Nature and Value of Equality*, edited by Nils Holtug and Kasper Lippert-Rasmussen (Oxford University Press, 2006).

VILLAR, Antonio. (2001) **The Welfare Evaluation of Primary Goods: a Suggestion**. *Economic Series* 98, Institute for Advanced Studies.

WATERS, Hugh. (2000) **Measuring Equity in Access to Health Care**. *Social Science and Medicine*. Elsevier Science, v.51, p. 599-612, 2000.
(www.elsevier.com/locate/socscimed) 06.06.2007

WHITE, Mark. (2004) **Can Homo Economicus follow Kant's Categorical Imperative?** *Journal of Socio-Economics*. v.33, p. 89-106, 2004.
(www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

WOLFF, R. P. (1978) **Understanding Rawls**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1978.

ZELLEKE, Almaz. (2005) **Distributive justice and the argument for an unconditional basic income**. *The Journal of Socio-Economics*. v.34, p. 3-15, 2005. (www.elsevier.com/locate/econbase) 06.06.2007

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

- **VOCÊ está sendo CONVIDADO** a participar de uma pesquisa que faz parte da Dissertação de Mestrado da aluna Daniela Goya Tocchetto, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, orientada pelo Professor Dr. Sabino da Silva Pôrto Jr.
- Essa pesquisa consiste de um experimento de escolha em grupo sobre modelos de distribuição de renda. O **OBJETIVO** deste estudo é avaliar as escolhas realizadas sob a luz de algumas teorias selecionadas pela mestrandia.
- **COMO FAREMOS ISSO?**
 - 1) Dividiremos os alunos em grupos de três aleatoriamente.
 - 2) Distribuiremos folhas com um quadro que conterà três distribuições de renda distintas para que o grupo discuta sobre elas e cada um faça individualmente sua escolha.
 - 3) O mesmo modelo de distribuição de renda será aplicado a todos os membros do seu grupo (quando houver consenso na escolha) e será determinado através do mesmo procedimento nas três rodadas do experimento. Cada membro do grupo receberá o valor em reais da distribuição de renda resultante da escolha do seu grupo na última rodada, de acordo com a classe de renda a que pertencer no experimento.
 - O **TEMPO** necessário para realizar todo o experimento é de aproximadamente **uma (1) hora e trinta (30) minutos**.

ATENÇÃO:

- ✓ A sua participação neste estudo é **totalmente voluntária**.
- ✓ Seus dados pessoais permanecerão confidenciais e o seu nome nunca aparecerá em nenhuma publicação desse estudo.

- ✓ O seu **nome não será vinculado aos resultados** desse estudo quando os mesmos forem publicados, porque os dados serão avaliados e divulgados de forma coletiva.

VOCÊ SERÁ INFORMADO individualmente sobre o resultado da escolha do seu grupo e seu pagamento será realizado de forma privada.

Sinta-se à vontade para **esclarecer quaisquer dúvidas** antes de decidir sobre a sua participação no estudo.

PARA DEMAIS INFORMAÇÕES você poderá entrar em contato com os **a** **mestranda Daniela Goya Tocchetto** pelo telefone **51- 3308-4050**, de segunda à sexta-feira pela manhã, ou através do e-mail: danielagt@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS também pode fornecer informações pelo telefone 51-3308-3629.

Eu, _____ declaro ter lido e discutido o conteúdo do presente Termo de Consentimento e **concordo** em participar desse estudo de **forma livre e esclarecida**, autorizando os seguintes procedimentos:

- () Participação no experimento de escolha sobre distribuições de renda em grupo.

Também declaro ter **recebido cópia** deste Termo.

Assinatura do participante

_____/_____/_____
Data

Nome do coordenador do experimento

Assinatura do coordenador

_____/_____/_____
Data

Nome do professor orientador

Assinatura do orientador

_____/_____/_____
Data

APÊNDICE C – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DO TRATAMENTO I

TRATAMENTO 1 – Com Véu de Ignorância

1. Anotar hora de início do experimento.
2. Apresentação geral do experimento (mostrar dinheiro) e entrega dos termos de consentimento. Cada participante receberá duas cópias do termo de consentimento, uma para arquivo do pesquisador e outra para manter em sua propriedade.
3. Passar uma folha para que os participantes interessados em receber os resultados da pesquisa possam escrever seus emails.
4. Distribuir números de identificação individual que devem ser guardados até o final do experimento. São necessários para realizar os pagamentos ao final!

Parte I – Escolha Individual

1. Distribuir as instruções da primeira parte do experimento e ler em voz alta junto com os participantes.
2. Avisar e marcar cinco minutos de familiarização com as distribuições.
3. Avisar e marcar dois minutos para escrever o ordenamento das distribuições.
4. Recolher as folhas com respostas.
5. Anotar na folha de pagamento da parte I a distribuição preferida de cada participante, identificado pelo seu número de identificação.

Parte II – Escolha em Grupo

1. Sortear grupos de três pessoas. Cada membro do grupo receberá um papel com a identificação do grupo ao qual pertence.
2. Distribuir instruções da segunda parte do experimento (e folha com modelos de distribuição de renda, junto com a folha de resposta) e ler em voz alta junto com os participantes.
3. Explicar que a forma de escolha da distribuição é VOTO SECRETO.
4. Avisar e marcar cinco minutos de familiarização individual com as distribuições.
5. Avisar e marcar cinco minutos de debate em grupo.

6. Perguntar a cada grupo se alguém deseja debater mais. Se sim, marcar mais cinco minutos de debate.
7. Perguntar mais uma vez a cada grupo se alguém deseja debater mais. Se sim, marcar mais cinco minutos e encerrar os debates.
8. Pedir que cada participante escreva em sua folha, secretamente, sua distribuição escolhida e dobre o papel.
9. Recolher as respostas.
10. Anotar na folha de pagamentos da parte II a distribuição escolhida por cada participante e o grupo a que pertence. Distribuir instruções para a tarefa geradora de renda.
11. Ler em voz alta as instruções.
12. Distribuir a folha da tarefa.
13. Avisar e marcar dois minutos para realização da tarefa.
14. Recolher as respostas.
15. Corrigir a tarefa, converter os resultados em renda na própria folha da tarefa (dois acertos = R\$ 1,00; dois erros = menos R\$ 1,00) e anotar na folha de pagamentos da parte II a renda gerada. Atribuir uma classe a cada membro dos grupos de acordo com seus desempenhos e anotar isso também.
16. Marcar na folha de pagamentos os grupos em que foi obtido consenso na escolha. De acordo com a tabela de pagamentos da parte II (em excel), anotar na respectiva folha de pagamentos o quanto cada um deve receber.
17. Preencher a folha de anúncio privado dos resultados e entregar de forma individual e secreta.
18. Distribuir questionários de informações pessoais.
19. Recolher questionários.

Final

1. Sortear a classe de renda de cada participante na parte I e anotar a classe sorteada na respectiva folha de pagamento.
2. De acordo com a tabela de pagamentos da parte I, anotar na respectiva folha de pagamentos o quanto cada participante deve receber.
3. Anunciar privadamente os resultados e realizar o pagamento de forma individual e secreta, da Parte I e da Parte II. Anotar HORA DE TÉRMINO.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DO TRATAMENTO II

TRATAMENTO 2 – Sem Véu de Ignorância

1. Anotar hora de início do experimento.
2. Apresentação geral do experimento (mostrar dinheiro) e entrega dos termos de consentimento. Cada participante receberá duas cópias do termo de consentimento, uma para arquivo do pesquisador e outra para manter em sua propriedade.
3. Passar uma folha para que os participantes interessados em receber os resultados da pesquisa possam escrever seus emails.
4. Distribuir números de identificação individual que devem ser guardados até o final do experimento. São necessários para realizar os pagamentos ao final!

Parte I – Escolha Individual

1. Distribuir as instruções da primeira parte do experimento e ler em voz alta junto com os participantes.
2. Avisar e marcar cinco minutos de familiarização com as distribuições.
3. Avisar e marcar dois minutos para escrever o ordenamento das distribuições.
4. Recolher as folhas com respostas e conferir códigos de identificação.
5. Anotar na folha de pagamento da parte I a distribuição preferida de cada participante, identificado pelo seu número de identificação.

Parte II – Escolha em Grupo

1. Sortear grupos de três pessoas. Cada membro do grupo receberá um papel com a identificação do grupo ao qual pertence.
2. Distribuir instruções da segunda parte do experimento e ler em voz alta junto com os participantes.
3. Distribuir instruções para a tarefa geradora de renda, junto com a folha da tarefa.
4. Ler em voz alta as instruções.
5. Avisar e marcar dois minutos para realização da tarefa.
6. Recolher as respostas e verificar identificação na folha.
7. Anotar o grupo a que cada um pertence na folha de pagamentos da parte II.

8. Corrigir a tarefa, converter os resultados em renda na própria folha da tarefa (dois acertos = R\$ 1,00; dois erros = menos R\$ 1,00) e anotar na folha de pagamentos da parte II a renda gerada. Atribuir uma classe a cada membro dos grupos de acordo com seus desempenhos e anotar isso também.
9. Preencher a folha de anúncio privado da classe de renda de cada um e do quanto de renda cada um produziu, e distribuir individualmente e de forma secreta.
10. Distribuir folha com modelos de distribuição a serem escolhidos, junto com a folha de resposta.
11. Explicar que a forma de escolha da distribuição é VOTO SECRETO.
12. Avisar e marcar cinco minutos de familiarização individual com as distribuições.
13. Avisar e marcar cinco minutos de debate em grupo.
14. Perguntar a cada grupo se alguém deseja debater mais. Se sim, marcar mais cinco minutos de debate e anotar os grupos que solicitaram esse tempo extra.
15. Perguntar mais uma vez a cada grupo se alguém deseja debater mais. Se sim, marcar mais cinco minutos, anotar os grupos que solicitaram esse tempo extra e encerrar os debates.
16. Pedir que cada participante escreva em sua folha, secretamente, sua distribuição escolhida e dobre o papel.
17. Recolher as respostas e conferir identificação na folha.
18. Anotar na folha de pagamentos da parte II a distribuição escolhida por cada participante. Marcar os grupos em que foi obtido consenso na escolha.
19. De acordo com a tabela de pagamentos da parte II (excel), anotar na respectiva folha de pagamentos o quanto cada um deve receber.
20. Preencher a folha de anúncio privado dos resultados e entregar de forma individual e secreta.
21. Distribuir questionários de informações pessoais.
22. Recolher questionários e verificar a identificação.

Final

1. Sortear a classe de renda de cada participante na parte I e anotar a classe sorteada na respectiva folha de pagamento.
2. De acordo com a tabela de pagamentos da parte I, anotar na respectiva folha de pagamentos o quanto cada participante deve receber.

3. Anunciar privadamente os resultados e realizar o pagamento de forma individual e secreta, da Parte I e da Parte II.
4. Anotar hora de término do experimento.

APÊNDICE E – FOLHAS DE CONTROLE DA PARTE I

**FOLHAS DOS COORDENADORES
PARTE I**

NOME DO COORDENADOR:

DATA: ___ / ___ / _____

TURMA: _____

HORA INÍCIO: __:___

HORA TÉRMINO: __:___

TABELA DE PAGAMENTOS DA PARTE I

LISTA DE DISTRIBUIÇÕES	QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)			Total Distribuído
	Classe A	Classe B	Classe C	
MODELO F	16,65	14,85	13,5	45
MODELO V	21,15	14,85	9	45
MODELO Z	20,25	13,5	11,25	45
MODELO Q	22,5	15,75	6,75	45

FOLHA DE PAGAMENTOS DA PARTE I

PARA ANOTAR RESULTADO SORTEIO DA CLASSE DE RENDA,
DISTRIBUIÇÃO ESCOLHIDA E VALOR A SER PAGO

	Classe de Renda	Modelo Escolhido	Pagamento
001	_____	_____	_____
002	_____	_____	_____
003	_____	_____	_____
004	_____	_____	_____
005	_____	_____	_____
006	_____	_____	_____
007	_____	_____	_____
008	_____	_____	_____
009	_____	_____	_____
010	_____	_____	_____
011	_____	_____	_____
012	_____	_____	_____
013	_____	_____	_____
014	_____	_____	_____
015	_____	_____	_____
016	_____	_____	_____
017	_____	_____	_____
018	_____	_____	_____
019	_____	_____	_____
020	_____	_____	_____
021	_____	_____	_____

	Classe de Renda	Modelo Escolhido	Pagamento
022	_____	_____	_____
023	_____	_____	_____
024	_____	_____	_____
025	_____	_____	_____
026	_____	_____	_____
027	_____	_____	_____
028	_____	_____	_____
029	_____	_____	_____
030	_____	_____	_____

APÊNDICE F – FOLHAS DE CONTROLE DA PARTE II (TRATAMENTOS I E II)

FOLHAS DOS COORDENADORES

PARTE II

FOLHA DE PAGAMENTOS PARTE II

GRUPO 1 5 minutos 10 minutos 15 minutos

Membros renda gerada classe modelo escolhido valor pagto

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 2 5 minutos 10 minutos 15 minutos

Membros renda gerada classe modelo escolhido valor pagto

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 3 5 minutos 10 minutos 15 minutos

Membros renda gerada classe modelo escolhido valor pagto

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 4 5 minutos 10 minutos 15 minutos

Membros renda gerada classe modelo escolhido valor pagto

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 5 5 minutos 10 minutos 15 minutos

Membros renda gerada classe modelo escolhido valor pagto

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 6 () 5 minutos () 10 minutos () 15 minutos

Membros	renda gerada	classe	modelo escolhido	valor pagto
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 7 () 5 minutos () 10 minutos () 15 minutos

Membros	renda gerada	classe	modelo escolhido	valor pagto
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 8 () 5 minutos () 10 minutos () 15 minutos

Membros	renda gerada	classe	modelo escolhido	valor pagto
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 9 () 5 minutos () 10 minutos () 15 minutos

Membros	renda gerada	classe	modelo escolhido	valor pagto
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

GRUPO 10 () 5 minutos () 10 minutos () 15 minutos

Membros	renda gerada	classe	modelo escolhido	valor pagto
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

APÊNDICE G – INSTRUÇÕES DA PARTE I

Instruções (elas serão lidas em voz alta, enquanto cada um acompanha a leitura na sua folha de instruções)

Esse é um experimento de escolha sobre modelos de distribuição de renda. O experimento está dividido em duas partes, com duração total de aproximadamente uma hora. **Você deve se concentrar na tarefa proposta e refletir cuidadosamente antes de fazer a sua escolha. Leia as instruções com atenção!**

Mantenha-se em silêncio durante todo o experimento.

Quando for necessário falar, você será avisado.

Não hesite em levantar a mão caso surja qualquer dúvida durante todo o experimento; você será atendido individualmente.

PRIMEIRA PARTE

Qual é a tarefa?

- Essa tarefa consiste no ordenamento de modelos de distribuição de renda. Você deve ordenar os modelos do “Quadro 1” (ver outra folha) de acordo com sua preferência, colocando em primeiro lugar o seu modelo preferido e assim por diante.

- Você deve pensar nos valores de renda como sendo o salário anual em reais, com base em um salário de R\$ 15,00 por hora.

- Ao final do experimento, você **vai receber em dinheiro o valor correspondente à sua distribuição preferida e à sua classe de renda**, sendo que a sua **classe de renda será definida aleatoriamente via sorteio. O valor recebido será o valor do “Quadro 1” dividido por 2.000 horas**, que é a média trabalhada por ano.

- O sorteio da sua classe de renda será feito APENAS AO FINAL DO EXPERIMENTO e ocorrerá da seguinte forma: em uma urna serão colocadas fichas com as letras correspondentes a cada classe de renda de tal forma que o número de fichas exceda o número de classes de renda. Assim, poderá haver cinco fichas com a letra A, quatro fichas com a letra B, e assim por diante.

O QUE DEVE SER FEITO POR VOCÊ AGORA:

- Você terá cinco minutos para analisar os modelos de distribuição de renda do quadro que lhe foi entregue. Você será avisado quando iniciar e quando terminar esse tempo.

- Depois de terminado esse tempo, você terá mais dois minutos para escrever o ranking das suas distribuições da mais a menos preferida.

- Quando você terminar de preencher a “Tabela 1” com o ranking de suas distribuições da mais preferida (primeiro lugar) a menos preferida, dobre o papel, permaneça sentado e levante a mão que o coordenador do experimento recolherá a sua folha.

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

1. ESCREVA SEU CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO CAMPO INDICADO

Código de Identificação: _____

2. ESTUDE OS MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA F, V, Z e Q; QUE DIVIDEM UM TOTAL DE R\$ 90.000,00 (SALÁRIO ANUAL) ENTRE AS CLASSES DE RENDA A, B e C.

QUADRO 1

<u>LISTA DE DISTRIBUIÇÕES</u>	<u>QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)</u>			<u>Total Distribuído</u>
	<u>Classe A</u>	<u>Classe B</u>	<u>Classe C</u>	
MODELO F	R\$ 33.300,00	R\$ 29.700,00	R\$ 27.000,00	R\$ 90.000,00
MODELO V	R\$ 42.300,00	R\$ 29.700,00	R\$ 18.000,00	R\$ 90.000,00
MODELO Z	R\$ 40.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 22.500,00	R\$ 90.000,00
MODELO Q	R\$ 45.000,00	R\$ 31.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 90.000,00

3. ESCREVA NA TABELA ABAIXO O SEU ORDENAMENTO PREFERIDO DOS MODELOS APRESENTADOS NO QUADRO ACIMA.

TABELA 1

Ranking	Modelo
Primeiro lugar	
Segundo Lugar	
Terceiro lugar	
Quarto lugar	

4. DOBRE O PAPEL E LEVANTE A MÃO. O COORDENADOR IRÁ ATÉ O SEU LUGAR RECOLHER A SUA RESPOSTA.

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

APÊNDICE H – INSTRUÇÕES DA PARTE II – TRATAMENTO I

INSTRUÇÕES LIDAS EM VOZ ALTA

Procedimentos básicos:

1. Você deve escolher um dos modelos de distribuição de renda, dentre os quatro modelos que lhe serão apresentados a seguir.
2. Você não sabe a qual classe de renda você pertence no experimento. Sua classe de renda será determinada ao final dessa etapa através da realização de uma tarefa que **requer apenas esforço individual e atenção.** apenas **depois de** realizada sua escolha. O membro do grupo que obtiver o melhor desempenho nessa tarefa pertencerá à classe A, o segundo melhor desempenho à classe B, e o terceiro melhor desempenho à classe C. Em caso de empate, a sua classe será determinada via sorteio.
3. **Cada indivíduo, separadamente e em silêncio, terá cinco minutos para se familiarizar com os modelos de distribuição de renda.** Você será avisado quando iniciar e quando terminar esse tempo.
4. **Após a familiarização individual, o grupo terá cinco minutos para debater sobre os modelos de distribuição de renda. O debate é livre.**
5. Se um ou mais membros do grupo desejar mais tempo para debate, serão fornecidos mais cinco minutos extras, **até um limite máximo de quinze minutos.**
6. Depois de encerrados os debates, você deverá marcar, individual e isoladamente, na folha de escolha a sua distribuição escolhida.
ATENÇÃO: a sua escolha é INDIVIDUAL e SECRETA.
7. **Tenha sempre em mente que, se todos os membros do grupo escolherem o mesmo modelo de distribuição de renda, esse modelo lhes será aplicado. No caso de dissenso entre as escolhas do grupo, cada indivíduo receberá apenas dois reais (R\$ 2,00).**

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

DETERMINAÇÃO DA RENDA A SER DISTRIBUÍDA ENTRE O GRUPO

1. O total de dinheiro a ser distribuído entre os membros do grupo será determinado através de um “Processo simulado de produção”.

2. Nesse processo, **cada indivíduo realizará uma tarefa que requer apenas esforço e atenção, e gerará uma renda proporcional ao seu desempenho nessa tarefa.**

4. A tarefa será realizada apenas DEPOIS de ter sido feita a escolha de um modelo de distribuição de renda pelo grupo.

3. As rendas que cada membro gerar serão somadas e totalizarão a renda a ser distribuída entre o grupo.

IMPORTANTE:

O máximo de renda que pode ser gerado por cada indivíduo é igual a R\$ 20,00; o que equivale a um máximo que pode ser gerado pelo grupo igual a R\$ 60,00.

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

As tabelas abaixo apresentam quatro maneiras diferentes de dividir o dinheiro gerado individualmente entre os membros do grupo.

A **Tabela 1 a seguir** apresenta os quatro modelos de distribuição possíveis da renda gerada individualmente em percentuais.

Nesse caso, deve-se **supor COMO EXEMPLO que o indivíduo que pertence à classe A produziu 50% da renda do grupo, o indivíduo que pertence à classe B produziu 35% da renda do grupo, e o indivíduo que pertence à classe C produziu 15% da renda do grupo.**

IMPORTANTE:

Dessa forma, a **Tabela 1** apresenta como cada modelo de distribuição alocaria a renda total do grupo entre seus membros, dado que cada um produziu o percentual definido acima.

Modelo 1: garante que o indivíduo da classe mais baixa recebe o valor máximo (30%), em comparação aos outros modelos.

Modelo 2: garante um mínimo de 20% da renda para o indivíduo da classe mais baixa.

Modelo 3: garante uma diferença mínima de 20% entre a renda do indivíduo da classe mais alta e a renda do indivíduo da classe mais baixa.

Modelo 4: garante que cada indivíduo recebe exatamente o valor correspondente à quantidade de renda que ele gerou.

Tabela 1

	MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA			
CLASSE DE RENDA	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
A	37 %	47 %	45 %	50 %
B	33 %	33 %	30 %	35 %
C	30 %	20 %	25 %	15 %
	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
RENDA MÉDIA	33,3 %	33,3 %	33,3 %	33,3 %
RENDA MAIS BAIXA	30,0 %	20,0 %	25,0 %	15,0 %
DIFERENÇA ENTRE A RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA	7,0 %	27,0 %	20,0 %	35,0 %
RENDA TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

PARA ENTENDER MELHOR, VAMOS A UM EXEMPLO:

Digamos que a renda total gerada pelo grupo foi de R\$ 55,00 e o percentual da renda do grupo gerado por cada membro seja o mesmo da tabela acima, ou seja, **o indivíduo que pertence à classe A produziu 50% da renda do grupo, o indivíduo que pertence à classe B produziu 35% da renda do grupo, e o indivíduo que pertence à classe C produziu 15% da renda do grupo.**

Nesse caso, pensando nos valores recebidos por cada um como *salário por hora*, a “Tabela 2” e a “Tabela 3” apresentam como seria a distribuição dessa renda na forma de salários anuais, com base em um salário/hora médio de R\$ 20,00. Para saber o quanto de dinheiro cada um receberia no experimento, nessa situação hipotética, basta dividir os valores da tabela por 2.000 (número médio de horas trabalhadas por ano).

Tabela 2

LISTA DE DISTRIBUIÇÕES	QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)			Total Distribuído
	Classe A	Classe B	Classe C	
MODELO 1	40.700	36.300	33.000	110.000
MODELO 2	51.700	36.300	22.000	110.000
MODELO 3	49.500	33.000	27.500	110.000
MODELO 4	55.000	38.500	16.500	110.000

Tabela 3

	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
RENDA MÉDIA	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66
RENDA MAIS BAIXA	33.000	22.000	27.500	16.500
DIFERENÇA ENTRE A RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA	7.700	29.700	22.000	38.500

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

APÊNDICE I – INSTRUÇÕES DA PARTE II – TRATAMENTO II

INSTRUÇÕES LIDAS EM VOZ ALTA

1. Você deve escolher um dos modelos de distribuição de renda, dentre os quatro modelos que lhe serão apresentados a seguir.

2. A sua classe de renda será determinada através da realização de uma tarefa que **requer apenas esforço individual e atenção**. Essa tarefa será realizada **antes de** você escolher o seu modelo de distribuição de renda preferido. O membro do grupo que obtiver o melhor desempenho nessa tarefa pertencerá à classe A, o segundo melhor desempenho à classe B, e o terceiro melhor desempenho à classe C. Em caso de empate, a sua classe será determinada via sorteio.

3. Depois de realizada e corrigida a tarefa, você será avisado do seu resultado e da classe de renda à qual você pertence.

4. Então, **cada indivíduo, separadamente e em silêncio, terá cinco minutos para se familiarizar com os modelos de distribuição de renda**. Você será avisado quando iniciar e quando terminar esse tempo.

5. **Após** a familiarização individual, **o grupo terá cinco minutos para debater sobre os modelos de distribuição de renda. O debate é livre**.

6. Se um ou mais membros do grupo desejar mais tempo para debate, serão fornecidos mais cinco minutos extras, **até um limite máximo de quinze minutos**.

7. Depois de encerrados os debates, você deverá marcar INDIVIDUALMENTE E EM SILÊNCIO na folha de escolha a sua distribuição escolhida. ATENÇÃO: a sua escolha é individual e secreta.

8. **Tenha sempre em mente que, se todos os membros do grupo escolherem o mesmo modelo de distribuição de renda, esse modelo lhes será aplicado e cada um receberá o valor em dinheiro correspondente ao modelo escolhido e à sua classe de renda. No caso de dissenso entre as escolhas do grupo, cada indivíduo receberá apenas dois reais (R\$ 2,00).**

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

DETERMINAÇÃO DA RENDA A SER DISTRIBUÍDA ENTRE O GRUPO

1. O total de dinheiro a ser distribuído entre os membros do grupo será determinado através de um “Processo simulado de produção”.

2. Nesse processo, **cada indivíduo realizará uma tarefa que requer apenas esforço e atenção, e gerará uma renda proporcional ao seu desempenho nessa tarefa.**

3. As rendas que cada membro gerar serão somadas e totalizarão a renda a ser distribuída entre o grupo.

IMPORTANTE:

O máximo de renda que pode ser gerado por cada indivíduo é igual a R\$ 20,00; o que equivale a um máximo que pode ser gerado pelo grupo igual a R\$ 60,00.

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

As tabelas abaixo apresentam quatro maneiras diferentes de dividir o dinheiro gerado individualmente entre os membros do grupo.

A **Tabela 1 a seguir** apresenta os quatro modelos de distribuição possíveis da renda gerada individualmente em percentuais.

Nesse caso, deve-se **supor COMO EXEMPLO que o indivíduo que pertence à classe A produziu 50% da renda do grupo, o indivíduo que pertence à classe B produziu 35% da renda do grupo, e o indivíduo que pertence à classe C produziu 15% da renda do grupo.**

IMPORTANTE:

Dessa forma, a **Tabela 1** apresenta como cada modelo de distribuição alocaria a renda total do grupo entre seus membros, dado que cada um produziu o percentual definido acima.

Modelo 1: garante que o indivíduo da classe mais baixa recebe o valor máximo (30%), em comparação aos outros modelos.

Modelo 2: garante um mínimo de 20% da renda para o indivíduo da classe mais baixa.

Modelo 3: garante uma diferença mínima de 20% entre a renda do indivíduo da classe mais alta e a renda do indivíduo da classe mais baixa.

Modelo 4: garante que cada indivíduo recebe exatamente o valor correspondente à quantidade de renda que ele gerou.

Tabela 1

	MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA			
CLASSE DE RENDA	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
A	37 %	47 %	45 %	50 %
B	33 %	33 %	30 %	35 %
C	30 %	20 %	25 %	15 %
	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
RENDA MÉDIA	33,3 %	33,3 %	33,3 %	33,3 %
RENDA MAIS BAIXA	30,0 %	20,0 %	25,0 %	15,0 %
DIFERENÇA ENTRE A RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA	7,0 %	27,0 %	20,0 %	35,0 %
RENDA TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

PARA ENTENDER MELHOR, VAMOS A UM EXEMPLO:

Digamos que a renda total gerada pelo grupo foi de R\$ 55,00 e o percentual da renda do grupo gerado por cada membro seja o mesmo da tabela acima, ou seja, **o indivíduo que pertence à classe A produziu 50% da renda do grupo, o indivíduo que pertence à classe B produziu 35% da renda do grupo, e o indivíduo que pertence à classe C produziu 15% da renda do grupo.**

Nesse caso, pensando nos valores recebidos por cada um como *salário por hora*, a “Tabela 2” e a “Tabela 3” apresentam como seria a distribuição dessa renda na forma de salários anuais, com base em um salário/hora médio de R\$ 20,00. Para saber o quanto de dinheiro cada um receberia no experimento, nessa situação hipotética, basta dividir os valores da tabela por 2.000 (número médio de horas trabalhadas por ano).

Tabela 2

LISTA DE DISTRIBUIÇÕES	QUANTO CADA UM RECEBE (salário anual / R\$)			Total Distribuído
	Classe A	Classe B	Classe C	
MODELO 1	40.700	36.300	33.000	110.000
MODELO 2	51.700	36.300	22.000	110.000
MODELO 3	49.500	33.000	27.500	110.000
MODELO 4	55.000	38.500	16.500	110.000

Tabela 3

	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4
RENDA MÉDIA	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66
RENDA MAIS BAIXA	33.000	22.000	27.500	16.500
DIFERENÇA ENTRE A RENDA MAIS ALTA E MAIS BAIXA	7.700	29.700	22.000	38.500

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

APÊNDICE J – FOLHA DE RESPOSTA DA PARTE II (TRATAMENTOS I E II)

1. ESCREVA A IDENTIFICAÇÃO DO SEU GRUPO E SUA IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL NOS CAMPOS INDICADOS ABAIXO.

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO: _____

IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL: _____

2. CIRCULE O MODELO ESCOLHIDO, DOBRE ESSA FOLHA AO MEIO E LEVANTE A MÃO. O COORDENADOR PASSARÁ NO SEU LUGAR PARA RECOLHER A SUA RESPOSTA.

MODELO 1

MODELO2

MODELO3

MODELO 4

EM CASO DE DÚVIDA, NÃO HESITE EM LEVANTAR A MÃO E PERGUNTAR!!!

APÊNDICE K – INSTRUÇÕES DA TAREFA

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO: _____

IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL: _____

INSTRUÇÕES DA TAREFA (ler em voz alta)

Você deve ler com muita atenção o texto, e **circular as palavras cuja ortografia estiver errada.**

Você terá **dois minutos** para realizar essa tarefa. O coordenador avisará quando você deve iniciar.

Quando terminar o tempo, você será avisado e deverá virar sua folha para baixo e esperar que o coordenador do experimento passe na sua mesa e recolha o resultado.

REGRA DE PRODUÇÃO DE RENDA

O seu desempenho nessa tarefa vai gerar renda da seguinte maneira: cada duas palavras com erro de ortografia circuladas geram R\$ 1,00. O máximo que cada indivíduo pode gerar de renda é igual a R\$ 20,00.

Cada duas palavras corretas que você circular acarretam a perda de R\$ 1,00.

DOR E INUTILIDADE: O ARTISTA EM KAFKA

Paula Ferreira Vermeersch

“O único remédio contra a quase inutilidade da vida que não vive é a inutilidade plena.”

Theodor Adorno

A relação entre a vida e a obra de Franz Kafka é um dos grandes temas da biografia sobre o autor. Muitos dos escritos de Kafka são identificados, pelos comentadores, como tendo ligações diretas com acontecimentos, relacionamentos afetivos, posicionamentos frente aos debates literários, e muitas dessas interpretações têm origem nos diários e cartas de Kafka, que se constituíram, além de documentos biográficos, partes importantes de seu legado artístico.

Carta ao Pai, por exemplo, além de torturante prova da trágica ligação de Kafka com o velho Hermann, seu pai, é um de seus mais célebres escritos. A carta, nunca enviada, encerrou literariamente, para o escritor, a tensão de um dia-a-dia asfixiante com a família, dominada por uma figura paterna tirânica e injusta, que não concedia misericórdia a ninguém. Lendo Carta ao Pai e os Diários, é quase impossível separar a oficina literária de Kafka de suas preocupações como pessoa, seus sentimentos e idéias a respeito dos que o cercavam, e do momento em que vivia.

Hermann Kafka não aceitava Franz, e essa não-aceitação extrema estava ligada ao fato do filho, entre outras coisas, se dedicar à atividade literária. Kafka xegou mesmo a afirmar que seus textos possuíam o único objetivo de tentar mostrar ao pai seu valor e sua importância. O escritor dedicou ao pai seus contos, e sempre apresentava seus textos à sua leitura. Outros aspectos da vida de Kafka, como sua ligação com a noiva Felice Bauer, também são explorados para clarear pontos de sua, muitas vezes, enigmática herança literária.

Apesar da tentação de se recorrer a explicações biográficas para a compreensão da obra kafkiana estar sempre presente na mente de qualquer um que se propõe à tarefa de analisá-la, nesse breve artigo tentarei seguir um dos aspectos do livro de Günter Anders, *Kafka: Pró e Contra*, que Modesto Carone resalta em sua breve “Introdução” à edição brasileira: “Aqui se descartam as manobras interpretativas de ancoragem biográfica, e o resultado evidente é um enriquecimento da obra: o Kafka-cidadão só é evocado na medida em que sua aparição presta esclarecimentos oportunos sobre o que escreveu”. Ou seja, o princípio de aproximação seria a análise interna das narrativas de Kafka, a observação das fissuras que o escritor cria e aponta em seu universo de palavras, para depois, se necessário, recorrer às experiências do homem Kafka, seus desgostos de burguês perdido, um judeu desenraizado numa Praga ocidentalizada, civilizada apenas na aparência.

Também não se deve incorrer no erro oposto, ou seja, acreditar numa extrema organicidade da obra, num gênio que consegue superar tudo e todos no que faz, como lembra Theodor Adorno: “Os produtores de obras importantes não são semi-deuses, mas homens falíveis, muitas vezes neuróticos e martirizados. Mas a mentalidade estética, que faz *tabula rasa* do gênio, degenera em artesanato óco e dogmático, em pincelada rotineira.”

A proposta é estabelecer um esboço das representações do artista em partes da obra de Kafka, seguindo uma vertente interpretativa possível graças aos apontamentos críticos de Anders e Adorno em textos que já se tornaram clássicos sobre o autor de *O Processo*. A partir de pistas dispersas pelos autores, tentei seguir, nos escritos de Kafka, como os artistas fazem aparições, como são descritos e como suas ações são narradas, e como são interpretadas pelos outros personagens, muitas vezes narradores de suas trajetórias sem sentido.

A atividade artística enquanto tal aparese nos textos de Kafka como um problema sem solução, uma condição paradoxal num mundo povoado de paradoxos insolúveis. Como Adorno aponta, Kafka apresenta as vicissitudes da sociedade capitalista tardia da maneira mais literal possível, tão literalmente que cada linha de seus escritos requer uma interpretação visceral e urgente. Numa sociedade tomada pelos horrores de uma produção desumanizada, de um trabalho desarticulado, que em nenhum momento torna-se expressão de vida, o artista é ou um ecêntrico, ou um ser que paira por sobre tudo e todos, sem nenhum tipo de amarração possível com qualquer projeto social atingível.

APÊNDICE L – GABARITO DA TAREFA

DOR E INUTILIDADE: O ARTISTA EM KAFKA

Paula Ferreira Vermeersch

“O único remédio contra a quase inutilidade da vida que não vive é a inutilidade plena.”

Theodor Adorno

A relação entre a vida e a obra de Franz Kafka é um dos grandes temas da biografia sobre o autor. Muitos dos escritos de Kafka são identificados, pelos comentadores, como tendo ligações diretas com **acontesimentos**, relacionamentos afetivos, **posicionamentos** frente aos debates literários, e muitas dessas interpretações têm **origem** nos diários e cartas de Kafka, que se constituíram, **alem** de documentos biográficos, partes importantes de seu legado artístico.

Carta ao Pai, por **exemplo**, além de torturante prova da trágica ligação de Kafka com o velho Hermann, seu pai, é um de seus mais **celebres** escritos. A carta, nunca enviada, encerrou literariamente, para o escritor, a **tenção** de um dia-a-dia asfixiante com a família, dominada por uma figura paterna tirânica e injusta, que não **consedia** misericórdia a ninguém. Lendo Carta ao Pai e os Diários, é quase impossível separar a oficina literária de Kafka de suas preocupações como pessoa, seus sentimentos e idéias a respeito dos que o cercavam, e do momento em que vivia.

Hermann Kafka não **aceitava** Franz, e essa não-aceitação extrema estava ligada ao fato do filho, entre outras coisas, se dedicar à atividade literária. Kafka **xegou** mesmo a afirmar que seus textos possuíam o único objetivo de tentar mostrar ao pai seu valor e sua importância. O escritor dedicou ao pai seus contos, e sempre apresentava seus **testos** à sua leitura. Outros **aspectos** da vida de Kafka, como sua ligação com a noiva Felice Bauer, também são **explorados** para clarear pontos de sua, muitas vezes, enigmática **herança** literária.

Apesar da tentação de se **recorer** a explicações biográficas para a **compreensão** da obra kafkiana estar sempre presente na mente de qualquer um que se **poponha** à tarefa de analisá-la, nesse breve artigo tentarei seguir um dos aspectos do livro de Günter Anders, Kafka: Pró e Contra, que Modesto Carone **resalta** em sua breve “Introdução” à edição **brazileira**: “Aqui se descartam as manobras interpretativas de **ancoragem** biográfica, e o resultado evidente é um **emriquecimento** da obra: o Kafka-cidadão só é evocado na medida em que sua aparição presta esclarecimentos oportunos sobre o que escreveu”. Ou seja, o princípio de aproximação seria a análise interna das narrativas de Kafka, a observação das **fisuras** que o escritor cria e aponta em seu universo de palavras, para depois, se **necesário**, recorrer às experiências do homem Kafka, seus desgostos de burguês perdido, um judeu **desenraizado** numa Praga **ocidentalizada**, civilizada apenas na aparência.

Também não se deve **imcorrer** no erro oposto, ou seja, acreditar numa **extrema** organicidade da obra, num **genio** que consegue superar tudo e todos no que faz, como lembra Theodor Adorno: “Os produtores de obras importantes não são semi-deuses, mas homens falíveis, muitas vezes neuróticos e **martirizados**. Mas a mentalidade estética, que faz *tabula rasa* do gênio, **dejenera** em **artezanato** vago e dogmático, em pincelada rotineira.”

A proposta é estabelecer um **esboço** das representações do artista em partes da obra de Kafka, seguindo uma vertente interpretativa possível graças aos apontamentos críticos de Anders e Adorno em **testos** que já se tornaram **clássicos** sobre o autor de O Processo. A partir de pistas dispersas pelos autores, tentei seguir, nos escritos de Kafka, como os artistas fazem aparições, como são descritos e como suas ações são narradas, e como são interpretadas pelos outros personagens, muitas vezes narradores de suas trajetórias sem sentido.

A atividade artística enquanto tal **aparece** nos textos de Kafka como um problema sem solução, uma condição paradoxal num mundo povoado de paradoxos insolúveis. Como Adorno aponta, Kafka apresenta as **vissicitudes** da sociedade capitalista tardia da maneira mais literal possível, tão literalmente que cada linha de seus escritos requer uma interpretação **viceral** e urgente. Numa sociedade tomada pelos horrores de uma produção **dezumanizada**, de um trabalho desarticulado, que em nenhum momento torna-se expressão de vida, o artista é ou um **ecêntrico**, ou um ser que paira por sobre tudo e todos, sem nenhum tipo de amarração possível com qualquer projeto social atingível.

APÊNDICE M – QUESTIONÁRIO FINAL

QUESTIONÁRIO

Preencha com seus dados:

GRUPO: _____

IDENTIFICAÇÃO: _____

Complete com suas informações pessoais:

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: () feminino
 () masculino

3. Renda Familiar

- () menos de 400,00 reais
- () entre 400,00 e 800,00 reais
- () entre 800 e 2.000,00 reais
- () entre 2.000,00 e 4.000,00 reais
- () entre 4.000,00 e 8.000,00 reais
- () mais de 8.000,00 reais

4. Preferência política

- () direita
- () centro-direita
- () centro-esquerda
- () esquerda
- () outra. Qual? _____

5. Qual a sua satisfação com a escolha do grupo?

- () muito satisfeito
- () satisfeito
- () pouco satisfeito
- () insatisfeito

6. Quais foram os argumentos que você considerou na hora de escolher um dos modelos de distribuição apresentado?

7. Você levou em consideração algum dos aspectos abaixo? Assinale com um X as alternativas que tiveram influência sobre a sua escolha.

- maior igualdade
- justiça
- outro. Qual? _____

8. Você achou o procedimento de escolha aplicado no experimento justo?

- sim
- não

9. Caso o seu grupo tenha entrado em consenso e todos os membros tenham escolhido a mesma distribuição de renda, você achou essa distribuição justa?

- sim
- não

APÊNDICE N – RESULTADOS DA SEÇÃO 1 – Tratamento II

UFRGS		
Data	29/5/2008	
Turma	Teoria dos Jogos	15 alunos
Hora Início	20:40	
Hora Término	22:25	
Duração	01:35	

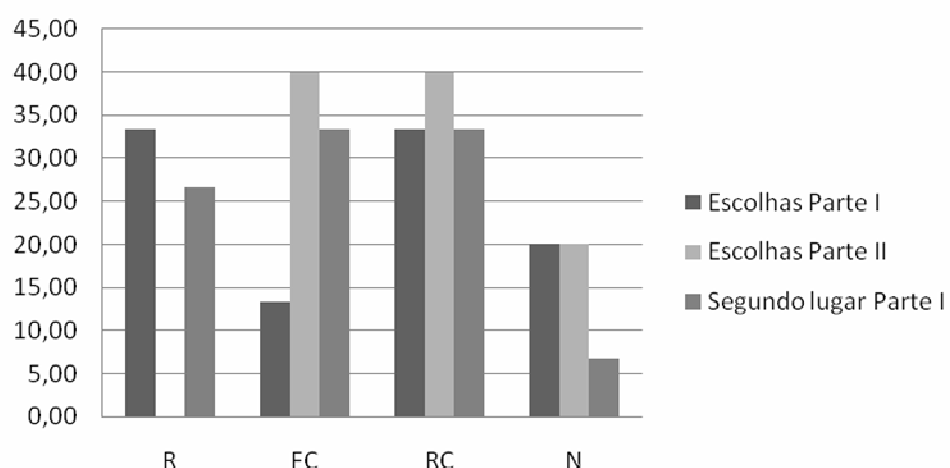
Masculino	Feminino
93,33%	6,67%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	0,00%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	6,67%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	20,00%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	46,67%
> R\$ 8.000,00	26,67%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
66,67%	20,00%	6,67%	0,00%	6,67%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	5	0	4
FC	2	2	5
RC	5	2	5
N	3	1	1
Total alunos/ grupos	15	5 grupos	15

Escolhas - Seção 1 (Tratamento II)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
NOZICK	JUSTIÇA	66,67%
	MERITOCRACIA	33,33%
FC	JUSTIÇA	50,00%
	IGUALDADE	50,00%
	OUTRO	16,67%
RC	JUSTIÇA	83,33%
	IGUALDADE	16,67%

MUITO SATISFEITO	33,33%
SATISFEITO	60,00%
POUCO SATISFEITO	6,67%

APÊNDICE O – RESULTADOS DA SEÇÃO 2 – Tratamento II

PUCRS		
Data	12/6/2008	
Turma	Metafísica I	21 alunos
Hora Início	19:45	
Hora Término	21:15	
Duração	01:30	
Semestre	3	

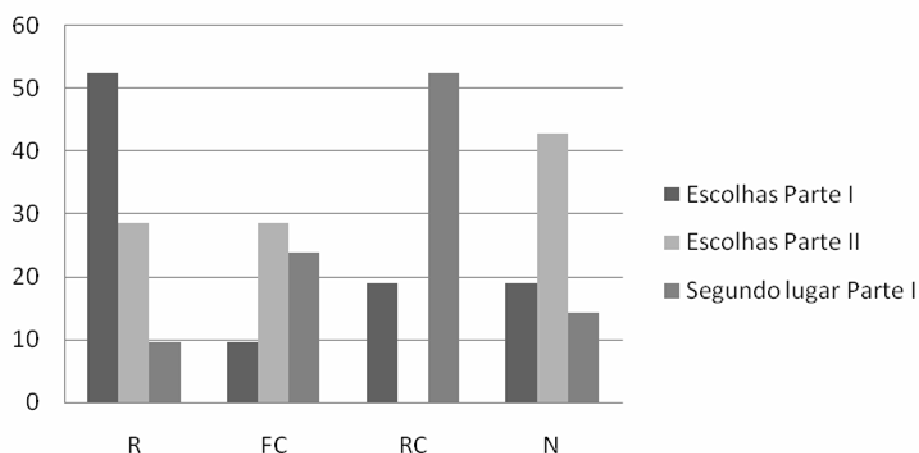
Masculino	Feminino
66,67%	33,33%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	30,00%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	30,00%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	10,00%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	10,00%
> R\$ 8.000,00	20,00%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
9,52%	9,52%	19,05%	19,05%	42,86%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	11	2	2
FC	2	2	5
RC	4	0	11
N	4	3	3
Total alunos/ grupos	21	7 grupos	21

Escolhas - Seção 2 (Tratamento II)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
NOZICK	JUSTIÇA	77,78%
	IGUALDADE	11,11%
	OUTRO	22,22%
FC	JUSTIÇA	83,33%
	IGUALDADE	16,67%
R	JUSTIÇA	16,67%
	IGUALDADE	83,33%
	OUTRO	16,67%

MUITO SATISFEITO	33,33%
SATISFEITO	52,38%
POUCO SATISFEITO	9,52%
INSATISFEITO	4,76%

APÊNDICE P – RESULTADOS DA SEÇÃO 3 – Tratamento I

PUCRS		
Data	13/6/2008	
Turma	Teoria do Conhecimento	18 alunos
Hora Início	19:40	
Hora Término	21:00	
Duração	01:20	
Semestre	4	

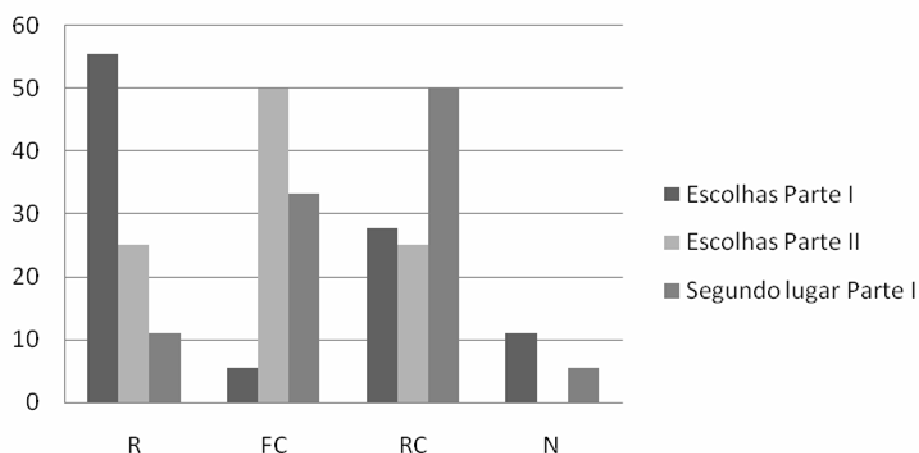
Masculino	Feminino
72,22%	27,78%

< R\$ 400,00	5,56%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	16,67%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	27,78%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	16,67%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	11,11%
> R\$ 8.000,00	22,22%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
5,56%	22,22%	11,11%	27,78%	33,33%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	10	1	2
FC	1	2	6
RC	5	1	9
N	2	0	1
Total alunos/ grupos	18	4 grupos consenso	18

Escolhas - Seção 3 (Tratamento I)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
RAWLS	JUSTIÇA	57,14%
	IGUALDADE	42,86%
FC	JUSTIÇA	50,00%
	IGUALDADE	33,33%
	OUTRO	16,67%
RC	JUSTIÇA	66,67%
	IGUALDADE	66,67%

MUITO SATISFEITO	50,00%
SATISFEITO	44,44%
INSATISFEITO	5,56%

APÊNDICE Q – RESULTADOS DA SEÇÃO 4 – Tratamento I

PUCRS		
Data	17/6/2008	
Turma	Metodologia Filosófica	30 alunos
Hora Início	19:40	
Hora Término	21:30	
Duração	01:50	
Semestre	1	

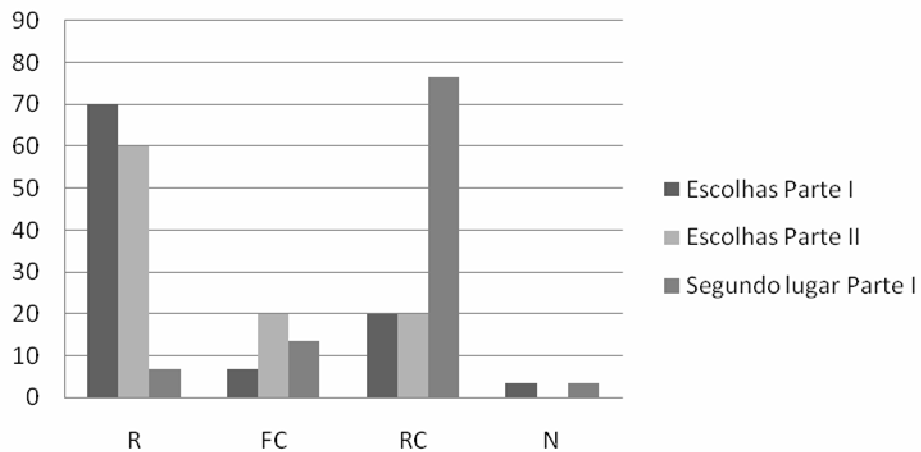
Masculino	Feminino
90,00%	10,00%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	20,00%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	36,67%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	6,67%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	23,33%
> R\$ 8.000,00	13,33%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
0,00%	16,67%	20,00%	30,00%	33,33%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	21	6	2
FC	2	2	4
RC	6	2	23
N	1	0	1
Total alunos/ grupos	30	10 grupos	30

Escolhas - Seção 4 (Tratamento I)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
RAWLS	JUSTIÇA	33,33%
	IGUALDADE	94,44%
	OUTRO	16,67%
FC	JUSTIÇA	83,33%
	IGUALDADE	50,00%
	OUTRO	16,67%
RC	JUSTIÇA	83,33%
	IGUALDADE	50,00%

MUITO SATISFEITO	50,00%
SATISFEITO	46,67%
INSATISFEITO	3,33%

APÊNDICE R – RESULTADOS DA SEÇÃO 5 – Tratamento II

UFRGS		
Data	19/6/2008	
Turma	Micro II	15 alunos
Hora Início	07:45	
Hora Término	09:15	
Duração	01:30	
Semestre	4	

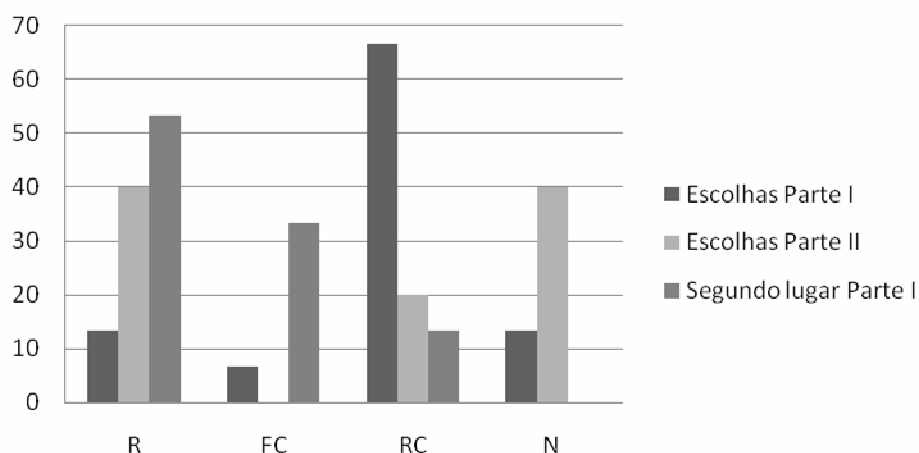
Masculino	Feminino
80,00%	20,00%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	0,00%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	13,33%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	20,00%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	33,33%
> R\$ 8.000,00	33,33%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
46,67%	33,33%	13,33%	0,00%	6,67%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	2	2	8
FC	1	0	5
RC	10	1	2
N	2	2	0
Total alunos/ grupos	15	5 grupos	15

Escolhas - Seção 5 (Tratamento II)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
	NOZICK	JUSTIÇA
	MERITOCRACIA	16,67%
RC	JUSTIÇA	66,67%
	OUTRO	33,33%
R	JUSTIÇA	33,33%
	IGUALDADE	83,33%
	OUTRO	16,67%

MUITO SATISFEITO	40,00%
SATISFEITO	60,00%

APÊNDICE S – RESULTADOS DA SEÇÃO 6 – Tratamento I

PUCRS		
Data	26/6/2008	
Turma	Letras - ética e cidadania	9 alunos
Hora Início	16:05	
Hora Término	17:05	
Duração	01:00	
Semestre	4	

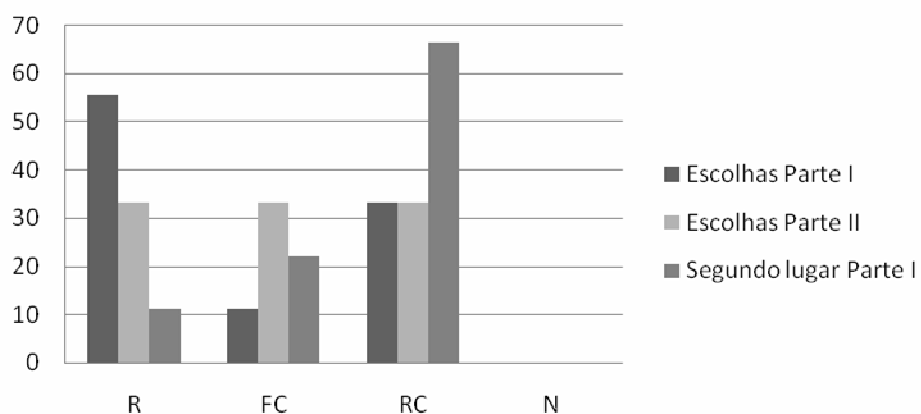
Masculino	Feminino
22,22%	77,78%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	33,33%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	11,11%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	22,22%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	33,33%
> R\$ 8.000,00	0,00%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
11,11%	22,22%	33,33%	0,00%	33,33%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	5	1	1
FC	1	1	2
RC	3	1	6
N	0	0	0
Total alunos/ grupos	9	3 grupos	9

Escolhas - Seção 6 (Tratamento I)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
RAWLS	JUSTIÇA	66,67%
	IGUALDADE	66,67%
FC	JUSTIÇA	100,00%
	IGUALDADE	66,67%
RC	JUSTIÇA	66,67%
	IGUALDADE	33,33%

MUITO SATISFEITO	33,33%
SATISFEITO	66,67%

APÊNDICE T – RESULTADOS DA SEÇÃO 6 – Tratamento II

PUCRS		
Data	26/6/2008	
Turma	Letras - ética e cidadania	3 alunos
Hora Início	16:05	
Hora Término	17:05	
Duração	01:00	
Semestre	4	

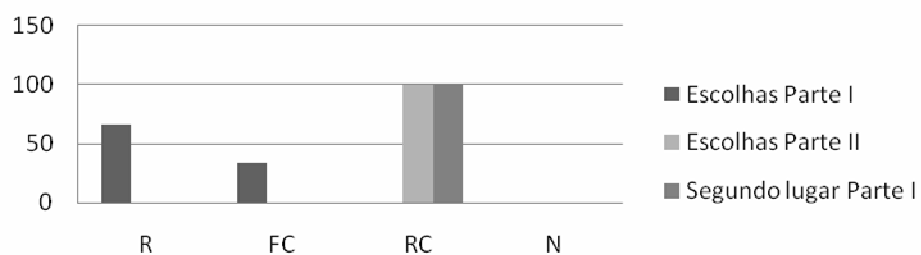
Masculino	Feminino
66,67%	33,33%

< R\$ 400,00	0,00%
R\$ 400,00 < X < R\$ 800,00	0,00%
R\$ 800,00 < X < R\$ 2.000,00	0,00%
R\$ 2.000,00 < X < R\$ 4.000,00	66,67%
R\$ 4.000,00 < X < R\$ 8.000,00	0,00%
> R\$ 8.000,00	33,33%

Direita	Centro-direita	Centro Esquerda	Esquerda	Outra
0,00%	33,33%	0,00%	66,67%	0,00%

Modelos	Escolhas Parte I	Escolhas Parte II	Segundo lugar Parte I
R	2	0	0
FC	1	0	0
RC	0	1	3
N	0	0	0
Total alunos/ grupos	3	1 grupos	3

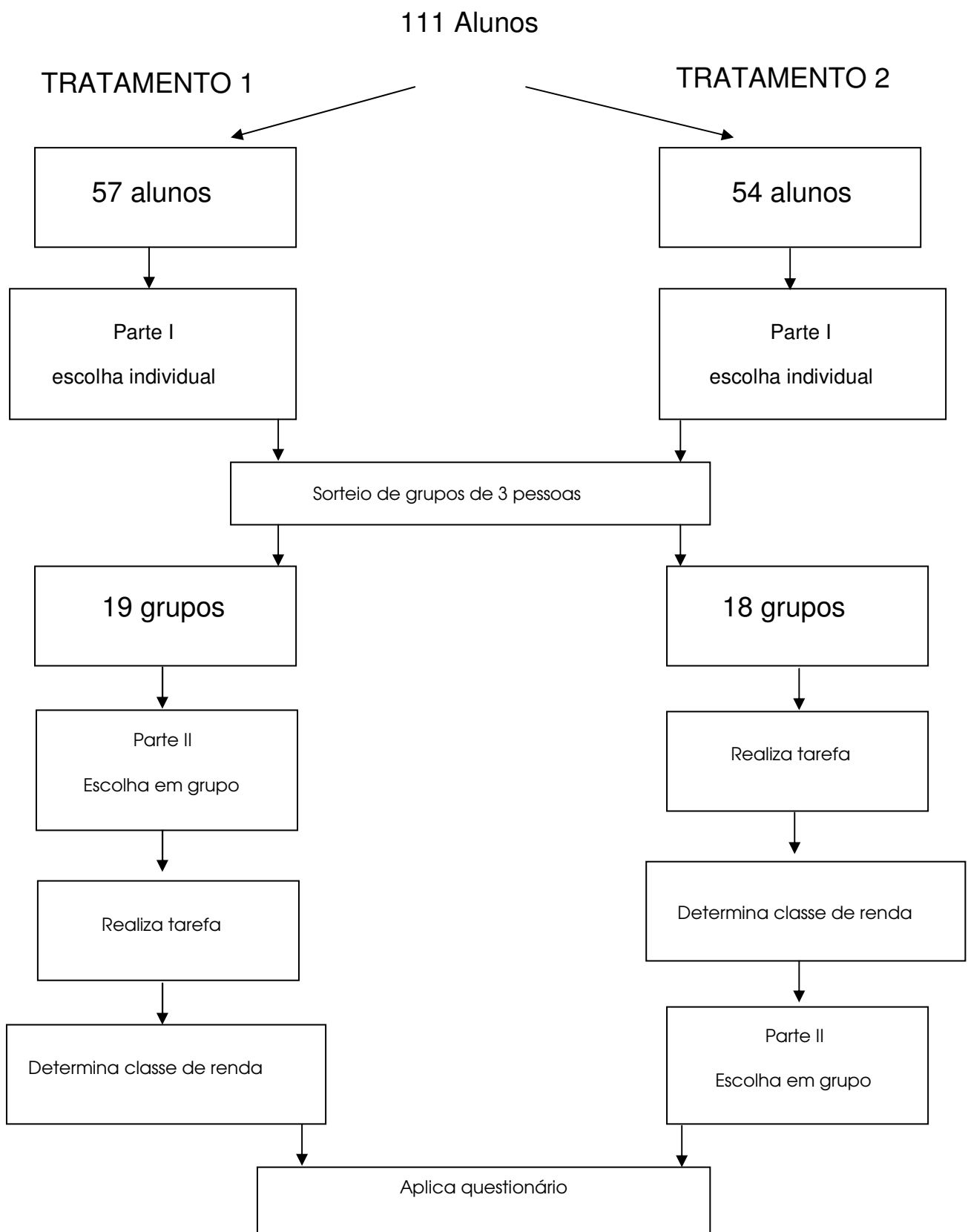
Escolhas - Seção 6 (Tratamento II)



Modelo Escolhido	Tipo de Argumento	
	RC	JUSTIÇA
	IGUALDADE	66,67%

MUITO SATISFEITO	66,67%
SATISFEITO	33,33%

APÊNDICE U – ESQUEMA 1



ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRGS



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CARTA DE APROVAÇÃO

pro.pesq

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul analisou o projeto:

Número : 2007859

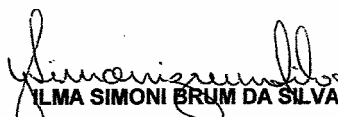
Título : Julgamentos de Justiça Distributiva em John Rawls e Robert Nozick: uma investigação experimental

Pesquisador (es) :

<u>NOME</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>	<u>EMAIL</u>	<u>FONE</u>
SABINO DA SILVA PORTO JUNIOR	PESQ RESPONSÁVEL	portojr@ufrgs.br	33083324
DANIELA GOYA TOCCHETTO	PESQUISADOR	daniela.gt@terra.com.br	

O mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, reunião nº 25 , ata nº 105 , de 24/4/2008 , por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Porto Alegre, sexta-feira, 2 de maio de 2008


ILMA SIMONI BRUM DA SILVA
Coordenador do CEP-UFRGS